UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Pedro Henrique Resende

José Murilo de Carvalho: história política, interpretação nacional e formação de uma identidade historiográfica (1980-1990)

Belo Horizonte

2018

Pedro Henrique Resende

José Murilo de Carvalho: história política, interpretação nacional e formação de uma identidade historiográfica (1980-1990)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na História

Orientador: Prof. Dr. Douglas Attila Marcelino

Belo Horizonte

2018

Resumo

Esta dissertação apresenta um estudo sobre a trajetória e a produção intelectual de José Murilo de Carvalho e, por meio desta, de aspectos da historiografia brasileira dos anos 1980 e 1990. Como objeto particular, foram levantadas questões sobre a produção do autor, suas particularidades, suas contribuições para o campo, sua presença na mídia, sua concepção de história e sua interpretação do Brasil. De forma geral, foram analisados alguns dos debates que envolveram a produção em história ao longo das duas décadas e as movimentações no sentido de criar uma identidade historiográfica que se diferenciasse do que era produzido anteriormente.

Palavras-chave: Historiografia brasileira; História da historiografia; José Murilo de Carvalho; Anos 1980; Anos 1990.

Abstract

This dissertation presents a study about the trajectory and the intellectual production of José Murilo de Carvalho and, along with that, about aspects of 1980s and 1990s Brazilian historiography. As a main subject, questions were raised about author's production, his particularities, his contributions to the field, his presence on media, his conception of history and his interpretation of Brazil. In general, we analyzed some of the debates that involved the production in History during the two decades, as well as the movements towards a creation of a historiographical identity which could differ from what was previously produced.

Keywords: Brazilian historiography; Historiography; José Murilo de Carvalho; 1980s; 1990s.

Agradecimentos

Ao professor Douglas Attila Marcelino, pela orientação sempre criteriosa, pelo apoio e incentivo.

Às professoras Ana Paula Sampaio Caldeira e Alessandra Soares Santos, pela participação na banca de qualificação e pelas contribuições ao trabalho.

Aos professores Mauro Lúcio Leitão Condé, Kátia Gerab Baggio e José Antônio Dabdab Trabulsi, pelas excelentes disciplinas ofertadas na Pós-graduação.

Aos colegas da disciplina ofertada durante o estágio docente, em especial à Carolina Othero, Isabela Lemos e Rafael Penido.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

Ao CNPq, pelo financiamento.

Aos amigos sempre presentes durante minha jornada acadêmica: Hugo Rocha, Breno Mendes, Walderez Ramalho, Marco Girardi, Fernando Garcia, Felipe Malacco, Luísa Marques e Allysson Lima. Aos amigos que fiz na gestão 2016 da Revista Temporalidades: Isabela Dornelas, Marina Helena Carvalho, Thiago Prates, Átila Guerra e Natália Ribeiro.

Aos queridos: Afonso Henrique, Luíza Nunes, Gabriela Rocha, Maria Laura, Igor Bacelete e Gustavo Mesquita.

Ao terapeuta que tanto me ajudou nos momentos difíceis, Manoel Deusdedit.

Aos meus pais, Tânia e Antônio, pela confiança, cuidado e carinho.

Às minha irmãs, Maria Teresa e Yasmim, pela amizade e companhia.

Dedico esta dissertação a todos que sofrem de transtornos mentais. Que vocês tenham o mesmo apoio que tive.

Sumário

Introdução 7
Capítulo I 20
Um historiador do político 20
Culturas políticas e representação 30
Cultura (s) Política (s) 32
Representações – o imaginário popular 38
Capítulo II 53
José Murilo de Carvalho – o intérprete 53
Reconhecimento entre os pares 60
Capítulo III 83
O preço do debate 83
Postura pública. 90
Na academia 99
Considerações Finais 111
Fontes 116
Obras de José Murilo de Carvalho 116
Outros textos de José Murilo de Carvalho consultados 116
Bibliografia 117

Introdução

Compreendemos que história da historiografia é um termo polissêmico, pois pode indicar diferentes conceitos e práticas. Pensando inicialmente apenas em autores brasileiros, encontramos as mais ricas e variadas abordagens, algumas se completando, outras se excluindo, mas todas elas ampliando os debates e as possibilidades para o campo. Uma delas, aquela em que mais nos inspiramos, é a de Manoel Luiz Salgado Guimarães, com suas pesquisas pioneiras no sentido de compreender que, ao pesquisar a produção dos historiadores de outras épocas, seria possível perceber outras historicidades. Guimarães entendia que, investigando as condições das produções historiográficas do passado, seria possível levantar novos questionamentos teóricos-metodológicos e se colocar em debate a memória disciplinar, problematizando a tendência ao silenciamento ou à canonização de determinados autores e obras[1].

Carlos Fico, numa perspectiva diferente, utilizando-se de análises e métodos quantitativos, desenvolveu pesquisas importantes em história da historiografia, sobretudo os seus valiosos trabalhos de balanço historiográfico na tentativa de montar um quadro detalhado da produção nacional. Fico, que inicialmente trabalhou em parceria com Ronald Polito, ao fazer um levantamento minucioso, conseguiu demonstrar quais eram as fraquezas e as virtudes da produção nacional em história, além de mapear quais eram as tendências, referências, abordagens e recortes mais recorrentes ao longo das décadas de 1980 e 1990[2].

[1] GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n. 1. p. 31-47, jan/jun. 2005.
[2] FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992.

Existem outras linhas interpretativas mais recentes, como, por exemplo, a que vem sendo desenvolvida por Valdei Lopes de Araújo, por meio de uma apropriação da filosofia heideggeriana para refletir sobre a produção dos historiadores e suas possibilidades analíticas[3]. O teórico alemão Horst Walter Blanke destacou que existem, no mínimo, oito modalidades diferentes de história da historiografia. São elas: história dos historiadores, história das obras, balanço geral, história dos métodos, história das ideias históricas, história dos problemas, história das funções do pensamento histórico, história social dos historiadores e história da historiografia teoricamente orientada[4].

Talvez a imprecisão do conceito, do que é história da historiografia, seja um reflexo de intensos debates surgidos a partir das diversas definições e das diferentes matrizes ou, como defende Araújo, esteja relacionado com a falta de uma identidade estabelecida para a área, o que seria fruto de uma suposta carência de problematização teórica e caracterização do campo[5].

De qualquer forma, para além das questões envolvendo definições e conceitos, podemos dizer que uma das características mais marcantes da historiografia contemporânea acadêmica, cientificamente conduzida (produzida nas universidades, periódicos especializados, centros, núcleos e institutos que seguem rigorosos critérios de escrita, pesquisa e reflexão) é a investigação do trabalho dos próprios historiadores, suas práticas, desafios, sociabilidade e escrita. As pesquisas em historiografia, sobre as práticas envolvidas na produção do texto histórico, podem ser desenvolvidas com as mais diferentes abordagens, partindo da análise da produção do conhecimento histórico,

[3] ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da historiografia.* Ouro Preto. n.12, agosto 2013, p.34-44.
[4] BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita*: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.
[5] ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da historiografia.* Ouro Preto. n.12, agosto 2013, p.34-44.

da sua reprodução, circulação e crítica[6]. Nesta perspectiva, estudar as práticas dos historiadores que vieram antes de nós é também uma forma de estudar o passado. O fazer historiográfico pretérito se transforma em objeto de pesquisa dos próprios historiadores, partindo da ideia de que o discurso histórico também possui sua historicidade.

Outra valiosa contribuição das pesquisas em historiografia é poder dar acesso a temas que os historiadores pesquisavam no passado e que nos interessam no presente. Dessa forma, as obras históricas são compreendidas como documentos do presente e da cultura em que foram produzidas[7]. A grande vantagem de refletir sobre o passado da história como disciplina é desenvolver uma crítica historiográfica que evite a cristalização de procedimentos teórico-metodológicos, impedindo-os, dessa forma, de assumirem a posição de verdade disciplinar inquestionável[8].

Segundo o historiador português Fernando Catroga, é fundamental que a história, enquanto disciplina e ciência, reflita sobre si. Trata-se, antes de tudo, de uma questão prática: é necessário elaborar os problemas cotidianos enfrentados pelos historiadores. O grande desafio para os historiadores pela história da historiografia, segundo Catroga, está em não cair em um empirismo puro, ao mesmo tempo em que não se pode abrir

6 MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. *Textos de história*, v.10, n.1/2, 2002.

7 CROCE, Benedetto. *A história pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

8 Segundo Horst Walter Blanke a história da historiografia seria um instrumento de "verificação de padrões científicos" que pode ser utilizado com duas funções distintas: a função afirmativa e a função crítica. A função afirmativa é utilizada para valorizar determinadas produções historiográficas ou de inventar tradições. A função crítica é mobilizada "com a intenção de criticar princípios ideológicos e superar criticamente visões de mundo e posições políticas. Ver mais em: BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita*: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

mão da análise das fontes[9]. Portanto, as pesquisas em história da historiografia devem buscar desvendar a distância entre o discurso dos historiadores e as suas práticas.

Entendemos que a prática historiográfica não é algo natural. Ela precisa ser objeto de reflexão, análise, questionamento e verificação. E é papel dos historiadores pensarem sobre ela, pois, caso não o façam, ficarão à margem do debate sobre as especificidades do seu próprio ofício.

O trabalho do historiador que pesquisa a história da historiografia é a análise de uma ciência que já está feita, mas não é uma reflexão externa ao tempo ou à historicidade, já que ao mesmo tempo em que analisamos, fazemos história. Importante destacar que a prática da historiografia é mais ampla do que o cotidiano acadêmico. Ao longo da presente dissertação, buscamos indicar isso, demonstrando como os debates historiográficos dos anos 1980 e 1990 estavam conectados com elementos externos à academia e, no caso específico do nosso objeto, à trajetória de José Murilo de Carvalho, como sua atuação na mídia se relacionou com sua atuação científica.

No Brasil, pesquisas em história da historiografia ganharam maior força e relevância a partir de meados dos anos 1990, cerca de vinte anos após o processo de organização dos programas de pós-graduação em história, e com a abertura de linhas de pesquisa em teoria da história e historiografia[10]. Neste período, houve no país um movimento de inauguração de cursos e disciplinas de historiografia, além de um constante aumento no número de trabalhos e publicações de viés historiográfico[11].

[9] CATROGA, Fernando. O valor epistemológico da história da história. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.). *Outros combates pela história.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
[10] FICO, Carlos. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990. In: GUAZZELL, César Augusto Barcellos et alii (orgs.) *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre; Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
[11] MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. *Textos de história*, v.10, n.1/2, 2002.

Durante a década de 1980, este tipo de pesquisa ainda era escasso, provavelmente devido ao reflexo das rápidas mudanças epistemológicas, teóricas e conceituais vividas no campo da história à época. Os anos oitenta ficaram marcados na historiografia nacional como o período de adesão às novas tendências, referências, temas e abordagens, enquanto os anos noventa foram o momento de consolidação e reflexão.

Com isso, não queremos dizer que, em períodos anteriores, os historiadores não refletiam sobre o seu próprio ofício. Em momento bem anterior, outros historiadores já tinham desenvolvido estudos sobre a historiografia brasileira. Os casos de José Honório Rodrigues e Francisco Iglésias são exemplares nesse sentido O que ocorreu a partir dos anos 1980, no Brasil, foi uma maior sistematização de disciplinas, cursos e pesquisas. O curso de história na UFMG, por exemplo, só se tornou independente nos anos 1950 ao se separar do curso de geografia[12].

É importante lembrar que a organização institucional que moldou os cursos de graduação e pós-graduação, tal como funcionam ainda hoje, ocorreu no fim dos anos 60, com a Reforma Universitária de 1968, e só atingiu a área de história nos anos 1970. Por consequência da aplicação das medidas da reforma, a maior parte dos programas de pós-graduação em história do país e, consequentemente, das linhas de pesquisa em historiografia e teoria da história, datam da virada da década de 1980 para a década de 1990[13].

[12] Ver mais em: FRANZINI, Fábio. GONTIJO,Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma tradição, anos 1940-1960.In: SOIHET, Rachel. ALMEIDA, Maria. R. C. GONTIJO. Receba. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. E: SANTOS, Alessandra Soares. *Francisco Iglésias* – A história e o historiador. São Paulo. Editora Alameda, 2017

[13] Ver mais em: LIRA. Alexandre Tavares do Nascimento. As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO* e FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989):* elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992.

Um número crescente de pesquisadores tem se dedicado a pesquisar a história da historiografia brasileira das últimas décadas do século XX, sobretudo autores que buscam refletir sobre as mudanças epistemológicas e teóricas que teriam ocorrido no período. Dois trabalhos merecem destaque no nosso texto, o realizado por Carlos Fico e Ronald Polito em 1992, *A história do Brasil 1980-1989 – elementos para uma avaliação historiográfica*, já citado anteriormente, e a tese de doutoramento de Ricardo Marques de Mello, *Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História: 1981-2000*, defendida no ano de 2012, na Universidade de Brasília, e que foi publicada como livro em 2016. O trabalho de Fico e Polito é extremamente volumoso no que se refere às fontes utilizadas para a análise. Os autores realizaram um extenso levantamento de toda a produção em história no Brasil da década de 1980 e puderam concluir que, lentamente, a historiografia nacional se tornava mais diversificada no que ser refere à fontes e abordagens, fruto da influência da nova história cultural e social.

No trabalho de Mello foram analisados apenas artigos da *Revista Brasileira de História,* enquanto Fico e Polito pesquisaram periódicos, livros, teses e dissertações. Mello, como deixa claro no título de sua tese, foi atrás das tendências do período, e conseguiu demonstrar que, diferentemente do que era defendido por historiadores brasileiros dos anos 1980 e 1990, as mudanças no período não foram tão grandes. Além disso, foi possível verificar que, apesar de uma real abertura temática, os autores mais referenciados e as abordagens mais praticadas ainda eram muito semelhantes ao cenário dos anos 1960 e 1970.

Trabalhos com recortes mais específicos auxiliam em nosso debate, sobretudo artigos de balanço historiográfico temático: Margareth Rago, por exemplo, escreveu

balanços sobre a "nova historiografia brasileira"[14] e sobre os usos e apropriações da filosofia de Michel Foucault pelos historiadores[15]; Laura de Melo e Souza realizou balanços sobre o desenvolvimento de pesquisas sobre história cultural no país[16]; José Jobson de Arruda tratou da historiografia luso-brasileira[17]; Jurandir Malerba desenvolveu críticas sobre trabalhos de Historiografia e teoria e metodologia da história[18]; Maria Helena Capelato e Eliana Dutra produziram um estudo sobre representações políticas na historiografia brasileira dos anos noventa[19]. Outros importantes autores brasileiros, como Ronaldo Vainfas[20], Astor Antônio Diehl[21] e Suely Queiroz também realizaram análises significativas deste tipo[22].

Acreditamos que nossa pesquisa e abordagem se aproximem mais do que foi desenvolvido por Salgado Guimarães, que entendia história da historiografia como sendo a historicização da própria disciplina. O autor buscou possibilidades de questionamento das práticas dos historiadores, mantendo sempre a atenção às artimanhas da memória, que são intrínsecas ao trabalho historiográficos e que podem levar à cristalização de autores e obras. Portanto, tentamos ficar atentos aos embates, disputas e tensões que intermeiam a escrita da história.

---

[14] RAGO, Margareth. A "Nova" Historiografia Brasileira*. Anos 90*. Porto Alegre, n.11, julho de 1999.
[15] RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira*. Tempo Social; Revista de Sociologia.* USP, São Paulo n.7, p.67-82, outubro de 1995.
[16] SOUZA, Laura de Mello. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 2007.
[17] ARRUDA, José Jobson. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP. EDUSC, 1999.
[18] MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. *Textos de história*, v.10, n.1/2, 2002.
[19] CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar.*
[20] VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n.50,p.217-235, jan/jun. 2009.
[21] DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980*: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira. Porto Alegre, Editora Evagraf, 1993.
[22] QUEIROZ, Suely Robles Reis e. *Política e cultura no Império Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

Foi neste sentido que consideramos algumas características da historiografia brasileira dos anos 1980 e 1990, conforme destacadas por outros estudiosos, o que foi importante para a análises das práticas letradas de um importante nome do período (e que continua importante, uma vez que não deixou de atuar e segue publicando livros e artigos). Trata-se, do o historiador mineiro, membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Ciências, José Murilo de Carvalho. Entendemos que o autor, com dupla formação, em ciência política e história, foi nome importante dentro da produção em história no Brasil das duas décadas selecionadas. Carvalho, apesar de ser uma importante referência ao se tratar de temas como o Império e a Proclamação da República, nunca teve sua obra estudada por meio de uma pesquisa historiográfica mais específica.

Ao analisar seus trabalhos e sua trajetória, podemos compreender suas escolhas teórico-metodológicas, além das disputas e embates em que esteve envolvido durante o período. Acreditamos que sua obra é de grande importância para a historiografia nacional contemporânea, principalmente por agregar diversos elementos centrais dentro do que é produzido em história política e história cultural atualmente no Brasil.

Seguindo os conselhos de Manoel Luiz Salgado Guimarães, sobretudo quando ele alertava que artimanhas da memória são intrínsecas ao trabalho historiográfico, procuramos sempre manter o olhar o mais atento possível, criando questionamentos e buscando driblar a postura egocêntrica e anacrônica. Dessa forma, buscamos compreender como a obra de José Murilo de Carvalho, quando lida em conjunto, pode representar uma interpretação histórica do Brasil, porém, evitando colocar o autor em um panteão acima do bem e do mal. Esperamos ter atingido tal objetivo.

Para isso, a dissertação foi dividida em três capítulos, que não seguem uma ordem cronológica e podem ser lidos individualmente, apesar de terem sido pensados em conjunto. No primeiro capítulo, nossa intenção foi demonstrar que a principal abordagem utilizada por Carvalho ao longo de sua carreira foi a chamada "história política renovada". Inicialmente, buscando contextualizar e ambientar nossos leitores ao cenário no qual ele estava inserido, contamos um pouco da vida pessoal e acadêmica do autor, sua formação, o momento quando despertou o interesse pela história e qual foi o papel de sua formação nos Estados Unidos e na Inglaterra. Durante seu período no exterior, Carvalho teve contato com abordagens transdisciplinares que valorizavam as ferramentas teóricas da antropologia, o que foi fundamental em sua formação.

Em seguida, fizemos um histórico sobre os debates envolvendo os conceitos de "cultura política" e "representação", ambos essenciais para compreender a história política produzida por José Murilo de Carvalho. Os dois conceitos, apesar de não terem sido originalmente formulados dentro da historiografia, foram adotados por historiadores que tratavam de temas políticos após o contexto da chamada renovação da história política. Após ser acusada de elitista, de narrar apenas a história dos vencedores e das instituições dominantes, a história política passou por um processo de reformulação, alinhando-se ao que era produzido na história cultural. No Brasil, Carvalho foi um dos pioneiros neste tipo de abordagem ao dialogar com autores como Almond, Verba, Clifford Geertz, Bronislaw Baczko, René Remond, Serge Bernstein, Maurice Agulhon, entre outros. Além disso, o autor foi um dos precursores na produção de uma história política que colocava as classes populares no centro dos acontecimentos, desviando o foco das elites e considerando o povo como autor de sua

própria história, revelando o peso da antropologia e da ciência política em seus trabalhos.

Ao utilizar os conceitos de história política e representação, Carvalho buscou demonstrar como as classes populares reagiram durante o processo da Proclamação da República, quais eram seus ideais e imaginário político. Ao pesquisar sobre as diversas tentativas das elites políticas de criarem um imaginário nas camadas marginalizadas da população, Carvalho demonstrou que o povo possuía autonomia, sabedoria e formas de resistência, ou seja, formava-se de sujeitos plenos.

Analisar a relação de José Murilo de Carvalho com a história política foi uma rica possibilidade de compreender questões sobre esse tipo de abordagem no Brasil durante os anos 1980 e 1990. Outro elemento possível de observar é a renovação de fontes e temas. Carvalho mobilizou uma grande variedade de fontes, das tradicionais, como documentos produzidos por órgãos oficiais, à charges e tiras de jornais, que se popularizaram no país a partir dos anos 1990. Podemos perceber que existiu no período uma disputa de narrativas. Os historiadores que se aproximaram da abordagem cultural influenciada pela antropologia buscaram marcar território e se diferenciar da "geração anterior", identificada por pesquisadores alinhados à história política e social de viés marxista. Carvalho foi um grande defensor da chamada nova história, buscava marcar as diferenças e exaltar sua produção. Ele considerava que as narrativas produzidas até os anos 1970 tinham uma tendência determinista, uma visão de história "fechada"[23].

No segundo capítulo, buscamos compreender aspectos da atuação de José Murilo de Carvalho enquanto intelectual público. Entramos no complexo debate sobre as definições de intelectual. O conceito que foi mais útil ao nosso trabalho foi o de

[23] OLIVEIRA, Lucia Lippi; FERREIRA, Marieta de Moraes; CASTRO, Celso. Entrevista com José Murilo de Carvalho. *Revista Estudos Históricos*, n.22, 1998.

Durkheim, que classificou como intelectuais aqueles que são atuantes e embasados cientificamente tanto na academia quanto nos meios de comunicação. Exploramos a obra acadêmica de Carvalho, elemento de grande importância para a sua posterior participação na mídia.

Após a publicação de *Os Bestializados* e *A Formação das Almas*, Carvalho deu prosseguimento a uma linha interpretativa que continuou conferindo grande importância às classes populares para a compreensão da história nacional. No capítulo II buscamos demonstrar como o autor manteve uma linha argumentativa desde então, pautado sempre pela busca da cidadania e dos valores democráticos. Desde então, a obra de Carvalho ganhou importância e se tornou indispensável ao se estudar o período imperial e as primeiras décadas da República. Diferente das interpretações da história do Brasil produzidas em épocas anteriores, sobretudo as ligadas à tradição ensaística brasileira, que marcou a primeira metade do século XX, a interpretação de José Murilo foi desenvolvida ao longo de vários trabalhos. Um leitor que, por exemplo, ler apenas *Os Bestializados*, não terá acesso à sua interpretação, apenas a alguns dos elementos que o autor compôs. Entendemos que seus textos, quando lidos em conjunto, formam um quadro explicativo para a história do Brasil. Quadro esse, que o autor desenvolveu a partir das ideias de cidadania e democracia.

Ao se tornar uma referência entre os pares, Carvalho ganhou liberdade para questionar as práticas da própria historiografia. Tal elemento de sua trajetória revela os silenciamentos que ocorrem dentro da academia, haja vista a tendência de levar em consideração as críticas formuladas apenas por pesquisadores de reconhecimento notório.

No terceiro capítulo, nossos esforços foram no sentido de compreender uma segunda faceta da trajetória de José Murilo de Carvalho, ou seja, sua atuação na mídia enquanto intelectual público, participante ativo dos debates nacionais. Por ser um lado menos conhecido e menos explorado de sua carreira, buscamos mostrar como o autor sempre manteve a coerência entre seus trabalhos acadêmicos e os produzidos para a grande mídia, para além dos pares da história e das ciências sociais. Nosso objetivo foi compreender as formas como o autor transportou sua produção acadêmica/ científica, produzida para os pares, para o público mais amplo dos meios de comunicação. Outro ponto que foi trabalhado no capítulo 2 foi justamente sobre as possibilidades de os historiadores acadêmicos contemporâneos atuarem na mídia. Como demonstrado no capítulo, Carvalho é um dos únicos nomes da historiografia nacional que preenche o espaço da grande mídia, revistas, jornais, internet e televisão, com conteúdo desenvolvido por suas próprias pesquisas acadêmicas.

Para desenvolver o capítulo, voltamos a uma antiga polêmica que envolve o nome do autor e já motivou uma série de artigos e direitos de resposta: se ele seria ou não um defensor da monarquia e do período imperial. Analisar o debate sobre o tema permitiu examinar a obra midiática do autor e compará-la à sua obra acadêmica, deixando claro quais são os pontos de contato entre as duas e demonstrando a certa coerência do autor ao longo das décadas.

Esperamos que a leitura seja agradável e que, ao analisar aspectos da obra e da trajetória de José Murilo de Carvalho ao longo das décadas de 1980 e 1990, esta dissertação contribua para o esclarecimento de questões caras à historiografia do período e ao presente. Também esperamos contribuir, nos limites desta pesquisa, à discussão sobre o papel público que pode ser exercido pelos historiadores

contemporâneos. O caso do autor que pesquisamos pode funcionar como um motivador para que o tema seja mais debatido e explorado.

Capítulo I

Um historiador do político

Em uma longa e reconhecida trajetória intelectual, o historiador José Murilo de Carvalho contribuiu para a construção de uma identidade do fazer historiográfico brasileiro ao longo das últimas décadas[24]. Não temos dúvidas de que analisar a sua obra poderá ser uma rica possibilidade para compreender melhor a constituição da disciplina história no Brasil ao longo das décadas de 1980 e 1990, uma vez que ele foi um importante ator no período ao mesmo tempo em que estava condicionado aos novos debates. Como acreditamos que as pesquisas históricas também dizem respeito ao presente do autor que as produziram, é, outrossim, uma possibilidade de ter acesso aos debates historiográficos, políticos e sociais da história recente do Brasil, sendo tais temas tratados diretamente ou indiretamente nos seus trabalhos. O autor participou ativamente do estabelecimento de novos parâmetros para a historiografia nacional, sejam eles temáticos, teóricos ou metodológicos. Além disso, pretendemos identificar as especificidades desse importante historiador durante seus mais de quarenta anos de atuação.

Com a realização da pesquisa e a leitura de sua produção, foi possível identificar um elemento que perpassa a maior parte da obra de Carvalho: a opção pela história política. Sem dúvidas, ele pode ser classificado como um historiador dos temas ligados

[24] Após concluir sua formação no exterior, na virada da década de 1980 para 1990, José Murilo de Carvalho retornou ao Brasil. Durante esse período, atuou como pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), da Fundação Casa de Rui Barbosa (CdRB) e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) / Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mais tarde, em meados dos anos 1990, tornou-se professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde trabalhou até a sua aposentadoria, como em 2009. Na primeira metade dos anos 2000 teve seu trabalho reconhecido por duas importantes instituições nacionais, tornando-se membro da Academia Brasileira de Ciências (2003) e da Academia Brasileira de Letras (2004).

ao mundo do político. De qualquer forma, acreditamos que definir um autor com uma produção tão rica e vasta apenas como um pesquisador da história política não é suficiente. Isso diz muito pouco sobre o autor e sua produção. O período em que José Murilo de Carvalho produziu a maior quantidade de seus trabalhos em história, os anos 1980 e 1990, foi marcado por uma série de aberturas e mudanças no fazer historiográfico. A produção em história, no Brasil, se tornou mais rica, sofisticada e diversificada. Por tais razões, definições são cada vez mais difíceis e perigosas de serem feitas, pois corremos o risco de cair em determinismos e ambiguidades, visto que a própria definição de história política passou por grandes mudanças, como veremos adiante.

Mineiro, natural da pequena Andrelândia, José Murilo estudou durante a infância em um colégio interno de freis franciscanos holandeses. Filho de um dentista com uma dona de casa, possuía uma modesta biblioteca montada pelo pai em sua residência, onde teve os primeiros contatos com a literatura. Fez a sua graduação em ciência política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nos anos 1960, período em que o curso ainda era sediado na Faculdade de Economia, no qual era bolsista.

Carvalho despertou seu interesse pela história durante um trabalho de pesquisa ainda no período da graduação:

> Os bolsistas da faculdade precisavam fazer dois trabalhos, um a cada ano. Um deles foi sobre Barbacena, um professor imediatamente me deu a receita: "Em Barbacena é o latifúndio que manda na política." Um tipo de marxismo bastante simples. Fui pra lá com aquela ideia na cabeça, atrás do latifúndio controlando a política, e não encontrei nada, pois Barbacena já era uma cidade quase terciária. O que havia lá, sim, era o que Hélio Jaguaribe chamava de Estado Cartorial. Quer dizer, o recurso político fundamental era o emprego público. De alguma maneira, era a política que predominava. A política e a família. Isso me marcou

> muito, tive que estudar história para fazer a história de Barbacena. Foi então que li Saint-Hilaire pela primeira vez. Afora a influência de Iglésias como historiador, essa pesquisa me levou a trabalhar com documentos. Foi por aí também que passei a ter certa simpatia pela história ou, pelo menos, que passei a querer combinar história com ciência social. Porque é típico da ciência social ter suas hipóteses, suas teorias quando se vai para o campo, e vi o perigo dos esquemas pré-fabricados[25].

O historiador e professor de história na Faculdade de Economia da UFMG, Francisco Iglésias, foi uma das figuras que mais influenciou José Murilo de Carvalho durante o período da graduação[26]:

> Meu interesse pela história foi despertado por um dos professores da faculdade chamado Francisco Iglesias, que era um dos mais conhecidos historiadores mineiros. Ele faleceu há pouco tempo, mas era um excelente historiador e professor. Além de ser apaixonado por história, a ligava a diversos outros campos do conhecimento, como o cinema e a literatura, o que tornava o estudo da história uma atração especial. O método de ensino dele baseava-se em não dar respostas fechadas aos estudantes, já que qualquer tema pode ser tratado historicamente. Daí sua tática de despertar a criatividade, ampliar os interesses[27].

Após concluir a graduação em ciência política, José Murilo de Carvalho foi, como bolsista da Fundação Ford, para a Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, desenvolver suas pesquisas de mestrado e doutorado, ambas sobre a elite política brasileira no período final do regime imperial. No final da década de 1970 foi para a Universidade de Londres, na Inglaterra, onde realizou um pós-doutorado sobre História da América Latina. Nos anos 1980 voltou aos Estados Unidos, dessa vez para trabalhar na Universidade de Princeton, lugar em que teve contato com dois professores que,

[25] OLIVEIRA, Lucia Lippi; FERREIRA, Marieta de Moraes; CASTRO, Celso. Entrevista com José Murilo de Carvalho. *Revista Estudos Históricos*, n.22, 1998.

[26] O trabalho intelectual de Francisco Iglésias foi investigado por Alessandra Soares Santos na tese de doutorado: *A universidade, a história e o historiador*: *o itinerário intelectual de Francisco Iglésias*, defendida no ano de 2013 ,Programa de Pós-graduação em História da UFMG.

[27] Entrevista concedida ao programa Globo Ciência em 2009. Disponível em: http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2012/01/entrevista-jose-murilo-de-carvalho-aborda-cidadania-politica-na-historia.html

segundo ele próprio, exerceram grande influência em seus trabalhos posteriores: o antropólogo Clifford Geertz e o historiador Robert Darnton, ambos norte-americanos. Ainda em Princeton teve contato com pesquisas interdisciplinares em ciências humanas e foi atraído pelas abordagens da história cultural.

Ser graduado em ciência política e ter atuado durante décadas como historiador é um dos indícios da pluralidade de influências e diálogos desenvolvidos por José Murilo de Carvalho ao longo de sua carreira. Os elementos da ciência política aparecem em seus textos principalmente através das referências aos modelos de explicação da cultura política nacional. Podemos observar que as maneiras como ele tratou dos temas da cidadania e da participação política foram próximas ao que foi desenvolvido por Gabriel Almond e Sidney Verba, no clássico livro *A cultura cívica*, e por T. H. Marshall em *Cidadania, classe social e status*. Apesar disso, Carvalho sempre buscou matizar os conceitos da ciência política e os colocou em um panorama histórico e cultural, no sentido antropológico apreendido pela história política, mais complexo, evitando determinismos. Assim como no trabalho de pesquisa sobre Barbacena que realizou durante a graduação, a impressão que se tem ao ler seus trabalhos e ter contato com seus relatos, é a de que apenas os modelos das ciências sociais nunca foram suficientes para o autor elaborar suas teses e sustentar suas argumentações.

Sobre o tema de sua tese em ciência política, Carvalho explica que havia nos Estados Unidos um grande debate sobre as formas e manifestações de poder. Segundo ele, no Brasil da virada da década de 1970 para 1980, ainda existia um certo incômodo por parte dos intelectuais em relação ao tratamento das elites políticas e militares.

Quem desenvolvesse pesquisas sobre tais temas poderia sofrer constrangimentos e até mesmo ser acusado de ser conivente com a ditadura militar vigente na época[28].

Ainda sobre a influência da produção estadunidense em ciência política, Carvalho afirmou ter tido contato com uma série de autores, temas e conceitos que seriam importantes na sua trajetória ainda no período da graduação, no Brasil. Nos anos 1960, um grande número de cientistas políticos mineiros, em sua maior parte ex-alunos formados pela UFMG, foram estudar na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), que já seguia a orientação teórica de influência norte-americana. Ao lado dos clássicos da sociologia alemã e francesa, representadas por autores como Karl Marx, Max Weber, Mannheim, Durkheim e Gurvitch, os alunos brasileiros formados na FLACSO foram importantes referências no curso de ciência política da UFMG ao longo dos últimos anos da década de 1960 e durante a década de 1970. Grande parte dos alunos que se formavam no exterior viravam professores assim que retornavam ao Brasil[29]. Dessa forma, quando chegou aos Estados Unidos, parte da literatura envolvendo modernização e cultura política não era novidade para o mineiro.

No que tange às teorias históricas, José Murilo de Carvalho afirma que as trocas com os pesquisadores norte-americanos foram menos intensas do que no campo das ciências sociais, mais especificamente, a ciência política. Os programas de bolsas de estudos que levavam brasileiros para estudar nos programas de pós-graduação das universidades dos Estados Unidos, entre eles o da Fundação Ford - que financiou o mestrado e o doutorado de Carvalho -, não possuíam vagas para pesquisas em história. Existem duas possíveis razões para tal indisposição das agências de financiamento

[28] OLIVEIRA, Lucia Lippi; FERREIRA, Marieta de Moraes; CASTRO, Celso. Entrevista com José Murilo de Carvalho. *Revista Estudos Históricos*, n.22, 1998.
[29] OLIVEIRA, Lucia Lippi; FERREIRA, Marieta de Moraes; CASTRO, Celso. Entrevista com José Murilo de Carvalho. *Revista Estudos Históricos*, n.22, 1998.

internacionais de pesquisas em relação à história: a primeira é que a historiografia tenderia a resistir mais à interferência externa do que a ciência política, a antropologia e a geografia.

Fenômeno semelhante também foi observado no Brasil nas primeiras décadas do século XX, com a participação de estrangeiros na formação da Universidade de São Paulo (USP), em que cursos como antropologia, sociologia e geografia receberam maior atenção do que história. O segundo motivo, esse destacado por Carvalho, é que, durante os anos 1960 e 1970, cenário do auge da Guerra Fria, os Estados Unidos estavam interessados em disseminar suas teorias políticas no Brasil e na América Latina como um todo. Era uma tentativa de propagar o discurso democrático e liberal na região em contraponto ao discurso comunista soviético[30].

A falta de um amplo contato com historiadores no período que passou nos Estados Unidos não diminuiu o interesse que o pesquisador nutria pela história desde os tempos de graduação. Tanto a dissertação de mestrado como a tese de doutorado de José Murilo de Carvalho foram defendidas no Departamento de Ciência Política da Universidade de Stanford, mas não deixam de ser textos interdisciplinares, que dialogam e navegam pela história. Esses dois trabalhos renderam uma pesquisa que foi dividida em dois volumes, *Teatro das Sombras – A construção da ordem* (foram publicados na forma de um único livro em 2003), na qual Carvalho analisou os modos de como a elite política brasileira foi eficiente na construção do aparato estatal durante o Império e nas estratégias de manutenção do poder. Depois disso, o interesse do autor foi direcionado para o tema da cidadania e da "construção" - ou tentativa de construção - da nação brasileira. Os seus estudos sobre cidadania possuem o mesmo recorte temporal e

[30] OLIVEIRA, Lucia Lippi; FERREIRA, Marieta de Moraes; CASTRO, Celso. Entrevista com José Murilo de Carvalho. *Revista Estudos Históricos*, n.22, 1998.

espacial que os seus estudos sobre a elite política, ou seja, a cidade do Rio de Janeiro no momento de transição do Império para a República. Como fruto dessas pesquisas, o autor escreveu outros dois livros, *Os bestializados* (1987) e *A formação das almas* (1990), que tiveram capítulos publicados em periódicos antes de serem lançados como livros completos. Mais tarde, Carvalho publicaria duas coletâneas de textos que tratavam sobre cidadania e republicanismo: *Pontos e Bordados* (1998) e *O Pecado Original da República* (2017).

Tanto nos livros que refletem sobre a elite política, como nos livros cujo tema é a construção da cidadania e da nação, José Murilo de Carvalho estava inserido em um debate mais amplo, que ocorreu em paralelo, e que movimentou a historiografia brasileira dos anos 1980 e 1990: o de repensar o período do Império e o da República. Os trabalhos historiográficos do período desenvolveram uma nova perspectiva em relação ao Império, que, até então, era tratado como um período de atraso na história brasileira. As novas abordagens, que misturaram história política, social e cultural, valorizavam temas como a cidadania e a participação popular durante o período[31]. Na interpretação desenvolvida por Carvalho, o Império, amparado pela Constituição de 1824, foi um período mais democrático, com maior volume de práticas de cidadania e participação política do que a República posteriormente implantada.[32]

Dedicar-se aos estudos históricos sobre o Brasil República nem de longe era uma exclusividade de José Murilo de Carvalho, como pode ser visto nos estudos de Carlos

[31] QUEIROZ, Suely Robles Reis e. *Política e cultura no Império Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2010.
[32] Segundo José Murilo de Carvalho, tal posicionamento teria lhe causado alguns constrangimentos ao ser considerado um monarquista. Essas acusações ganharam força quando o pesquisador estimulou o debate sobre a opção pela monarquia no plebiscito de 1993. Em sua defesa, ele esclarece sua opção: "Todo mundo me cobra isso. Acho que em muitos setores nunca fui perdoado. Tenho exemplos concretos do alto custo que paguei. E o mais irônico é que não era minha intenção defender a monarquia, eu não estava sendo monarquista quando me manifestei. Apenas, ao vir o plebiscito e ao se começarem a discutir regimes políticos e formas de governo, me pareceu que, do ponto de vista institucional e político, havia algumas lições a serem tiradas do período do Império".

Fico e Ronald Polito[33]. Entre as mudanças sofridas pela historiografia a partir do fim dos anos 70, uma das principais foi o deslocamento das pesquisas para a História do Brasil e para o período republicano. Os estudos com esse recorte temático somavam cerca de 60% de todas as publicações acadêmicas em história[34]. Se existe um consenso entre os pesquisadores que analisaram a historiografia brasileira das décadas de oitenta e noventa, é que o deslocamento para a história do Brasil e para recortes temporais mais próximos aos dos autores são duas fortes características da produção do período.

Não por acaso, Carvalho se apresentava como um defensor da história cultural, fruto da chamada história das mentalidades. Na esteira de Lawrence Stone, ele apresentou, em uma conferência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1993, as grandes vantagens da "nova história" e suas possibilidades para a atuação dos historioadores. O novo modelo de historiografia teria redirecionado a centralidade conferida aos fatores econômicos e geográficos para uma preocupação direta com o homem. A visão sobre os acontecimentos, defendeu, passava a ser mais sofisticada, uma abordagem multicausal e interconectada substituía os antigos modelos deterministas monocausais. José Murilo de Carvalho valorizou a influência da antropologia sobre a nova historiografia, sobretudo a antropologia de Geertz, na qual a cultura é considerada o principal elemento por meio do qual um sentido é produzido para a realidade social, e não a dimensão material, como defendido nas perspectivas marxistas. Ao enfatizar a cultura, afirmou, o historiador se vê diante de uma nova percepção da realidade, ao mesmo tempo em que suas possibilidades de atuação são ampliadas.

[33] FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989):* elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992.
[34] ARRUDA, José Jobson. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP. EDUSC, 1999.

De todas as vantagens das novas tendências historiográficas levantadas pelo autor na conferência, a que ele considerou como principal foi a superação de narrativas deterministas em favor de um modelo de história como processo indeterminado. Carvalho chegou a denunciar os modelos de escrita de história influenciados pelas filosofias da história do século XIX. O modelo anterior, afirmou, estava preocupado em concluir a história, enquanto o novo pensa em abrir possibilidades[35].

O livro *A formação das almas* é aquele no qual José Murilo de Carvalho mais se alinhou às abordagens teóricas e metodológicas da história cultural. O livro é composto por uma abordagem que mescla o cultural com a história política renovada. Essa adesão não é explícita. Ele não afirmou, em nenhum momento, estar praticando uma história política renovada, mas essa perspectiva está presente nos argumentos e, principalmente, no tratamento dos temas e das fontes, ao longo do texto. No livro, o autor descreve como as elites políticas que atuaram no evento da Proclamação da República desenvolveram estratégias para criar na população um imaginário republicano que garantisse a legitimidade e o desenvolvimento seguro do novo regime.

O teatro das sombras é um trabalho situado entre duas histórias políticas, a tradicional e a renovada. São as expressões do poder que, destacadas, configuram a narrativa. Em *Os bestializados*, questões referentes à história social se fundem com a nova história política. O autor analisou uma revolta popular, a Revolta da Vacina, e chamou a atenção para as condições sociais da população pobre do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do novo regime. A abordagem da história cultural é privilegiada em *A formação das almas*. Ao tratar do imaginário republicano, Carvalho elaborou uma análise em que ganham relevo conceitos como nacionalidade, poder simbólico, representações

[35] CARVALHO, José Murilo de. A nova historiografia brasileira e o imaginário da República. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, 1993.

do poder, sentimentos de pertencimento, heróis nacionais e visões de mundo. Esse é um dos momentos em que ficam mais claras as opções do autor pela história política renovada e pelas interpretações baseadas em aspectos culturais.

O que podemos afirmar, a partir da análise da obra de José Murilo de Carvalho, do levantamento bibliográfico e das reflexões feitas até aqui, é que a historiografia nacional, ao longo das décadas de 1980 e 1990, passou por um período de rearranjos institucionais, reflexão teórica, abertura a novos temas e influências. A produção no período foi majoritariamente sobre história do Brasil, história do Brasil República para ser mais específico, revelando uma aproximação espacial e temporal dos pesquisadores com seus objetos de pesquisa. Houve um deslocamento epistemológico privilegiando a abordagem cultural, aproximando a história da antropologia, responsável por ampliar os temas trabalhados pelos historiadores do social e da política. Outro movimento importante foi o de democratizar as narrativas, incluindo camadas sociais compostas por indivíduos que antes eram ignorados enquanto sujeitos históricos conscientes. Foram exemplos disso os trabalhos que passaram a incluir em suas narrativas as mulheres, os negros, os homossexuais, enfim, todos aqueles que não eram considerados como pertencentes à elite brasileira. Os trabalhos que abordavam temas considerados tradicionais também sofreram transformações. É o caso de *O teatro das sombras*, no qual Carvalho analisa movimentações da elite, mas sob o prisma do imaginário e da cultura política.

No presente capítulo, temos a intenção de analisar a obra do autor sob as perspectivas da história política renovada e produzida nas últimas décadas do século XX, de quais formas Carvalho as mobilizou e as agregou à historiografia brasileira.

Culturas políticas e representação

A história política passou por mudanças profundas, advindas de um intenso debate teórico/ epistemológico, a partir de meados da década de 1970. Este movimento de renovação se iniciou entre a produção de historiadores de países europeus, sobretudo na França, e exerceu grande influência no Brasil. É exatamente sobre as inovações e influências que iremos tratar a seguir. Baseados sempre nas publicações de José Murilo de Carvalho, pretendemos debater e analisar o que o autor entendia por história política, bem como quais foram as suas principais influências e abordagens.

Ao longo de sua obra como um todo, Carvalho estabeleceu uma compreensão de história política bastante horizontal, abrangendo todas as camadas sociais da população brasileira. O autor não privilegiou as classes dominantes ou as elites econômicas, por exemplo, como sendo os únicos agentes conscientes da história. Pelo contrário, grande parte de suas pesquisas tiveram o sentido de demonstrar as maneiras como as camadas mais pobres da população brasileira agiam a partir de seus próprios valores, seu imaginário e suas possibilidades, frente aos desmandos das elites. Em momento algum, o autor condicionou as classes sociais pobres aos mandos e desejos das elites dominantes. Sua postura fica ainda mais clara a partir de *Os Bestializados*, livro em que o destaque está justamente nas formas de organização e nas subjetividades que permeavam as motivações políticas, sociais e culturais da população marginalizada. Podemos afirmar que tal característica, presente em sua produção, está atrelada à história política renovada. Esse tipo de estudo está diretamente ligado aos temas e abordagens da nova

historiografia, e deixa claro como o historiador estava inserido no processo de renovação historiográfica nacional[36].

Outro ponto importante no modelo de história política produzida pelo historiador foram as maneiras pelas quais identificou as estratégias de poder das elites brasileiras. Carvalho pauta suas análises pelas interpretações dos jogos de representação, linguagens e criação de legitimidade. Como veremos mais adiante, com destaque maior para o livro *A Formação das Almas*, ao qual o autor analisou as tentativas de criação de símbolos nacionais pelas elites para legitimar a Proclamação da República, podemos encontrar em seus trabalhos indicações sobre como utilizar o conceito de representações para produzir pesquisas em história política. No Brasil, o autor foi um dos pioneiros neste modelo de análise e contribuiu ativamente para a consolidação desse tipo de abordagem no país, mobilizando um vasto aparato documental e dialogando com autores chave, como Maurice Agulhon e Bronislaw Baczko[37].

Existem, ao menos, dois conceitos que são absolutamente importantes para compreender o modelo de história política produzida por José Murilo de Carvalho e por uma parte considerável da historiografia brasileira dos anos oitenta e noventa: "cultura política' e "representação". Qualquer pesquisa que trate da produção em história política

[36] Os variados movimentos políticos e sociais dos anos 1970 trouxeram novos sujeitos e novas reivindicações para a vida pública do país. Os fortes movimentos identitários, entre eles o movimento feminista e o movimento negro, trouxeram novos debates, estética e formatos para o cotidiano político nacional. Tais movimentos são importantes para entendermos as mudanças na historiografia brasileira do período, pois eles colocaram novos atores em cena. Grupos sociais que até então eram quase completamente marginalizados dos trabalhos acadêmicos, passaram a ter espaço após décadas de luta. É interessante observar que esses movimentos aconteceram em escala internacional, atingindo diversos países ocidentais, colocando em xeque paradigmas da ciência e da filosofia. Ver mais em: RAGO, Margareth. A "Nova" Historiografia Brasileira. Anos 90. Porto Alegre, n.11, julho de 1999. VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. História: Questões e Debates, Curitiba, n.50,p.217-235, jan/jun. 2009.

[37] CARVALHO, José Murilo de. A nova historiografia brasileira e o imaginário da República. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, 1993.

no período das últimas décadas do século XX, necessariamente, irá se defrontar com um desses dois conceitos em algum momento. Portanto, entendemos que é importante compreender as ferramentas teóricas que foram utilizadas pelo autor em suas reflexões e de quais maneiras ele abordou seus temas e recortes. Dessa forma, antes de entrar na análise da obra de Carvalho especificamente, consideramos ser importante para nosso trabalho empreender uma exposição da constituição e dos usos dos dois conceitos no período.

Cultura (s) Política (s)

O conceito de cultura política surgiu a partir de debates em ciência política ao longo dos anos 1950 e 1960, nos Estados Unidos. O conceito se consolidou academicamente a partir do celebrado livro dos cientistas políticos Gabriel Almond e Sidney Verba, intitulado "A cultura cívica", publicado, originalmente em seu país natal, em 1963[38]. A preocupação central dos autores estava relacionada à compreensão dos elementos culturais que condicionavam a existência da democracia norte-americana. No cenário de Guerra Fria, o conceito possuía uma instrumentação dupla, que era demonstrar e justificar a superioridade do modelo político estadunidense em relação ao modelo proposto pelos soviéticos.

Almond e Verba acreditavam na existência de uma relação direta entre o desenvolvimento econômico e a consolidação da democracia, como se a primeira constituísse uma espécie de base necessária, um pré-requisito, para a existência da

[38] ALMOND, G; VERBA, S. *The civic culture*: political atitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989.

segunda. Assim, o modelo político e econômico liberal, bem como seus valores, representariam o quadro estrutural necessário para a prática democrática[39]. O objetivo inicial dos autores, que pesquisavam, majoritariamente, políticas internacionais dos Estados Unidos, era pensar se o modelo liberal democrata norte-americano poderia ser aplicado com sucesso em outras regiões do mundo.

Almond e Verba faziam parte de uma corrente da ciência política que, cada vez mais, rejeitava as abordagens institucionalistas e jurídicas da política. A alternativa dos autores foi criar o conceito de cultura política na intenção de analisar outras esferas da política, como valores e orientações políticas de uma nação, transferindo o foco de análise para os comportamentos do cidadão comum, das massas populares. A maior contribuição do conceito foi demonstrar que a cultura é um dos mais fortes elementos constituidores das relações entre sociedade e Estado[40]:

> No momento da decisão, os agentes têm à disposição um leque de opções, e os fatores culturais (sentimentos, identidades, valores) podem exercer maior ou menor influência, a depender do contexto e dos autores em cena.
>
> Nessa perspectiva, pode ser adotada a seguinte definição para cultura política, sem a pretensão de excluir outras acepções possíveis para um conceito, que é, evidentemente, polissêmico: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro[41].

Não demorou muito para que o conceito se popularizasse e fosse utilizado por profissionais de outros campos das ciências humanas. Os historiadores, em específico,

---

[39] BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro*. Revista Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI, nº1, março, 2005, p. 147-168

[40] NÉSPOLI. José Henrique Songolano. Cultura Política, História Política e Historiografia. *Revista História e Cultura* (UNESP) , Dossiê História e Relações Internacionais, v. 4, n. 1, março 2015.

[41] MOTTA, Rodrigo Patto Sá*.* Universidades, ditadura e cultura política. *Revista Interseções*, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, p. 69-89, jun. 2014.

começaram a utilizar o conceito de cultura política em trabalhos de história política a partir de meados dos anos 1970. Inicialmente, os historiadores que aderiram ao conceito foram aqueles ligados à tradição historiográfica francesa, sobretudo os ligados à Revista dos *Annales*, como, por exemplo, Jacques Le Goff, René Remond e Maurice Agulhon. Ao ser apropriado pela historiografia, o conceito passou por uma série de transformações e adaptações, tornando-se fundamental para a renovação da produção em história política, processo que já foi chamado de "rejuvenescimento da história política"[42].

Uma das mais determinantes alterações realizada pelos historiadores, ao se apropriarem do conceito de cultura política, foi a sua imediata desvinculação da concepção hierarquizante até então utilizada pela ciência política norte-americana, que tinha a clara intenção de sobrevalorizar a democracia capitalista[43]. Outra importante contribuição dos historiadores foi a de abordar a cultura política a partir de um modelo plural, surgindo a possibilidade de compreensão de que mais de uma cultura política pode existir em um mesmo território. Tal diferenciação se deveu à concepção de cultura utilizada pelos historiadores, que se aproximava mais do conceito vindo da antropologia, enquanto na ciência política o conceito adotado de cultura estava mais ligado à psicologia comportamental[44].

A história política, até os anos 1970, estava muito presa aos temas relacionados às classes políticas dominantes e à constituição das instituições do Estado. Alguns historiadores das primeiras "gerações" da Escola dos *Annales* acusavam a história

[42] RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003
[43] BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa. Editora Estampa, 1998.
[44] COSTA, Lorena Lopes da. "Cultura Política": apropriações pela historiografia contemporânea. Caderno de resumos & anais do 5º *Seminário Nacional de História da Historiografia*: biografia & história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.

política de ser elitista por tender a apresentar as elites como os únicos sujeitos históricos. Mais do que isso, como os únicos sujeitos históricos conscientes de suas atuações, decisões e comportamentos políticos. Outra acusação sofrida pela história política até então praticada era a de possuir um modelo narrativo pautado fortemente nos aspcetos factuais, atrelado apenas aos acontecimentos singulares, àquilo que não se repete. Portanto, para tais críticos, ao ignorar a dimensão diacrônica, a história política não poderia ser identificada com a ciência histórica.

> Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores da revista (dos *Annales*), criticavam a valorização do político em detrimento do econômico e do social, sobretudo porque a aparente objetividade deste tipo de história, na prática, dissimulava uma escolha arbitrária que valorizava as elites, os grandes acontecimentos e o tempo curto. Passou-se, a partir dos *Annales*, a condenar a preocupação com fatos únicos, com o particular em detrimento da comparação e do geral, além do caráter elitista de uma preocupação exclusiva com grupos sociais dominantes.[45]

Na tentativa de demonstrar que o problema com a história política estava localizado na abordagem praticada e não no objeto da política em si, os historiadores da área se mobilizaram no sentido de articular seu processo de adaptação e renovação. Dentre as principais estratégias, figurava a adesão a teorias, métodos, conceitos e abordagens vindas de historiadores ligados à tradição dos *Annales* e das ciências sociais, antropologia e sociologia. Um segundo ponto foi a dissociação da história política de temas institucionais, ligados exclusivamente ao Estado ou às lideranças e elites políticas dominantes. Portanto, o que se pode concluir é que os historiadores do político levaram

[45] NÉSPOLI. José Henrique Songolano. Cultura Política, História Política e Historiografia. *Revista História e Cultura* (UNESP) , Dossiê História e Relações Internacionais, v. 4, n. 1, março 2015.

em consideração as críticas da época e se aproximaram da abordagem cultural já praticada por pesquisadores de outras áreas da história[46].

Foi neste agitado cenário que o conceito de cultura política foi incorporado pelos historiadores e teve grande importância para o processo de renovação das pesquisas em história política. A ideia defendida na época era a de que o poder político deveria ser analisado por aspectos que não apenas os institucionais, transformando elementos da subjetividade humana em tema da história política.

Outra contundente crítica feita em relação à história política foi sua abordagem preferencialmente amparada em aspectos factuais e deterministas. Nesse sentido, os historiadores do político uniram as análises culturais e subjetivas à abordagem da longa duração. Nesse contexto de renovação, um dos nomes mais respeitados pela historiografia era Fernand Braudel[47], responsável pelo desenvolvimento da teoria dos três tempos e ritmos de duração: estrutural, conjuntural e dos acontecimentos[48]. Alguns dos historiadores envolvidos no processo de renovação da história política uniram os conceitos das ciências sociais, entre eles o de cultura política, com a teoria das durações de Braudel, demonstrando que a política não poderia ser resumida aos fatos e acontecimentos e ao tempo de curta duração, mas que era necessário colocá-la em uma perspectiva mais ampla, capaz de explorar e demonstrar os fenômenos e

[46] FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
[47] Fernand Braudel conseguiu aliar capital social à sua competência como historiador para atingir alto grau de status entre os pares de sua época. Ver mais em: ARRUDA. José Jobson de Andrade. *Historiografia: Teoria e prática*. São Paulo, Editora Alameda, 2014.
[48] BRAUDEL, Fernand. *O Espaço e a História no Mediterrâneo*. São Paulo, SP. Editora Martins Fontes, 1988.

comportamentos que são únicos, mas especialmente, aqueles que se repetem, os que sobrevivem ao longo do tempo[49].

Com a adoção do conceito de cultura política pelos historiadores foi possível um alinhamento da história política com que era produzido na época. Neste sentido, é importante salientar que se trata de uma história política que se pretendia inovadora, e não de um retorno a qualquer outro modelo que já havia sido produzido anteriormente. Ao se basear nas diferentes durações e no conceito de cultura política, a história política foi capaz de combater suas críticas mais fortes, foi reabilitada pela Escola dos *Annales* e passou a ocupar lugar de importância para a historiografia como um todo[50].

Apesar do uso difundido pelos historiadores nas últimas décadas, o conceito de cultura política nunca esteve imune aos críticos. Entre os cientistas políticos o conceito recebeu uma série de críticas, sendo a mais recorrente, a que o identifica com uma abordagem determinista e autônoma. A acusação de ser determinista se refere ao fator "culturalista", pois os críticos consideravam que cultura política reduziria todos os elementos constituintes do político à questão cultural. Em relação à autonomia, o problema era que os cientistas políticos teriam passado a fazer análises e estudos baseados apenas no conceito de cultura política, sem levar em consideração outras opções teóricas, metodológicas e operacionais, deixando escapar elementos que poderiam ser importantes em suas análises[51].

As críticas ao conceito também não demoraram a aparecer dentro da comunidade de historiadores. Alguns críticos perceberam no conceito a tentativa de hierarquizar

[49] NÉSPOLI. José Henrique Songolano. Cultura Política, História Política e Historiografia. *Revista História e Cultura* (UNESP) , Dossiê História e Relações Internacionais, v. 4, n. 1, março 2015.
[50] RÉMOND, René. Por que a história política? *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, - p. 7-19.
[51] BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Revista Opinião Pública*, v. 11, n. 1, Campinas, março 2005.

diferentes culturas políticas, tomando como modelo superior e referencial a cultura política liberal e democrática dos Estados Unidos[52]. Para Gabriel Almond e Sidney Verba, o conceito tinha uma preocupação de explicar o desenvolvimento do sistema político democrático, o que ajuda a entender o porquê desta criticada característica. Para evitar interpretações etnocêntricas do conceito norte-americano, historiadores como Serge Bernstein e Jean-François Sirinelli desenvolveram diferentes aplicações para o conceito que alteraram a fórmula original na tentativa de combater e superar o seu caráter hierarquizante[53].

De toda maneira, diferentes autores consideram que o uso do conceito pelos historiadores continua próximo ao de seus formuladores originais da ciência política. A ideia central é a de que a cultura exerce um papel fundamental nas ações e comportamentos políticos[54]. A compreensão de que a política também é movida por questões como o imaginário, as paixões e os sentimentos e que, dessa forma, tem a capacidade de construir heróis e mitos a partir de representações, atingiu o modelo de interpretação política tradicional, que entendia os sujeitos como seres objetivos e totalmente conscientes de suas ações. Na abordagem cultural da política, os indivíduos se encontram dentro de um conjunto de possibilidades políticas definidos pelos diversos fatores culturais[55].

Representações – o imaginário popular

[52] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas políticas na história*: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
[53] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Universidades, ditadura e cultura política. *Revista Interseções*, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, p. 69-89, jun. 2014.
[54] GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Editora LTC, 2008.
[55] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas políticas na história*: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

Como visto até aqui, fica cada vez mais claro que a historiografia brasileira dos anos oitenta e noventa estabeleceu intenso diálogo com a antropologia. Em alguns momentos, a relação entre as duas ciências chegou a ser motivo de alarme e preocupação entre os historiadores, que consideravam que seu campo de estudos estava sendo enfraquecido e descaracterizado. Para Clifford Geertz, o medo dos historiadores não fazia sentido, uma vez que a história seria uma disciplina muito mais antiga, mais reproduzida e, por consequência, mais consolidada do que a antropologia. Para ilustrar a sua perspectiva, o autor chegou a fazer uma anedota sobre tal preocupação, destacando que, "qualquer junção (entre história e antropologia), seja como convergência de discursos, seja como convergência da atenção, está fadada a ser um guisado de elefante com coelho, em relação ao qual o elefante não precisa preocupar-se demais com o realce do seu sabor".

O antropólogo americano valorizava a apropriação de conceitos e circulação de formas de abordagens entre as duas disciplinas e explicou as vantagens dessa convergência através de um esquema que envolvia as dimensões espaciais e temporais. Enquanto os historiadores são profissionais que "olham para trás", os antropólogos "olham para os lados". Os historiadores seriam responsáveis por trabalhar com a alteridade do tempo, enquanto os antropólogos lidariam com a alteridade do espaço[56].

Segundo Clifford Geertz, as apropriações conceituais e operacionais advindas da antropologia propiciaram aos historiadores a capacidade de "olhar para o lado", unindo as análises de acontecimentos do passado, os eventos, com a análise das representações. Sobretudo na história política, essa relação entre história e antropologia foi muito

[56] GEERTZ, Clifford. História e antropologia. In: *Nova luz sobre a antropologia*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001, p.111-124.

produtiva. Os historiadores passaram a poder analisar o poder não apenas através das instituições, mas através das dinâmicas e construções simbólicas[57].

Neste sentido, os historiadores passaram a usar cada vez mais os conceitos de representação e de imaginário para compreender aspectos políticos e não políticos do passado. Essa abertura epistemológica, além da antropologia, foi amplamente influenciada por autores e conceitos vindos da filosofia e da sociologia política. O conceito de representação política está articulado com a teoria dos signos, que relaciona pensamento e linguagem[58]:

> O símbolo é um signo implicado numa relação de representação e a representação é a imagem mental mediada, tornada possível, pelo uso dos signos. A relação simbólica, entre o signo e o que ele dá a conhecer, é, portanto, uma relação de representação, em que o signo toma o lugar da coisa representada, o que só pode se efetuar com o recurso ao imaginário[59]

O imaginário social se desenvolve e se estabelece através dos símbolos e suas representações. Esses símbolos podem ser mobilizados para finalidades políticas e/ou de orientação coletiva. A partir das representações é possível desenvolver discursos de dominação e controle político. As instâncias do poder desenvolvem representações simbólicas do poder que, quando disseminadas, se transformam no próprio poder. A imagem criada do poder se transforma no poder real, a força e a legitimidade. Para lidar com esses aspectos discursivos do poder, os historiadores da política se aproximaram de abordagens e fontes que antes eram utilizadas apenas por historiadores da arte, como expressões artísticas e filosóficas. Estudar tais elementos foi uma possibilidade para

[57] GEERTZ, Clifford. História e antropologia. In: *Nova luz sobre a antropologia*. *Op. Cit.* Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001, p.111-124.
[58] CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na Historiografia Brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. *Representações: contribuições a um debate interdisciplinar*, 2002.
[59] CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na Historiografia Brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. *Representações: contribuições a um debate interdisciplinar*, 2002

identificar as forças discursivas de um determinado passado, uma vez que se entende que, entre a arte, seu discurso, e a política, existiriam ligações do poder[60].

As historiadoras Maria Helena Capelato e Eliana Dutra fizeram um levantamento dos teóricos que trataram do conceito de representação e que mais foram utilizados pelos historiadores brasileiros que se dedicaram à história política nos anos 1990. As duas pesquisadoras chamaram a atenção para os trabalhos de Edgar Morin, que desenvolveu um modelo de semiologia pós-estruturalista, conjugando poder e representação. Para mostrar como se constitui o poder através da imagem de Luís XIV, o autor demonstrou que a relação entre poder e representação acontece em uma via de mão dupla. A imagem criada do rei se transforma no real, a força e a legitimidade. Cornelius Castoriadis e Claude Lefort demonstraram como a existência do social é formada pelo imaginário. O imaginário é o que cria e ressignifica.

Outros importantes nomes do período que desenvolveram trabalhos sobre representação foram Pierre Bordieu, Norbert Elias e Bronislaw Backzo, sendo este último um autor especialmente importante para José Murilo de Carvalho e do qual trataremos de suas teorias logo mais adiante. Apresentados os conceitos de cultura política e representação, será mais clara a compreensão de como José Murilo de Carvalho desenvolveu sua concepção de história política.

Para compreender a cultura política dominante em um país e as formas com que ela se relaciona com culturas políticas mais localizadas, é preciso identificar questões do imaginário e dos valores políticos nacionais. Foi baseado em tais aspectos que José Murilo de Carvalho desenvolveu a maior parte da sua obra em história política do Brasil.

[60] CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na Historiografia Brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. *Representações: contribuições a um debate interdisciplinar*, 2002.

Um argumento fundamental nos livros do autor é que existia, no momento da Proclamação da República, uma distância entre o Estado[61], representado pelas elites políticas e pelo modelo republicano então implantado, e a população. Na tentativa de diminuir essa distância e mobilizar um sentimento republicano no povo, parte das elites políticas adeptas de vertentes do republicanismo manipulou uma série de discursos, símbolos e representações de cunho nacional. Um incômodo dos republicanos era o de que a população brasileira não se mobilizava por questões políticas, o que consideravam fundamental para legitimar o regime implantado no país em 1889.

Enquanto nos dois livros originados a partir de sua tese, *A construção da ordem – O teatro das sobras*, José Murilo de Carvalho se dedicou a compreender a formação e a ação das elites políticas no período de transição entre o Império e a República, em *Os bestializados,* o autor focou nas camadas populares durante as primeiras décadas do novo regime político. Nesse sentido, Carvalho buscou demonstrar que, durante os últimos anos do Império e as primeiras décadas do período republicano, a cidade do Rio de Janeiro, então capital, teria sofrido uma série de mudanças demográficas. Entre as décadas de 1870 e 1890, o número de habitantes da capital praticamente dobrou. Este cenário foi fruto do alto número de imigrantes vindos de outras regiões do país e de estrangeiros. Uma das consequências do grande e rápido aumento populacional foi o crescimento do número de pessoas marginalizadas, sem renda ou com subempregos[62].

A República também gerou movimentações políticas na cidade. Segundo o autor, após a mudança de regime, foi possibilitada a circulação de novas ideias e a ampliação daquelas que já estavam presentes no Império, com destaque para o liberalismo, o

[61]CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
[62] CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

positivismo e correntes de esquerda. “Os liberais da época defendiam um pacto social popular federalista, enquanto os positivistas pretendiam exercer a tutela intelectual sobre a nação” (CARVALHO; 1987, p.17). Dentro das correntes de esquerda, intelectuais, trabalhadores tecnicamente qualificados e setores da classe média viam a possibilidade de agir diretamente na política através de jornais e organizações de classe e sindicais.

Diante de tamanhas mazelas e disputas políticas, o governo foi se tornando cada vez mais autoritário e centralizador. O então presidente, Campos Sales, arquitetou uma coalizão com as oligarquias estaduais, o que garantiu seu domínio. Segundo Carvalho, o principal objetivo era passar por cima das vontades e pressões populares. A cidade do Rio de Janeiro era governada, desde 1892, por interventores nomeados pelo presidente da república e dependia do apoio político e econômico do mesmo. Segundo o autor, esse modelo de governabilidade criou um sentimento de despolitização entre a população, o que se refletia em números baixíssimos de eleitores que compareciam às urnas. O poder municipal se fazia afastado da população, e abriam-se os caminhos do autoritarismo.

Neste sentido, podemos observar que José Murilo de Carvalho, assim como outros autores da história política renovada, se dedicou a tratar das camadas sociais mais pobres da sociedade para compreender a cultura política nacional[63]. Indivíduos como imigrantes, moradores de cortiços e trabalhadores pobres são reconhecidos por Carvalho como sujeitos históricos. Mais do que isso, os sujeitos que estavam às margens da sociedade do Rio de Janeiro ganham destaque e são fundamentais na análise do autor. Podemos afirmar, portanto, que o autor foi um importante ator na consolidação da produção em história política renovada no Brasil. Carvalho, ao desenvolver sua

[63] ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia*: Teoria e prática. 1. Ed. São Paulo, Editora Alameda, 476p. 2014.

explicação sobre o evento da Proclamação da República e seus desdobramentos, coloca a população pobre, os sujeitos comuns, como conscientes e ativos.

Outra preocupação de Carvalho foi em relação à participação política, pois ele percebeu que as inovações políticas republicanas favoreceram as oligarquias e prejudicaram a participação popular. O quadro retratado em *Os Bestializados* é o de uma capital com população pobre marginalizada, com graves problemas estruturais, econômicos e sociais. O regime político republicano piorou a situação dos direitos políticos como um todo. O poder foi se tornando cada vez mais autoritário e centralizado. As eleições, fraudadas ou manipuladas, elegiam quem os oligarcas desejavam. Durante as eleições, milícias comandadas por coronéis, capangas e capoeiras faziam a guarda dos poderosos. A população não conseguia se organizar politicamente, os setores operários organizavam partidos que rapidamente se esvaziavam e não conseguiam a representatividade necessária. Segundo Carvalho, todo esse cenário gerou um sentimento anti-político muito forte entre a população mais pobre. Ninguém conseguia se sentir representado em eleições nas quais um número irrisório de pessoas participavam e que eram definidas por acordos escusos.

Em *A formação das almas*, o autor analisou os três principais grupos políticos e ideológicos que participaram do evento da Proclamação da República e o principal desafio compartilhado entre eles: o de "substituir um governo e construir uma nação". Cada um dos três grupos possuía uma solução republicana própria. Os liberais, que possuíam maior força, principalmente entre os grandes proprietários de terra paulistas, seguiam a cartilha da proposta norte-americana de liberalismo. Esses homens não estavam satisfeitos com a monarquia, acusavam-na de centralizadora e clamavam por mais liberdade, sobretudo em seus negócios. Para esse grupo, a principal mudança a ser

realizada pela República deveria ser a adoção do federalismo. Com isso, acreditavam que poderiam negociar mais livremente, inclusive com outros países. Carvalho argumentou que a proposta liberal nos moldes citados seria "a consagração da desigualdade". Nos Estados Unidos, o liberalismo e o federalismo vieram após uma revolução. Eles não foram implantados de cima para baixo por elites. Além disso, a desigualdade social era notavelmente menor do que no Brasil.

O segundo grupo é o dos chamados jacobinistas, também de tradição liberal, mas que seguiam propostas de origens francesas. Dentre os adeptos do jacobinismo estavam professores, estudantes e profissionais liberais. Esses sujeitos acreditavam que a monarquia brasileira era lenta e possuía vícios do Antigo Regime francês. Em contraposição, o autor pondera que talvez a monarquia tenha sido o momento de maior moralidade pública no país. Para Carvalho, a grande fragilidade dos jacobinistas é que os valores defendidos pelo grupo, como liberdade, igualdade e participação popular na vida pública, eram muito abstratos, não conseguindo atingir de maneira eficiente a maior parte da população.

O terceiro grupo político tratado no livro é o dos positivistas. As propostas republicanas dos positivistas eram menos abstratas do que as dos jacobinistas. Seus membros baseavam-se nos livros do criador do Positivismo, o francês Augusto Comte. Os positivistas defendiam a separação entre Estado e Igreja, um Estado que fosse forte e intervencionista e a ditadura republicana. Este grupo conseguiu atrair um grande número de militares, que possuíam formação técnica, o que era extremamente valorizado pelo positivismo.

Após apresentar as três vias republicanas com maior influência no momento de transição de regimes, o autor introduz um conceito que é importante para a sua obra

como um todo: “Estadania”. Estadania seria um modelo de cultura política no qual a inserção e ascensão social não acontecem através dos três conjuntos de direitos básicos (direitos civis, direitos políticos e direitos sociais), mas através de usos particulares do Estado. Dentro da lógica da Estadania, os cargos públicos, sejam eles políticos ou não, são utilizados para conseguir vantagens pessoais, empregos e favorecimentos a terceiros. No processo de proclamação da República brasileiro, o povo ficou de fora das deliberações, e os grupos por trás do evento eram formados por sujeitos ligados ao Estado, que tomavam decisões sempre no sentido de ampliar os poderes estatais[64]. Até mesmo os grupos que partiam de ideais liberais acabavam por hipervalorizar a ação estatal. O autor reforça que essa característica seria um reflexo da herança portuguesa. O resultado foi uma confusão entre público e privado, não deixando claro qual deveria ser o verdadeiro papel do Estado.

O diagnóstico de José Murilo de Carvalho em relação à dificuldade de se separar o público do privado não é uma novidade[65]. Dentre as interpretações da história brasileira mais célebres que vão nesse mesmo sentido podemos destacar a de Sérgio Buarque de Holanda, em “Raízes do Brasil” (1936) e a de Raymundo Faoro, em “Os donos do poder” (1958 – 1975), ambas reconhecidas por tratar do patrimonialismo brasileiro[66]. A inovação de Carvalho está na abordagem e no uso das fontes. O autor partiu de uma explicação que valorizou as camadas mais baixas da população e utilizou os conceitos de cultura e representação.

---

[64] ANDRADE, Daniela Meirelles. CASTRO, Carolina Lescura de Carvalho. PEREIRA. José Roberto. Cidadania ou “estadania” na gestão pública brasileira? *Revista Administração Pública* vol.46 no.1 Rio de Janeiro Janeiro./Fevereiro. 2012.

[65] CAMPANTE, Rubens Goyatá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 46, n.1, 2003, pp. 153 a 193.

[66] CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. 1. Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

Em *A formação das almas,* Carvalho deu continuidade ao tratamento de questões sobre a formação do Brasil republicano, mas sob um outro prisma, o da construção do imaginário. Para tratar da tentativa de construção do imaginário republicano, Carvalho mobilizou uma pluralidade de possibilidades de fontes: analisou a construção da iconografia republicana, a criação do herói nacional, os usos políticos e discursivos da figura feminina e o processo de criação da bandeira e do hino nacional.

A renovação das fontes é mais um dos elementos definidores da historiografia brasileira das décadas de 1980 e 1990. Foi a primeira vez, na produção da historiografia nacional, em que as fontes oficiais, documentos públicos, censos, estatísticas, foram menos utilizadas do que fontes consideradas subjetivas e não oficiais, como imagens, iconografia, músicas, depoimentos orais. As leituras feitas das fontes também sofreram mudanças e a história serial, quantitativa, foi substituída por análises interpretativas[67]. Nesse sentido de renovação documental, podemos citar como exemplo a criação, no Brasil, em 1994, da Associação Brasileira de História Oral, que passou a organizar eventos anuais e debater os usos das fontes orais[68]. Sobretudo no Sudeste, a história oral ganhou fôlego ao longo dos anos noventa, com a fundação de núcleos de pesquisa e produção de fontes na USP, UFMG e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Segundo Carvalho, houve um intenso debate para definir como seriam esses símbolos, sobretudo entre as três principais correntes políticas que participaram da Proclamação da República. O grande desafio desses grupos era desenvolver um imaginário republicano nacional, símbolos que unissem a população através do sentimento patriótico.

---

[67] MELLO, Ricardo Marques de. *Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História*, 1981-2000. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Brasília, 2012

[68] Informações retiradas do site da Associação Brasileira de História Oral: http://www.historiaoral.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=24

O autor explica a escolha por Tiradentes como o principal herói nacional republicano. O líder da Inconfidência Mineira já possuía algum prestigio entre grupos republicanos durante o Império. Após a proclamação, os positivistas acreditavam que Tiradentes possuía elementos importantes para ser aceito pela população. Diferente de outros líderes revolucionários, Tiradentes não chegou a executar seu plano, o que o eximia de assassinatos ou qualquer outro tipo de violência que pudesse colocar em dúvida sua reputação. Outro ponto a favor do inconfidente mineiro era sua morte trágica em praça pública. Era a representação ideal para o herói republicano. Tiradentes ainda conseguia atingir o aspecto religioso, tão importante para a maior parte da população. Depois de recebida a sentença de morte passou a viver com franciscanos. No momento da sua morte parecia mais um frei do que um rebelde que pretendia lutar contra a coroa.

Outros elementos manipulados para conquistar a população foram a figura da mulher, a bandeira e o hino nacional. Carvalho demonstrou que a representação da república por uma figura feminina já era prática recorrente na iconografia da França revolucionária. Os positivistas também utilizavam uma mulher para representar a "Deusa Humanidade", símbolo maior de devoção dos ortodoxos positivistas. No Brasil, apesar dos esforços, a figura da mulher não foi unânime. A alegoria, inclusive, foi utilizada como forma de deboche em várias charges que representavam a República[69].

Em torno da bandeira também houve intensa disputa ideológica. No evento da Proclamação da República, os militares utilizaram uma bandeira inspirada na dos Estados Unidos, mas com as cores que já estavam presentes na bandeira do Império, os tradicionais verde e amarelo. Quem tomou a frente para criar uma bandeira republicana

[69] Neste aspecto da representação feminina a principal referência para o trabalho de José Murilo de Carvalho foi o livro - *Marianne au combat: L'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880*, do francês Maurice Agulhon, publicado em 1979.

originalmente nacional foram os positivistas. Como suas posições eram mais claras e objetivas, e, em boa medida, já se faziam presentes nas obras tradicionais do positivismo (como livros do próprio Augusto Conte), foram eles que criaram a bandeira nacional definitiva. A proposta de bandeira positivista era manter o modelo do Império, remover o brasão da família real e acrescentar a divisa com o lema "Ordem e Progresso". De acordo com Carvalho, o modelo gerou polêmica e também foi motivo de escárnio, mas teve a aprovação de Floriano Peixoto e se manteve como oficial.

A interpretação da cultura política brasileira desenvolvida por José Murilo de Carvalho é a de um país que apresenta um descompasso entre o Estado e as elites políticas e a população em geral. Como problematizado pelo autor em *A formação das almas*, as lideranças republicanas tentaram desenvolver no país elementos que legitimassem o poder e o regime republicano. Carvalho desenvolveu sua tese amparado em grande medida pelos trabalhos de Bronislaw Baczko. O historiador e filósofo político polonês defendia a ideia de que a construção de um imaginário político passa por questões subjetivas como os sentimentos e emoções, pela real sensação de pertença que é tão necessária para a formação de uma identidade nacional[70]. Baczko compreendia que o poder simbólico é imaginário, mas de forma alguma trata-se de um poder ilusório, seus resultados se materializam: "A prova disso é que constituem objeto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras"[71].

O modelo elaborado por Baczko se encaixa em um debate mais amplo entre os autores que desenvolveram teorias sobre representação e autores de linhas de

[70] BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. Porto: Enciclopédia Einaudi, 1985.
[71] BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. Porto: Enciclopédia Einaudi, 1985.

pensamento consideradas objetivistas, como é o caso das correntes marxistas, que rejeitavam a proposta de estudar o imaginário e as representações[72].

Carvalho se aproxima de Baczko. Ele não defende que o imaginário seja algo ilusório, pelo contrário:

> Não é difícil perceber que o estudo do imaginário se vincula diretamente aos temas centrais da nova historiografia. O imaginário é a maneira pela qual as pessoas estruturam seu mundo, lhe dão significado. Por menos educadas que sejam, as pessoas sempre encontram uma maneira de dar sentido à sua vida, às suas relações, ao mundo que as cerca. É uma necessidade do ser humano, é parte essencial de sua cultura. O imaginário não é por isto mesmo externo às coisas, superposto à realidade. Ele é a forma inteligível pela qual as coisas existem para o ser humano. Neste sentido, imaginário e discurso se assemelham: são formas de representação da realidade. O discurso trabalha com conceitos, o imaginário com imagens e símbolos, mas ambos são representações que frequentemente se combinam. Como produto cultural, o imaginário tem tudo a ver com a ênfase no ser humano da nova historiografia, com a recusa de estratificar níveis de explicação, com a visão multicausal que busca nódulos de significado. Ele denuncia, enfim, a influência da antropologia no trabalho histórico[73].

A grande questão em *A formação das almas* é que José Murilo de Carvalho considera que o sentimento de pertença e o imaginário republicano não teriam sido assimilados pela maior parte da população, ou seja, o esforço dos movimentos republicanos de tentar fazer tais símbolos e sentimentos penetrarem entre as pessoas das camadas mais pobres da sociedade falhou. Para explicar tal situação, o autor se amparou mais uma vez nas teorias de Baczko, que defendia que a construção de um imaginário coletivo só é eficiente na medida em que conquista os corações das pessoas, e que, por esse motivo, não pode ser algo construído de cima para baixo, ou de forma

[72] BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. Porto: Enciclopédia Einaudi, 1985.
[73] CARVALHO, José Murilo de. A nova historiografia brasileira e o imaginário da República. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, 1993.

mecânica como tentaram as elites políticas republicanas[74]. Segundo Carvalho, não havia no caso brasileiro o que Baczko chamava de "comunidade de sentido", grupos sociais com predisposição para que os símbolos nacionais fossem operacionalizados e aceitos.

Carvalho argumentou que, em apenas dois exemplos, havia uma comunidade de sentido disposta e compatível a aceitar os símbolos republicanos propostos: na escolha de Tiradentes como o grande herói nacional e na disputa pela definição do hino nacional. No caso específico de Tiradentes, o autor destacou que ele não era inicialmente um grande símbolo de republicanismo, que existiam outros líderes revolucionários brasileiros como Frei Caneca ou Bento Gonçalves que eram, de fato, "republicanos autênticos". Tiradentes teria sido bem recebido pela população devido ao seu apelo religioso, condição muito mais socialmente aceita. No caso do hino, José Murilo de Carvalho argumentou que a questão se remetia à Guerra do Paraguai. Durante a guerra, o hino do Império era tocado constantemente para as tropas, acompanhando os soldados diariamente nos campos de batalha. Essa mistura de símbolo e patriotismo criou um simbolismo eficiente que, mais tarde, foi reivindicado por parcelas da população[75].

Diante do que foi dito, acreditamos que é pertinente identificar José Murilo de Carvalho como um dos principais praticantes da história política renovada no Brasil ao longo dos anos 1980 e 1990. O autor estabeleceu um forte diálogo com concepções advindas da renovação da história política europeia, utilizando fontes da antropologia e estudos sobre representação, imaginário e cultura política. No que concerne ao Brasil,

[74] BORGES, Wilson Couto. Narrativa jornalística e comunidade de sentidos: o papel do jornalista na formação do imaginário social. 7º *Encontro Nacional de História da Mídia* – Mídia alternativa e alternativas midiáticas. 19 a 21 de agosto de 2009. Fortaleza. CE.
[75] CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Carvalho foi um dos pioneiros desse tipo de abordagem plural, que dá maior relevância para os cidadãos comuns e se utiliza de novas fontes, sobretudo imagens, discursos, charges e obras de arte. Em um quadro mais amplo, o autor desenvolveu um modelo explicativo da cultura política brasileira, no qual a chave para a sua explicação encontra-se no conceito de Estadania.

A cultura política brasileira seria marcada pelo patrimonialismo, pela concepção de que o Estado seria o principal responsável pela ascensão social e pela implementação dos direitos civis, políticos e sociais. O resultado da Estadania foi, de um lado, uma população desinteressada pela política e que pouco participou das decisões importantes para o país e, de outro, uma elite política preocupada em se perpetuar no poder. No capítulo a seguir analisaremos a interpretação do Brasil feita por José Murilo de Carvalho e qual a dimensão dentro da historiografia contemporânea que um historiador intérprete pode atingir enquanto intelectual.

Capítulo II

José Murilo de Carvalho – o intérprete

Como visto no capítulo anterior, José Murilo de Carvalho foi, e ainda é, um importante autor para a historiografia brasileira ao longo das últimas quatro décadas. Sem dúvidas, podemos afirmar que ele foi um dos nomes de maior prestígio e notoriedade de sua geração de historiadores e cientistas sociais. Não por acaso, foi condecorado como membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Ciências. Mais do que um notório praticante das tendências historiográficas que emergiram no país durante os anos de 1980 e 1990, ele contribuiu ativamente para a construção e consolidação do cenário das pesquisas em história no Brasil pós-reforma universitária e estabelecimento dos programas de pós-graduação[76].

Sendo assim, Carvalho não foi um praticante passivo, mero reprodutor de temas, referências, recortes, abordagens, teorias, debates ou mesmo "modismos" em voga no período. Ele contribuiu, e ainda contribui ativamente com propostas intelectuais e práticas de pesquisa historiográfica. No presente capítulo, iremos abordar de quais

[76] Os anos 1980 e 1990 foram as duas primeiras décadas após o processo de reorganização das universidades brasileiras, processo realizado durante os governos militares, entre os últimos anos da década de 1960 e os primeiros anos da década de 1970. O principal momento da reforma universitária, organizada pelo governo do general Costa e Silva e o seu então ministro da educação Tarso Dutra, foi a aprovação da lei nº5540 de novembro de 1968, que estabeleceu a organização do ensino superior no país. A reforma universitária foi apontada pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta como uma das grandes contradições do regime militar brasileiro. Inspirada em propostas do governo civil de João Goulart, tinha como objetivo modernizar a produção científica e acadêmica brasileira. Como parte de um projeto mais amplo de desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, foi implantada de modo autoritário e elitista, características do período ditatorial e sua tendência para o que foi chamado de "modernização autoritária". A influência efetiva da reforma universitária veio nos anos seguintes, e chegou ao campo da história em 1971, com a configuração dos programas de pós-graduação nos moldes como os conhecemos hoje. Outras mudanças advindas da reforma foram a substituição do modelo de cátedras nas universidades pelos concursos de dedicação exclusiva e a criação de regras para a atuação de universidades privadas. Ver mais em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar.* Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

maneiras Carvalho construiu sua trajetória e quais foram as suas peculiaridades enquanto intelectual e historiador pesquisador. De forma mais específica, pretendemos analisar como o autor construiu sua obra historiográfica e de quais formas ele se consolidou enquanto intelectual.

Pode-se dizer, com precisão, que José Murilo de Carvalho, pelo menos desde meados dos anos 1980, se fez atuante, de maneira constante e efetiva, em duas frentes amplas: a primeira, mais óbvia e naturalmente conhecida no círculo universitário acadêmico e entre os historiadores, é a própria academia. Seu ambiente de instrução formal, os bancos das universidades, também foi seu primeiro ambiente profissional. Após sua vasta formação, com graduação em ciências sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no final dos anos 1960, mestrado e doutorado em ciências políticas pela Universidade de Standford nos anos 70, nos Estados Unidos, e pós-doutorado em história nos anos 1980, pela Universidade de Londres, na Inglaterra, ele trabalhou como professor e pesquisador em diferentes instituições acadêmicas de prestígio, nacionais e internacionais.

A sua produção acadêmica é notável em volume e alcance. Ao todo, foram dez livros publicados até o momento – Carvalho ainda segue ativo como pesquisador, produzindo e publicando -, dois deles foram traduzidos para o espanhol, um para o francês e outro para o inglês. O autor ainda organizou outros treze livros e possui mais de cento e vinte textos publicados como capítulos ou artigos em revistas e periódicos especializados em história, ciência política e sociologia [77]. O maior sucesso editorial de

[77] José Murilo de Carvalho atuou como pesquisador e professor nas seguintes instituições brasileiras: UFMG, UFRJ, IUPERJ, Casa Rui Barbosa. Além disso, trabalhou como professor convidado em Stanford (EUA), Notre-Dame (EUA), Oxford (Inglaterra), Leiden (Holanda) e École des Hautes Études em Sciences Sociales (França). O autor possui ainda dois títulos de Doutor Honoris Causa, um pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o outro pela Universidade de Coimbra (Portugal, em 2014 e

José Murilo de Carvalho, o livro *Cidadania no Brasil – O Longo Caminho*, publicado em 2001, já está em sua vigésima edição.

A sua segunda frente de atuação tem sido a grande mídia. Acreditamos que essa seja a maior peculiaridade da carreira de Carvalho quando comparado a outros historiadores de prestígio de sua época: sua ampla entrada e participação em populares meios de comunicação enquanto historiador[78]. Suas entrevistas, falas, colunas de opinião e comentários acerca de eventos, do passado ou contemporâneos, em revistas, jornais e *sites* podem ser encontradas em alguns dos periódicos mais lidos e tradicionais do Brasil, como: *O Globo, Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, O Tempo, Valor Econômico, Jornal do Brasil, Estado de Minas, Jornal Hoje em Dia, Correio Brasiliense, Revista Brasileira de Cultura – CULT, UOL, ÉPOCA, Nexo Jornal*, entre os nacionais; além de *Le Monde Diplomatique e El País*, entre os internacionais[79].

A entrada de José Murilo de Carvalho nos meios de comunicação ao longo das últimas décadas foi tão notável, que ele extrapolou os veículos de mídia escrita, onde tradicionalmente se espera que aconteçam as participações dos intelectuais, e conta com participações e entrevistas em programas da televisão aberta, como *Programa do Jô, Canal Livre e Roda Viva*[80]. O autor também possui inúmeras participações em programas

---

2015, respectivamente. Informações retiradas do Currículo Lattes do autor, consultado em 16 de julho de 2018. Ver mais em: http://lattes.cnpq.br/4930404695775517

78 Certamente existem outros historiadores de carreira que possuem histórico de participação na mídia, como Leandro Karnal (http://lattes.cnpq.br/7752713464627656) e Marco Antônio Villa (http://lattes.cnpq.br/4631349579867358), por exemplo. Porém, diferente de José Murilo de Carvalho que leva sua obra acadêmica para os meios de comunicação, Karnal e Villa desenvolvem nesses ambientes temas que fogem aos que pesquisaram na academia, geralmente relacionados à atualidade política e cotidiano.

79 Carvalho colaborou, ainda, com publicações do México e Colômbia.

80 No currículo Lattes de José Murilo de Carvalho são referenciadas um total de 118 participações em jornais e revistas. No que se refere às participações em televisão, não há informações sistematizadas. Apesar disso, as entrevistas no Programa do Jô (Rede Globo de Televisão), Canal Livre (Rede Bandeirantes) e Roda Viva (TV Cultura), são facilmente encontradas, na íntegra, no site de compartilhamento de vídeos *YouTube* nos respectivos endereços: https://www.youtube.com/watch?v=OYLsBVaTAF4; https://www.youtube.com/watch?v=yWJTqmAGINE;

exclusivos da internet, como entrevistas e palestras realizadas em canais do site de compartilhamento de vídeos *YouTube*. Fica claro que Carvalho é um intelectual que utiliza as mais diversas linguagens disponíveis de seu tempo, um tempo de mídias das mais variadas possíveis, do texto escrito às entrevistas em vídeo produzidas especificamente para formatos de diferentes mídias digitais da internet[81].

Diante dessa dupla atuação, e a partir de reflexões que serão expostas ao longo do capítulo, entendemos que José Murilo de Carvalho é uma figura bastante singular dentro do ambiente da historiografia brasileira contemporânea. Trata-se de um intelectual que contemplou diversas das possíveis definições deste disputado conceito e, a partir das reflexões e análises que realizamos de sua obra, um candidato a intérprete do Brasil. Entendemos, porém, os riscos envolvidos em caracterizar um autor como intérprete da história brasileira, uma vez que tal conceito já fora utilizado em diferentes oportunidades e épocas para sacralizar determinados autores e memórias institucionais. Nosso objetivo ao utilizar a ideia de intérprete é literal, não se trata de colocar o autor em um panteão intocável, apenas entendemos que, de fato, o que o autor desenvolveu ao longo de sua carreira acadêmica, quando analisado em sua totalidade, pode ser compreendido como um modelo explicativo para a história nacional. Não significa, porém, que seja uma explicação definitiva ou livre de críticas, mas que reflete o que foi a contribuição do autor para a historiografia nacional e os caminhos que ele percorreu ao longo da carreira de historiador.

Em face ao que foi posto até aqui, nos surge uma pergunta central: como definir alguém enquanto intelectual? Quais os pressupostos, as características necessárias para

---

https://www.youtube.com/watch?v=r2yMkdRQWkc. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/4930404695775517.

[81] LÉVY, Pierre. Os intelectuais e as novas tecnologias – A inteligência possível do século XXI. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre. n.33. Agosto 2007.

que um sujeito possa receber tal rótulo? Não é uma tarefa das mais simples fazer a classificação, especialmente dadas as mais variadas definições, reformulações e possibilidades que o conceito abarcou ao longo do tempo. O termo intelectual ganhou força a partir do caso de Alfred Dreyfus, soldado francês que teve o nome envolvido em um suposto escândalo de traição durante a Guerra Franco-Prussiana (1870 – 1871). Em um intenso debate público, Dreyfus era defendido e atacado através de textos publicados na imprensa da época. A partir daí, a definição de intelectual é a de sujeitos letrados que se engajam na vida pública[82]:

> Anteriormente ao emprego do termo intelectual foram utilizados por diversas sociedades diferentes termos tais como escribas, sábios, filósofos, sacerdotes, homens de letras, literatos. Mais que diferenças de nomenclaturas a acepção moderna tomou o termo intelectual e o empregou no sentido específico do individuo não só produtor de ideias como, também, um ator social envolvido com as questões políticas de seu tempo – o engajamento como condição social do intelectual – e, assim definido, é possível pensar o "intelectual" como um fenômeno típico da modernidade. (CORREA 2015)

Segundo a descrição do sociólogo Émile Durkheim, só se pode considerar como um intelectual aquele que consegue utilizar o conhecimento de forma pública. Tal critério de definição foi avalizado por diversos outros autores que se debruçaram sobre o tema, tais como Karl Manhneim, Norberto Bobbio, Antonio Gramsci, Jean-Paul Sartre e Jean-François Sirinelli. Durkheim entende que, antes da aplicação do conhecimento de forma pública, para ser considerado um intelectual, o sujeito precisaria do reconhecimento e da validação dos próprios pares do seu campo de conhecimento e atuação, uma vez que não se é um intelectual sozinho, com ideias, engajamento e interpretações isoladas. Seria, portanto, indispensável o respeito dos outros cientistas e pesquisadores. Na concepção do autor, as duas características precisam estar unidas,

[82] ZANOTTO, Gizele. "História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa". *Biblios*, Rio Grande, vol. 22, n. 1, 2008, p. 31-45.

uma é dependente da outra[83]. "Assim, podemos considerar, sem dúvida, o intelectualismo como uma atividade cultural, científica, artística, política e social".

Portanto, para ser considerado um intelectual, dentro das perspectivas de Durkheim, o sujeito precisaria atuar nas duas esferas, pública e acadêmica, sendo aceito e reconhecido pelos seus pares (de dentro da academia) e seus leitores/ interlocutores diversos (que acompanham sua produção através dos veículos de comunicação). Atuação e reconhecimento duplos. Destarte, a partir de tal elaboração, entendemos que Carvalho pode ser considerado intelectual brasileiro contemporâneo, uma vez que ele conseguiu unir o reconhecimento dos pares com a atuação no espaço midiático. Mais do que isso, o autor leva ao grande público análises baseadas em sua própria obra acadêmica. Todas as suas participações na mídia são amparadas por extenso levantamento de fontes, análises e criteriosas pesquisas históricas. É exatamente neste ponto que José Murilo se destaca em relação aos seus pares.

Importante salientar que José Murilo de Carvalho é um dos únicos historiadores brasileiros contemporâneos que atuam com evidência e reconhecimento tanto na academia quanto na grande mídia e nos debates públicos[84]. Por tal motivo, consideramos que o conceito de intelectual desenvolvido por Durkheim se aplica melhor ao nosso objeto de pesquisa do que conceitos desenvolvidos posteriormente, como o de Sirinelli, por exemplo, no qual o autor explora de forma mais profunda e específica as relações entre diferentes intelectuais em um mesmo período. Os diálogos produzidos por Carvalho são de duas naturezas diferentes: com historiadores, em temas especificamente acadêmicos, e, com o público geral, ao opinar e debater sobre questões

[83] DURKHEIM, Émile. *O individualismo e os intelectuais*. Organização e edição de Marcia Consolim, Márcio de Oliveira e Raquel Weiss. São Paulo, Edusp, 2016.

[84] Reconhecemos que existem outros historiadores acadêmicos que possuem visibilidade na mídia, mas diferente de Carvalho, o conteúdo que levam ao público dos meios de comunicação não é aquele que produziram na academia.

caras ao país, como eleições, manifestações populares e políticas. Em sua atuação na mídia, Carvalho, em geral, não debate com outros historiadores pelo simples fato de que é um campo no qual a atuação de profissionais em história é escasso.

Dois outros questionamentos fundamentais para nosso problema precisam ser levantados para análise: como o historiador se transforma em um intelectual? Como suas opiniões, análises e leituras de mundo conseguem ultrapassar os muros da academia e alcançar os grandes meios de circulação da mídia, atingindo o grande público não acadêmico? Tais questões são valiosas para nós, uma vez que se entende que os intelectuais exercem um papel de peso, por muitas vezes definidor, em diversas dinâmicas da vida social, política e cultural no espaço público. São indivíduos que podem agir como vetores de informações e posicionamentos nos debates, chegando, em diversas situações, ao ponto de despertar a consciência e a ação coletivas. De acordo com Norberto Bobbio, o modelo ideal da conduta intelectual seria se manter motivado pelas questões políticas do seu tempo ao mesmo tempo em que consegue manter certa distância para não se envolver ou identificar profundamente com um dos diferentes lados possíveis dos debates[85]. O intelectual vive e transborda o seu mundo, pois possui consciência de si e da sua função social[86].

O intelectual ganha notoriedade a partir da sua obra e das suas atividades acadêmicas/ cientificas coletivas, o reconhecimento dos pares de ofício. É essa notoriedade que abre os espaços para os meios de comunicação. Por outro lado, a

[85] BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*: dúvidas e opções de homens de cultura na sociedade contemporânea. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
[86] FABEIN, Jean. Imagem dos Intelectuais nos século XXI: As dificuldades de entender seu papel social na sociedade contemporânea. *Revista Saberes Universitários*. Campinas, SP. v.1; n.2; set. 2016. ISSN 2447-9411

notoriedade, o *status* de "celebridade" ou figura pública/ midiática do intelectual é uma ação individual. Trata-se de um esforço individual por um tema ou uma causa[87].

A causa de José Murilo de Carvalho ficou cada vez mais clara na medida em que fomos analisando sua obra acadêmica e a maior parte das suas manifestações públicas na mídia: o esforço para a consolidação dos valores republicanos e democráticos no Brasil. A autoridade científica do sujeito enquanto pesquisador legitima o seu discurso público, enquanto a mídia lhe proporciona o espaço e o legitima enquanto intelectual público. Um movimento duplo e interdependente. A seguir, veremos como Carvalho construiu sua obra e consolidou seu discurso histórico sobre o Brasil entre os pares da academia e de quais formas criou condições para leva-lo aos meios de comunicação.

Reconhecimento entre os pares

A aceitação e o reconhecimento de José Murilo de Carvalho entre os pares da academia se deram após uma trajetória sólida e com importantes contribuições para a historiografia brasileira. Desde o inicio de sua atuação enquanto historiador, o autor se alinhou à então chamada nova história, fruto de uma série de debates e mudanças epistemológicas, teóricas, conceituais e metodológicas ocorridas no campo da produção em história acadêmica a partir dos anos finais da década de 1970. Segundo o historiador Ronaldo Vainfas, o termo nova história, inicialmente, era utilizado com muito mais ênfase pelos críticos à abertura da história às novas possibilidades do que pelos historiadores que propriamente se empenhavam em pesquisar os temas que envolviam objetos e questões consideradas novas para a historiografia brasileira, como

[87] SARTRE, Jean Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Tradução de Sergio Goes de Paula. São Paulo. Editora Ática, 1994.

mentalidades, sexualidades, religiosidades ou qualquer outra instância do campo cultural[88].

A atuação reativa dos críticos nos ajuda a entender o movimento de defesa dos pesquisadores que haviam aderido aos novos parâmetros, uma espécie de contra-ataque por parte dos praticantes da nova história. Carvalho se posicionou como um desses historiadores, tendo atuado, por vezes, como um verdadeiro porta voz das novas possibilidades de pesquisa e atuação dos historiadores e saído em defesa dos elementos e perspectivas da nova história em diferentes momentos[89].

Ao longo da década de 1970, além das já apontadas transformações epistemológicas, o campo historiográfico passou por importantes transformações institucionais. Na esteira da criação dos cursos de pós-graduação e da ampliação do mercado editorial, a produção de publicações em história no Brasil deu um grande salto em quantidade. Após a criação dos oito primeiros programas de pós-graduação em história, por exemplo, o número de publicações aumentou em cerca de 75%. Números expressivos e que continuam aumentando constantemente até hoje[90]. Outros fatores, por vezes não ligados diretamente às universidades, também ajudam a explicar a ampliação na variedade de temas pesquisados e o crescimento do número de pesquisas. Apesar do controle político-institucional e da repressão exercida pelo regime militar em diversas instâncias, foi um período de crescimento urbano, que carregou consigo crescimento publicitário, artístico, cultural e editorial[91].

---

[88] VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. *História: Questões e debates*. Curitiba, n.50, p.217-235, jan./ jun. 2009. Editora UFPR.
[89] Ver mais em: CARVALHO, José Murilo de. A nova historiografia brasileira e o imaginário da República. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, 1993.
[90] FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989):* elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992.
[91] RAGO, Margareth. A "Nova" Historiografia Brasileira*. Anos 90*. Porto Alegre, n.11, julho de 1999.

O movimento operário brasileiro também sofreu mudanças ao longo dos anos setenta, passando a se organizar de forma mais sistemática nas capitais e nos grandes centros urbanos, liderando manifestações, mobilizando greves e criando partidos de massa[92]. Todas essas mudanças e movimentações políticas atingiram, ainda que de forma indireta e difícil de mensurar com exatidão, a produção acadêmica nacional, que se tornou mais sofisticada, plural e elaborada, ao mesmo tempo em que mapeá-la tornou-se matéria árdua, diante da variedade de temas e da quantidade crescente de publicações. De acordo com Ronaldo Vainfas, o fim da ditadura militar também propiciou um arejamento no ambiente acadêmico brasileiro, que, aliado ao fim da União Soviética, foi aos poucos deixando de ser um espaço de lutas políticas da militância de esquerda[93].

Grande parte da bibliografia que discute a historiografia brasileira dos anos oitenta e noventa defende que o crescimento da produção historiográfica nacional aconteceu no momento em que o modelo marxista dava sinais de esgotamento como modelo de interpretação da história. José Murilo de Carvalho foi um dos críticos a tal modelo de historiografia, considerava que os historiadores que a praticavam queriam ser "donos da história"[94]. Não por acaso, os historiadores alinhados ao marxismo estavam entre os principais críticos das novas tendências, como foi o caso de Ciro Flamarion Cardoso. Astor Antônio Diehl, autor de uma das mais amplas obras sobre a historiografia brasileira, buscou uma explicação para o novo formato de escrita que se tornava padrão. menos abrangente, com trabalhos monográficos mais especializados, que foi se tornando o modelo na academia durante as décadas de 1980 e 1990. De

[92] RAGO, Margareth. A "Nova" Historiografia Brasileira. *Anos 90*. Porto Alegre, n.11, julho de 1999.
[93] VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n.50,p.217-235, jan/jun. 2009.
[94] CARVALHO, José Murilo de. A nova historiografia brasileira e o imaginário da República. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, 1993.

acordo com Diehl, a principal característica da historiografia nacional até os anos 1970 teria sido a produção de grandes sínteses históricas no qual os autores elaborariam prognósticos para o país. Os autores do período, afirma, foram influenciados por Max Weber e Karl Marx[95]. Apesar de reconhecer a importância do trabalho de Diehl, consideramos que sua análise é generalizante e não leva em consideração uma série de debates teóricos e epistemológicos que já eram presentes na produção nacional de pesquisas em história antes dos anos 1970[96].

As análises marxistas foram abandonando o caráter mecanicista de explicar as mudanças históricas e sociais e, a partir dos anos 1970, começaram a tratar de temas ligados ao universo cultural, mental e ideológico. Com uma nova onda de profissionais formados no exterior e influenciados por autores como Edward Thompson, Eric Hobsbawm, Walter Benjamin, Michel Foucault e diversos membros da segunda geração da Escola dos *Annales*, os anos 1980 teriam marcado uma mudança profunda na historiografia nacional. Segundo Margareth Rago, os modelos de análise estruturante perderam força, parecendo não dar conta de explicar os novos problemas que possuíam como plano de fundo questões culturais[97]. Em contrapartida, teria ganhado força um novo tipo de história social, que possibilitou estudar camadas mais baixas da sociedade. Nessa perspectiva, sujeitos, anônimos até então, passaram a ter espaço e visibilidade.

[95] DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980*: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira. Porto Alegre, Editora Evagraf, 1993.
[96] A tentativa discursiva de diferenciar a nova história da produção acadêmica anterior não foi uma exclusividade de Diehl. Alessandra Santos tratou do tema. Ver mais em: SANTOS, Alessandra Soares. *Francisco Iglésias* – A história e o historiador. São Paulo. Editora Alameda, 2017
[97] RAGO, Margareth. A "Nova" Historiografia Brasileira*. Anos 90*. Porto Alegre, n.11, julho de 1999.

Alguns autores chamam essa abertura iniciada nos anos oitenta de "a nova historiografia brasileira"[98].

Um fator que fica claro ao analisar a obra de José Murilo de Carvalho é a sua associação às novas ciências aliadas dos historiadores, com destaque para a antropologia, suas ferramentas analíticas e seus conceitos. Tal característica não é uma exclusividade da obra do autor. É consenso na literatura que os anos 1980 foram marcados pela abertura da historiografia nacional para novas teorias ligadas sobretudo, mas não apenas, à antropologia – possivelmente o campo das ciências sociais que mais exerceu influência sobre a história cultural, história política e história social renovadas, especialmente pela definição de cultura e os usos do conceito de cultura política -, à psicologia e à psicanálise. Autores que praticavam história social e história política passaram a utilizar as novas abordagens. Não se buscava mais explicações totalizantes. Sínteses e obras de história geral foram caindo em desuso entre os historiadores profissionais[99].

O modelo de escrita se tornou mais especializado, com trabalhos monográficos e recortes localizados. Durante os anos 1990, aconteceu a consolidação das tendências iniciadas na década anterior. Uma história que valorizava o cultural, com maior diálogo

[98] REIS, Thiago Felipe dos. A produção historiográfica da revista *História: Questões e Debates*. Uma contribuição à história da historiografia paranaense. Anais do II Congresso Internacional de História, Ponta Grossa, 2015, UEPG – UNICENTRO.

[99] Importante deixar claro que não queremos dizer com isso que a história anteriormente produzida não era profissional. Pelo contrário, os debates pela profissionalização da história passaram por várias etapas. No Brasil, o tema foi recorrente entre intelectuais formados nas décadas de 1940 e 1950 e que produziam pesquisas sistematizadas em história, produzindo reflexões teóricas e trabalhos rigorosos que dialogavam com o que era produzido em países com maior tradição acadêmica. Ver mais em: SANTOS, Alessandra Soares. Francisco Iglésias – A história e o historiador. São Paulo. Editora Alameda, 2017.

com a literatura e antropologia, e cada vez menor contato com a economia e a demografia[100].

Entendemos que a maior contribuição de Carvalho para a "nova história" se deu nas abordagens culturais que perpassaram todos os mecanismos e os "jogos" políticos da história brasileira. Para compreender a estrutura e as dinâmicas da história política nacional, o autor focou seus esforços na compreensão do imaginário, da elite e da população como um todo, foi atrás das nuances das emoções, da construção dos discursos e dos sentimentos:

> O estudo do imaginário republicano nos revela uma consequência importante da ênfase no ser humano e em seus valores pregada pela nova historiografia: a ênfase é central para o desenvolvimento da própria democracia. A construção de uma república não pode passar pelo desrespeito aos valores populares, em nosso caso levado ao extremo do massacre de Canudos[101].

Grande parte da produção acadêmica de José Murilo de Carvalho segue uma rigorosa linha de compreensão e leitura sobre a história do Brasil. Cabe destacar que os livros: A *Construção da Ordem – a elite política imperial* (1980), *O Teatro das Sombras – a política imperial* (1988), *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi* (1987), *A Formação das Almas – O imaginário da República no Brasil* (1990), *Cidadania no Brasil – O longo caminho* (2001) e *O Pecado Original da República* (2017), poderiam até mesmo ter sido publicados como volumes, ou capítulos, de uma mesma obra fechada, dada a continuidade que pode ser observada nos temas, nas abordagens e na argumentação do autor. O engajamento de Carvalho ao longo dos anos foi pela democracia brasileira e pela implementação total dos valores republicanos. Um

[100] REIS, Thiago Felipe dos. A produção historiográfica da revista História*: Questões e Debates*. Uma contribuição à história da historiografia paranaense. Anais do II Congresso Internacional de História, Ponta Grossa, 2015, UEPG – UNICENTRO.
[101] CARVALHO, José Murilo de. A nova historiografia brasileira e o imaginário da República. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, 1993.

intelectual comprometido, com críticas rigorosas em relação aos pontos que entende como problemáticos na República e, segundo palavras que o próprio já afirmou em diferentes momentos, "um apaixonado pelo Brasil"[102].

Ao longo dos livros destacados, as teses do autor foram expostas e colocadas à prova diversas vezes. Que fique claro para o leitor, não queremos, de forma alguma, dizer com isso que se trata de uma obra repetitiva ou focada em um único tema, mas sim que o autor buscou diferentes momentos, objetos, recortes e acontecimentos da história nacional para sustentar sua argumentação central, a de que o Brasil não conseguiu atingir a cidadania plena para grande parte de seu povo. Entendemos que, justamente por ter se dedicado a compreender a trajetória da cidadania no Brasil em diferentes momentos e em diferentes contextos, que, sua obra pode ser compreendida como uma interpretação da história nacional. Sua produção é coesa, não se tratam de pesquisas monográficas independentes ou isoladas. Ao ter contato com seus mais variados trabalhos, dos artigos aos livros, é possível observar a continuidade traçada pelo autor.

José Murilo de Carvalho analisa o Brasil a partir das chaves da cidadania e dos valores referentes ao republicanismo. Esses são os dois principais fios condutores que dão forma à sua obra e, consequentemente, à sua interpretação do Brasil. Levando em consideração o conteúdo mais do que as opções teórico-metodológicas, percebemos que o interesse central dos argumentos do autor é em busca da compreensão da cultura política brasileira, ou melhor, das culturas políticas brasileiras[103].

De uma forma geral, Carvalho considerou que a história brasileira compreendida entre as décadas finais do Império e ao longo da República, da proclamação aos dias de

[102] Entrevista concedida à Lilia Moritz Schwarcz no programa Entrevista do Canal Futura. Abril de 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rnWnK8alEcA&t=26s

[103] Ver mais sobre o conceito de culturas políticas em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas políticas na história*: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

hoje, foi marcada por duas culturas políticas distintas que foram sofrendo transformações e adaptações ao longo do tempo. A primeira delas seria a que representa os anseios e o imaginário das elites políticas e econômicas dominantes. Por consequência, a segunda representaria o imaginário político da população em geral, das chamadas "camadas populares". Essa marca esteve presente desde *O Teatro das sombras* até *Cidadania no Brasil* e também apareceu em seus artigos, textos pontuais, aulas magnas, palestras e entrevistas. Ou seja, há praticamente quatro décadas José Murilo de Carvalho vêm apontando para o que ele considera ter sido o fator preponderante que não permitiu a formação de uma cidadania plena no país. Apesar de sua obra ter se atido mais fortemente ao período de transição do século XIX para o XX, sobretudo a transição do Período Imperial para a República, o autor possui trabalhos que tratam de períodos mais vastos da história brasileira, da colônia ao século XXI.

Em sua interpretação, Carvalho identificou diversos padrões ao longo da história nacional, da manutenção do poder de decisão nas mãos das elites à ação violenta do estado contra a população mais fragilizada[104]. Dentre eles, o que o autor buscou com mais fôlego compreender foi a distância entre os objetivos e o imaginário político da elite, ou elites[105] e os da população das camadas populares[106]. O autor destacou três momentos em que houve esforços mais contundentes para a criação de um imaginário nacional por parte das classes dominantes: o Império, a Proclamação da República e o governo Vargas. Durante estes momentos, a elite tentou difundir para a população seus

[104] Ver mais em: CARVALHO, José Murilo de. Cidadania a porrete. *O Estado de São Paulo*, p.A-2, 19 de fevereiro de 1994.
[105] O autor se refere à classe composta pela elite econômica e política por elite, no singular, e elites, no plural. Ele entende que, ao que se refere à manutenção do poder, os ricos e políticos do Brasil criaram possibilidades para se manter no poder, portanto, existe algo que mantenha coesão à essa camada da população. Por outro lado, ao tratar dos projetos republicanos, Carvalho deixa mais claro a pluralidade ideológica entre os membros da classe mais rica do país.
[106] CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil:* O longo caminho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

anseios e legitimá-los "de cima para baixo", através da criação de símbolos, de um herói e de discursos nacionais. Todas as tentativas foram frustradas.

José Murilo de Carvalho considerou que havia na população durante o período do Brasil Império, um traço monárquico que pode ser percebido nas diversas movimentações, agitações e revoltas populares que ocorreram na tentativa de barrar a queda do regime. De qualquer forma, para o autor, o sentimento de respeito aos símbolos da monarquia não significava uma brasilidade pulsante presente entre a população, pois era algo que estava muito mais relacionado à familiaridade com os símbolos do Império e da família real do que a uma identidade nacional propriamente dita[107]. Apenas entre grupos da elite havia a ideia de uma nação e uma identidade brasileira com passado e destino compartilhados e bem definidos, principalmente, aponta o autor, após os esforços do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no sentido de legitimar a Coroa e reforçar seus valores[108].

Durante o processo da Proclamação da República, diferentes movimentos republicanos buscaram espaço e atuação no debate político numa espécie de guerra, ou disputa, discursivo/ ideológica. O autor chama a atenção para o fato de que todos eles, dos liberais aos positivistas, eram movimentos formados por grupos da elite política e econômica, que tentavam, através da mobilização de símbolos e discursos, conquistar a legitimidade necessária para obter a influência nas decisões estatais e o controle das instituições[109]. Existe apenas um grupo que fazia parte do movimento republicano e que não fazia necessariamente parte da elite, os profissionais com capacitação, como

[107] CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
[108] CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. In. ANINA, Antonio, LEIVA, Luis Castro, GUERRA, François Xavier. *De los imperios a las naciones: Iberoamericana*. Zaragoza: Ibercaja, 1994. P.401-423.
[109] CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

professores, advogados e engenheiros. Conhecidos como jacobinos, numa clara referência à Revolução Francesa, não eram exatamente ricos, mas também estavam longe de fazer parte da classe social mais baixa.

Por outro lado, a população nunca teria internalizado em seu imaginário coletivo o modelo republicano, seus símbolos e lideranças, portanto, o Brasil seria um modelo de república sem nação. Para além da incompatibilidade entre as duas culturas políticas havia na República uma distância entre a população e o sistema formal de representação, o voto. É interessante notar, portanto, que o autor nunca considerou as populações mais pobres como tendo sido subservientes à elite. Pelo contrário, em toda sua obra, os membros das classes pobres foram sempre tratados como sujeitos, autores de sua própria história, característica da história política renovada que retirou das elites o papel de protagonista exclusivo dos eventos políticos. Para Carvalho, ao se perceber isolada das principais decisões políticas, a população apostou na malandragem, no deboche, no pouco caso ao lidar com os políticos e as instituições.[110].

Apenas a partir de 1937 o Estado Brasileiro, sempre representado pela elite política e econômica[111], teria descoberto o povo, mas sob o manto do autoritarismo de uma ditadura e da forte imagem de um líder carismático. O autor defende que no período, houve, mais uma vez, um projeto planejado e executado pelo Estado, uma tentativa de criar símbolos nacionais mais próximos à população. Um exemplo das articulações do Estado Novo Varguista foi em relação aos sambas produzidos na época. Por meio da censura e incentivos do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), as escolas de samba foram obrigadas a adotar temas nacionais nos seus sambas enredo.

[110] Ver mais em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas políticas na história*: novos estudos. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2009. e: CLEMENTE, Willian Rafael. História Política e a "Nova História": um breve acerto de contas. *Cadernos UniFOA*, Ed n.16. Agosto/2011.

[111] CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil:* O longo caminho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

Sob a tutela ditatorial, também foram criadas revistas estatais e programas de rádio, um Brasil outorgado. Mais uma vez o povo estava afastado das decisões políticas e institucionais, segundo José Murilo de Carvalho, o mal que acompanhou a República brasileira.

Carvalho considera que durante os três momentos de tentativa de criação de símbolos nacionais, o Império, a Proclamação da República e o Período Vargas, o Brasil era uma "nação imaginada"[112] pelas suas elites. Aqui, ao mobilizar o conceito de "comunidades imaginadas", de Benedict Anderson[113], mais uma vez o autor demonstra a forte influência das correntes antropológicas em sua obra.

Ainda na mesma avaliação sobre os Brasis imaginados, ele demonstra que as elites nacionais falharam em todas as suas tentativas de criação dos símbolos nacionais, pois nunca houve entre a população "comunidades de sentido"[114], conceito criado por Bronislaw Baczko, que como já apontamos no capítulo anterior, foi uma das mais importantes referências para José Murilo de Carvalho estudar a criação de símbolos nacionais e republicanos no Brasil. O conceito diz respeito à premissa básica para a construção do imaginário social: as condições de recepção da população. Ou seja, com raras exceções[115], as tentativas das elites foram lançadas ao vazio, a cultura política e o imaginário das camadas populares possuíam pouco contato com o projeto que as elites tentaram implantar.

---

[112] CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. In. ANINA, Antonio, LEIVA, Luis Castro, GUERRA, François Xavier. *De los imperios a las naciones: Iberoamericana*. Zaragoza: Ibercaja, 1994. P.401-423.

[113] ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

[114] Ver mais em: BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. Porto: Enciclopédia Einaudi, 1985.

[115] Uma das poucas exceções que, segundo Carvalho, teria encontrado legitimidade com parte considerável da população foi o mártir da Inconfidência Mineira, Tiradentes.

Portanto, mais do que produzir um modelo interpretativo de importantes acontecimentos da história brasileira, Carvalho contribuiu no sentido de apresentar novos autores e novas abordagens à historiografia nacional. É difícil dizer com precisão, mas o autor foi, sem risco de estarmos errados, um dos primeiros historiadores a trabalhar com concepções de imaginário político em pesquisas históricas no Brasil, sobretudo por trabalhar com autores estrangeiros pouco conhecidos entre os historiadores no país na virada dos anos 1970 para 1980, como o próprio Baczko, já citado anteriormente, Clifford Geertz e Maurice Agulhon. Todos eles, autores que marcaram forte presença na produção de Carvalho ao tratar de imaginário, representação e cultura política. Suas principais contribuições teóricas, sem dúvidas, foram no campo do cultural, uma história política que absorveu diversas das fontes da antropologia, da ciência política e da filosofia política. Mas o autor não parou por aí, e foi pioneiro no levantamento e no uso de um tipo de fontes primárias que se popularizou ao longo dos anos 2000, as charges e caricaturas publicadas em jornais, mais uma vez, um produto ligado ao universo cultural[116].

É importante salientar que a interpretação histórica proposta por José Murilo de Carvalho foi, em praticamente todos os aspectos, diferente das produzidas na chamada "tradição ensaística brasileira", que foi influente nas ciências humanas brasileiras até os anos 1960. De acordo com Fernando Nicolazzi, os historiadores dessa tradição, que ganhou maior força a partir dos anos 1920, apesar de ter surgido anteriormente, escreveram suas interpretações no formato de sínteses nacionais com o objetivo de elaborar um novo ordenamento do tempo no país. Para os intelectuais da época, o Brasil

[116] Entrevista concedida à Bia Corrêa do Lago para o programa *Umas Palavras,* Canal Futura, 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OMcNsbdQWw8

estaria em descompasso em relação aos países europeus. Haveria uma perturbação na ordem do tempo e uma crise no âmbito das representações nacionais[117].

Escrever sobre o país, mais do que estabelecer uma nova ordem temporal, seria fundamental para se elaborar um sentido coletivo de pertencimento e de futuro para o Estado e uma memória histórica nacional. Não por acaso, aqueles autores trataram, em diversos casos, de questões ligadas às matrizes raciais, por exemplo, para criar os seus modelos de Brasil. Desde a independência política do país, os historiadores e cientistas sociais locais teriam a "obsessão" de encontrar um sentido, uma explicação para o que resultou da colonização portuguesa nas Américas. Tal empreendimento intelectual foi uma espécie de tomada de consciência e de desenvolvimento do sentimento de pertença ao Brasil, de ser brasileiro e de marcar alteridade[118].

A interpretação de José Murilo de Carvalho foi produzida em um momento completamente distinto da história nacional e a partir de referências historiográficas renovadas dentro de novos debates e novos parâmetros teórico-metodológicos . Um cenário acadêmico muito mais profissionalizado, mais regulamentado institucionalmente, com regras claras e ciências mais bem definidas e estabelecidas[119]. Segundo o próprio José Murilo, grande parte das sínteses da historiografia brasileira foram escritas na tentativa de formar um estado, um sentimento de nação e uma identidade nacional. Tal movimento teria se iniciado com os esforços do IHGB ainda no período imperial, sobretudo pelo trabalho de Von Martius e outros intelectuais

[117] NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado.* 2008. 411f. Tese (Doutorado) defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
[118] FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Os sentidos da colonização. In: FRANÇA, Susani Silveira Lemos (Org). *Questões que incomodam o historiador*. São Paulo: Editora Alameda, 2013.
[119] Como visto na introdução, não se trata de um juízo de valor, apenas a constatação de que o modelo de universidade praticado hoje no Brasil só foi estabelecido a partir da década de 1970, fruto da Reforma Universitária promovida pelos militares em 1968.

envolvidos diretamente com o Império. A obra de Carvalho, apesar de construir um modelo explicativo do Brasil, uma visão ampla, em conteúdo e marco temporal, dos acontecimentos históricos, não possui o cunho nacionalista que estava presente em alguns autores, como Oliveira Vianna e Paulo Prado, ou segue o modelo de ensaio das grandes interpretações da tradição ensaística brasileira, da qual, inclusive, ele foi crítico do caráter meta-histórico:

> Para dar uma nota local, essa visão evolutiva teve importantes consequências para a concepção do intelectual no Brasil. Desde a absorção do positivismo ao final do século passado, emendando depois com o marxismo na década de 20, os intelectuais brasileiros se julgavam detentores do segredo das leis da história, se viam na vanguarda da evolução histórica, na posição de líderes ideológicos da nação, foram infectados pelo vírus messiânico. [...] há um inegável elemento democrático na nova postura. O caminho da história é feito no próprio caminhar. O papel do intelectual, não é, nessa visão, o de ditar regras [...][120]

José Murilo de Carvalho, portanto, não segue o modelo de intérprete como, por exemplo, os consagrados Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior ou Raymundo Faoro. Os quatro autores, reconhecidamente intérpretes do Brasil, apesar de terem produções vastas, possuíam, cada um deles, uma obra específica, (*Casa Grande & Senzala*[121] (1933), *Raízes do Brasil* (1936), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) *e Os Donos do Poder* (1958), respectivamente) onde condensaram as "virtudes" e os "pecados" determinantes para a explicação da história do Brasil.

Carvalho, por sua vez, desenvolveu sua interpretação em um momento acadêmico completamente diferente, no qual este tipo de síntese não possuía mais espaço dentro da produção de pesquisa e escrita em história, de tal forma que, sua

[120] CARVALHO, José Murilo de. A nova historiografia brasileira e o imaginário da República. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 1993.
[121] Ainda que tenha sido pensada dentro de uma trilogia, *Casa Grande e Senzala* é compreendida por diversos autores como a interpretação do Brasil de Gilberto Freyre.

interpretação, foi elaborada ao longo de diversos livros, capítulos e publicações, numa espécie de quebra-cabeças que, quando montado, representa um quadro explicativo para a história brasileira.

Para compreender sua proposta, partiremos para a análise das intenções do autor ao produzir sua obra: José Murilo de Carvalho nunca buscou uma explicação para a história política brasileira que tivesse como intenção o fortalecimento de qualquer tipo de nacionalismo. O autor acreditava que os nacionalismos e fortes identificações com o país de origem não faziam mais sentido nos anos 1990, haviam sido superados por um mundo conectado através da economia de mercado e dos meios de comunicação. Entendemos que é nessa direção que está a chave para compreender a motivação de Carvalho, o enfraquecimento dos estados e das identidades nacionais e a posição do Brasil diante de tal cenário. É daí que surge sua constante preocupação com a construção da cidadania brasileira. Se durante o século XIX a formação dos estados foi um dos temas centrais na escrita da história, presente em um grande número de trabalhos, a falência dos mesmos estados, sobretudo do sentimento nacional de identificação, é o que motivou o autor a pensar o Brasil[122].

Outro fator que podemos destacar como sendo fundamental nas motivações do autor foi o momento histórico pelo qual o Brasil atravessava nos anos oitenta: o fim da Ditadura Militar, a abertura política do país e a promulgação da Constituição de 1988, a chamada "Constituição Cidadã". Ele queria pensar a democracia e a República brasileiras

[122] CARVALHO, José Murilo de. O Historiador às vésperas do terceiro milênio. Aula inaugural no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 19 de maço de 1997. *Phoênix*, Rio de Janeiro, n.3, p.9-22. 1997.

diante destas duas mudanças: a interna, relacionada à abertura política, e a externa, relacionada ao elevado nível de globalização[123].

Partindo para a análise da forma, Carvalho fincou no terreno da historiografia nacional contemporânea uma interpretação da história brasileira pautada em novos aparatos teórico-metodológicos que ganharam força nos anos 1980 e se consolidaram nos anos 1990, o que comprova sua importância para a historiografia do período. Não por acaso, os conceitos mais caros para sua análise do Brasil foram culturas políticas, representação e imaginário, todos oriundos do diálogo entre a história e suas novas ciências colaborativas, com destaque para a antropologia, a ciência política, a filosofia política e a psicologia[124].

Outra característica própria da obra de José Murilo de Carvalho foi sua clareza na escrita, característica que, segundo ele próprio em avaliação feita em tom crítico aos pares, foi perdida pelos historiadores diante do processo de profissionalização. Em entrevista, ao ser questionado se os historiadores profissionais brasileiros possuíam uma escrita "muito amarrada", o que dificultaria o acesso à leitura, ele respondeu da seguinte forma:

> A linguagem (após a profissionalização dos historiadores) fica muito hermética, eu falo isso porque eu critico meus colegas constantemente. Fica uma linguagem hermética, escrevendo para a tribo, para sua própria tribo. Eu acho isso completamente equivocado. História é algo coletivo, é um patrimônio coletivo. É preciso escrever a história e

[123] José Murilo de Carvalho não foi o único a (re) pensar sobre o Brasil no período dos anos 1980 e 1990. A partir dos governos neoliberais do período, diferentes autores refletiram sobre o papel do Estado nacional. Ver mais em: RIDENTI, Marcelo. Dos anos 60 aos 90: artistas e intelectuais em busca da brasilidade. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 20., 1999, Florianópolis. História: fronteiras. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999, p. 555-562.
[124] COSTA, Lorena Lopes da. "Cultura Política": apropriações pela historiografia contemporânea. Caderno de resumos & anais do 5º *Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.

> divulgá-la, escrever para um público muito mais amplo do que o público dos historiadores[125].

Como dito anteriormente, a leitura do autor conta com dois eixos principais, a formação da cidadania e dos valores republicanos. Para tal, José Murilo de Carvalho lançou mão do modelo explicativo de cidadania desenvolvido por T. H. Marshall, no qual os direitos de um país deveriam seguir uma determinada ordem lógica: em primeiro lugar deveriam vir os direitos civis; em segundo lugar os direitos políticos e por últimos os direitos sociais[126].

Segundo Marshall, a importância da sequência se daria porque uma categoria de direitos seria diretamente dependente da outra. Os direitos civis levariam aos direitos políticos, que levariam aos direitos sociais, um seria consequência da aplicação do outro. Para provar seu ponto, o autor utiliza o exemplo da conquista dos três direitos na Inglaterra, onde o movimento seguiu um formato de pirâmide, no qual os direitos civis formaram a base sólida que possibilitou a população atingir os direitos políticos e estes foram a base para a conquista dos direitos sociais.

Carvalho parte da premissa de que a ordem dos direitos descrita por Marshall não foi seguida no Brasil. Pelo contrário, nosso país teria seguido a ordem totalmente inversa da experiência inglesa. A primeira categoria de direitos amplamente aplicada em nosso país foi a dos direitos sociais, durante a ditadura do Estado Novo Varguista. Os direitos políticos foram ampliados apenas durante a ditadura militar e os direitos civis ganharam consistência somente após a restauração política da Nova República e a promulgação da Constituição de 1988.

---

[125] CARVALHO, José Murilo de. Entrevista para o programa de televisão *Roda Viva*, transmitida pela Tv Cultura no dia 22 de setembro de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=r2yMkdRQWkc&t=377s

[126] MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Tradução de Merton Porto Gadelha. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1967.

Boa parte da obra de Carvalho trata do período da passagem do Império para a República. A sua interpretação aponta para diversas contradições na história nacional no que diz respeito aos três tipos de direitos. Durante o Império, o autor observa a primeira grande contradição, o Brasil seria um dos países com maior participação política (número relativo de eleitores) do mundo, destaque, portanto, para os direitos políticos, mas graças à escravidão que representava a supressão absoluta de direitos civis para uma parcela da população e suas inevitáveis mazelas, os direitos civis eram severamente limitados. Os direitos sociais, por sua vez, eram praticamente nulos, com uma população em sua maioria pobre ou miserável e muitos analfabetos. Este cenário, aponta, era fruto das movimentações de uma elite que, aliada ao Estado, criou uma ampla rede de privilégios e blindagens, o que resultou na manutenção do restante da população às margens[127].

Ao analisar o evento da Proclamação da República, uma segunda contradição chama a atenção e ganha o foco das análises do autor. O novo regime de governo, que intuitivamente nos leva a crer, teria levado a população à uma maior participação política nas eleições, reduziu os direitos políticos ao introduzir novos critérios eleitorais, mais rigorosos e, principalmente, excludentes, diminuindo drasticamente, desta forma, o número de votantes. Sobre os direitos civis, Carvalho observa que, apesar do fim da escravidão, a violência estatal seguia sendo prática constante no curso da história brasileira. Os direitos sociais, por sua vez, permaneciam praticamente nulos. Na capital

[127] Para compreender a forma como a elite nacional se estabilizou no poder, o autor usou fontes tradicionais, documentos oficiais, sobretudo. As informações podem ser observadas em seus dois primeiros livros, A construção da ordem e O teatro das sombras. Tais livros, apesar de tratarem da política a partir da elite, já estavam alinhados à "nova história", principalmente pelo fato do autor desenvolver a ideia de que existia um imaginário por trás da elite local, imaginário que foi o responsável pela manutenção dessa elite no poder. Ver mais em: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
e: CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das sombras*: a política imperial. São Paulo: Editora Edições Vértice, 1988.

Rio de Janeiro, por exemplo, a condição material de vida dos mais pobres era absolutamente precária. Muitos viviam em grandes grupos, em cortiços, com péssimas condições sanitárias e físicas[128].

Para representar o período das primeiras décadas pós Proclamação da República, o autor aborda a sucessão de eventos que gerou a Revolta da Vacina, analisando, a partir das reações populares frente à obrigatoriedade da vacinação, o imaginário das populações periféricas da cidade do Rio de Janeiro. A forma como o autor tratou o tema se aproxima de Thompson ao tratar da Revolução Industrial Inglesa. A Revolta da Chibata também foi tema trabalhado pelo autor, sobretudo a figura de seu principal líder, João Cândido, numa espécie de micro história[129] desenvolvida a partir de duas fontes pouco usuais, toalhas bordadas pelo próprio "Almirante Negro". Portanto, a Proclamação da República criou um modelo, segundo Carvalho, que continuava limitando os direitos civis, diminuía os direitos políticos e ignorava os direitos sociais.

O avanço no campo dos direitos sociais veio apenas com o presidente Getúlio Vargas, principalmente durante o chamado Estado Novo, período ditatorial do governo varguista. A criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), defende José Murilo de Carvalho, teria sido o primeiro direito aplicado de maneira ampla no Brasil até então. Como visto anteriormente, o modelo de cidadania de Marshall pressupunha uma lógica sequencial para a aplicação dos direitos, sendo que o último dos três, os direitos sociais, seriam uma consequência dos direitos civis e políticos. No caso Brasileiro seguiu-se o caminho inverso, a primeira categoria de direitos que cobriu grande parte da população foi justamente a dos direitos sociais concedidos pelo ditador Vargas. Portanto, havia no

[128] CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
[129] CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

Brasil uma população que não possuía os direitos civis mais elementares, uma vez que se tratava de um governo ditatorial com forte repressão, perseguição política, cassação de partidos, órgãos estatais de censura e tortura.

Carvalho considera que a ditadura do Estado Novo foi desastrosa para o Brasil. Para além dos aspectos que envolvem a ruptura dos direitos humanos, ela foi responsável por centralizar o poder político nacional na figura do líder do poder Executivo e inverter a ordem da aplicação dos direitos fundamentais.

Outro período da história brasileira em que Carvalho explorou as contradições da construção da cidadania no Brasil foi a Ditadura Militar iniciada em 1964. Enquanto os militares estiveram no poder a população teve seus direitos sociais ampliados. Como exemplo temos a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS, e a ampliação da CLT para os trabalhadores rurais). Foi o momento da história brasileira, até então, com maior participação da população nas eleições, o que é uma completa contradição, uma vez que o país vivia uma ditadura que escolhia de forma indireta os presidentes, contava com governadores biônicos nos principais estados da federação e controlava os dois únicos partidos que existiam dentro da legalidade[130].

A reta final dos períodos da história brasileira em que José Murilo de Carvalho analisou para construir a sua síntese foi a Nova República, período que começa com o fim da ditadura militar e dura até os dias atuais. Neste momento, o autor considera que, pela primeira vez, a população teve acesso de forma ampla aos direitos civis, já que a Constituição de 1988 era completamente alinhada aos princípios da liberdade de expressão, de reunião e propriedade. Os direitos políticos foram universalizados, não

[130] CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil:* O longo caminho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

existia mais nenhuma restrição censitária e os analfabetos, pela primeira vez na história republicana, puderam votar.

Carvalho considera que a Nova República é o cenário mais favorável desde o estabelecimento da República para a promoção e aplicação da cidadania plena. Agora, afirma o autor, existem os direitos civis, ainda que a população mais pobre por vezes se veja diante da violência estatal simbolizada, principalmente, pelas polícias militares[131]. Os direitos políticos foram universalizados e os direitos sociais, que estão num crescente desde o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1998 – 2002), foram organizados e ampliados durante os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002 – 2010). Ainda assim, o tom do autor é pessimista quanto ao futuro da cidadania, ele considera que agora o desafio a ser superado, a cerca que separa parte da população do acesso à cidadania é a grande desigualdade social[132]. Portanto, José Murilo de Carvalho construiu uma interpretação do Brasil que possui como marca a falta, a não completude. O país, ao longo de sua história, nunca foi capaz de integrar toda sua população, seja por falta de acesso aos direitos básicos, seja pela grande massa de pobres e miseráveis atingidos pela desigualdade social.

Esta foi a interpretação que José Murilo de Carvalho criou para o Brasil e o permitiu se estabelecer entre os grandes nomes da historiografia brasileira contemporânea. Trata-se de um trabalho feito ao longo de 40 anos de carreira e amparado em extensa pesquisa, mais de uma dezena de livros e uma centena de textos, que permitiram ao autor desenvolver um modelo de compreensão para o país. Se tornou referência quando se trata de cidadania, Proclamação da República e republicanismo.

[131] CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2005.
[132] CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil:* O longo caminho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

Foi a sua interpretação que o credenciou como um nome para ser ouvido e convidado pela mídia, como veremos a seguir, sempre que fala de temas de interesse da população, ele busca as respostas na sua interpretação histórica.

Certamente um empreendimento de interpretação da história nacional possui diversas limitações. O autor precisa fazer escolhas e recortes durante a pesquisa e a escrita. No caso de José Murilo de Carvalho, entendemos que a mais marcante de suas escolhas foi o caráter regional que o autor adotou para o levantamento de suas fontes, realizar suas reflexões e desenvolver seu modelo explicativo. Ao longo de sua obra, Carvalho focou de forma contundente nos acontecimentos que ocorreram na então capital do Império, e posteriormente capital da República, Rio de Janeiro. Ao se debruçar sobre sua obra é possível observar que se trata de uma interpretação do Brasil com um recorte geográfico bastante específico. Em todas os seus principais textos, que quando unidos formam sua interpretação, o foco é a cidade do Rio de Janeiro. Existe ainda, espaço para incursões em outras regiões do Sudeste, sobretudo São Paulo, quando o autor trata da questão do papel das elites cafeeiras paulistas na escolha do modelo federalista. O próprio autor reconheceu que suas escolhas possuem um tom regionalista:

> Vamireh Chacon, pernambucano, implica sempre comigo dizendo que Tiradentes não é herói e não é herói nacional, que em Pernambuco o herói é Frei Caneca. Ora, não se trata de decidir quem é mais herói do que o outro, ou de disputa regional. Não tenho nada contra Frei Caneca ou contra Bento Gonçalves, para usar um exemplo riograndense[133].

Entre os pares, Carvalho atingiu um *status* tão estável que passou a ser crítico de diversas questões da área de história, uma vez que seu reconhecimento não corria mais nenhum tipo de risco. Como visto, ele é um crítico da escrita dos historiadores profissionais, considera que escrevem apenas para outros historiadores e estão

[133] CARVALHO. José Murilo de. A Nova Historiografia e o Imaginário da República. Anos 90 – *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. V.1, n.1 – 1993.

incapacitados de atingir novos públicos mais amplos. Em suas últimas publicações adotou uma escrita ainda mais "rebelde", abrindo mão do formato de escrita acadêmico estabelecido: "disseram que no meu texto faltava pesquisa (pois não trazia notas de rodapé, citações ou referências bibliográficas), esqueceram que eu possuía 35 anos de pesquisa"[134]. Criticou pesquisadores brasilianistas brasileiros que se formavam no exterior, considerou que tais intercâmbios eram um dinheiro mal investido pelas instituições de fomento[135].

As atitudes e declarações de José Murilo de Carvalho deixam explicito um vício que existe em qualquer área de pesquisa e que deveria ser desnaturalizado: para se poder criticar abertamente os pares, as instituições e suas escolhas, é fundamental ter estabilidade e reconhecimento. José Murilo de Carvalho é um dos que atingiu tal status. Tal questão demonstra, sobretudo, a forma como a academia e os campos científicos como um todo são fechados às criticas externas, sendo necessário um autor atingir uma posição extremamente privilegiada para que suas críticas sejam ouvidas e ampliadas a um público mais amplo.

[134] Resposta que deu sobre os questionamentos de historiadores à sua biografia do Imperador Dom Pedro II. Ver mais em: CARVALHO, José Murilo de. Entrevista concedida ao programa *Sempre Um Papo* no dia 01 de dezembro de 2017. https://www.youtube.com/watch?v=BYM7gEOPrxg&t=3809s

[135] CARVALHO, José Murilo de. Basta de brasilianistas brasileiros. *Jornal do Brasil*, 4 de fevereiro de 1990.

Capítulo III

O preço do debate

Como visto no capítulo anterior, após ter construído uma sólida carreira no campo historiográfico acadêmico, Carvalho conseguiu criar as condições necessárias para atuar nos meios de comunicação de massa e se tornou um intelectual atuante e relevante na vida pública nacional. Seu nome é mobilizado pela mídia com bastante frequência para tratar de temas envolvendo questões políticas, sejam elas contemporâneas ou do passado. Contudo, sua atuação na mídia possui especificidades e limitações. No que tange aos aspectos do campo político formal, a partir das leituras das célebres definições dos filósofos Antonio Gramsci[136] e Jean Paul Sartre[137], entendemos que José Murilo de Carvalho dificilmente pode ser considerado um "intelectual orgânico". Sob praticamente nenhum ponto de vista vemos tal possibilidade. A nossa leitura, no entanto, não é unanimidade, como veremos a seguir.

De fato, foi possível confirmar ao longo da pesquisa e do maior contato com sua produção, que o autor nunca foi um reprodutor das causas das elites políticas e econômicas do país ou das ideologias dominantes, muito menos atuou por partidos ou quaisquer organizações políticas institucionalizadas, como organizações não governamentais ou sindicatos[138]. Suas ações, suas falas, seus posicionamentos, tanto na historiografia como na mídia, e sua postura ao longo dos anos sempre foram

[136] GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura.* Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
[137] SARTRE, Jean Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Tradução de Sergio Goes de Paula. São Paulo. Editora Ática, 1994.
[138] Como será tratado no presente capítulo, em um momento bastante específico da história recente, José Murilo de Carvalho se empenhou em um debate político ao se posicionar de maneira aparentemente favorável à Monarquia na campanha para o plebiscito que iria definir a forma de governo no Brasil. Ver mais em: CARVALHO, José Murilo de. Esse debate é real. *Jornal do Brasil*, 14 de abril de 1991.

independentes. A autorização sob a qual ele esteve subordinado ao longo de sua trajetória foi apenas a dos pares, a dos outros historiadores e cientistas sociais acadêmicos, posto diante das práticas da escrita da história, dos desafios do fazer historiográfico, da "operação historiográfica" como sustentou Michel de Certeau[139].

No presente capítulo pretendemos compreender de quais formas o autor transitou com suas teses entre as publicações acadêmicas e as da grande mídia. Nosso objetivo é analisar os laços entre as suas duas atuações e descobrir de quais maneiras uma pode ter gerado consequências e interferências nas formas de se ler a outra. Para tal, não podemos nos furtar de começar a nossa análise por um tema que há décadas se relaciona de imediato ao nome de José Murilo de Carvalho: sua hipotética adesão à monarquia. Apesar de sua posição institucionalmente independente, como já apontado, alguns leitores e críticos acusam o autor como sendo um legítimo defensor, um "intelectual orgânico" do antigo império controlado por D. Pedro II e da monarquia brasileira, ao ponto de sugerirem que, num improvável retorno do regime monárquico, o autor poderia requisitar um título de nobreza à Família Real pelos supostos trabalhos prestados[140]. Tais acusações, entendemos, são bastante problemáticas e baseadas em duas razões principais que pretendemos explorar.

A primeira das duas razões provavelmente foram suas manifestações acerca do plebiscito realizado em 1993 com o objetivo de concluir a transição democrática no qual a população teve de escolher entre os modelos de governo republicano e o monárquico,

[139] Segundo Michel de Certeau, a escrita da história parte de uma operação historiográfica constituída por práticas científicas, sociais, políticas e temporais que condicionam os historiadores. Ver mais em: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria Lourdes Menezes e Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

[140] REIS, José Carlos. A visão fluminense do Brasil: o tempo saquarema e a obra histórico-política de José Murilo de Carvalho. P. 23 – 77. In: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 3*: de Carvalho a Ribeiro: história plural do Brasil. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2017.

além dos modelos de sistema, presidencial ou parlamentarista[141]. Em um artigo publicado em 1991, no *Jornal do Brasil*, José Murilo de Carvalho destacou a importância de se levar a sério o debate para que a população pudesse definir com a maior clareza possível o modelo político a ser seguido e, por consequência, conhecer suficientemente a possibilidade monarquista[142]. Segundo o autor, o debate não estava sendo feito com a devida profundidade que o tema demandava e, portanto, seria uma oportunidade mal aproveitada, uma vez que a monarquia havia virado motivo de deboche entre os acadêmicos brasileiros. O que para Carvalho, teria sido fruto de um extenso discurso desqualificador praticado por parte dos movimentos republicanos que retiraram o Imperador Dom Pedro II do poder:

> Os republicanos, cem anos atrás, fracassaram na tarefa de vender o regime, de republicanizar o País. Mas em uma coisa tiveram pleno êxito: em desmoralizar a Monarquia perante as camadas mais educadas. Quando crescia a aceitação popular do regime monárquico, inclusive da Princesa Isabel, como consequência da abolição da escravidão, diminuía sua legitimidade entre proprietários rurais, irritados com a mesma abolição, entre pessoas educadas e, sobretudo, entre professores e estudantes das escolas superiores, duas faculdades de direito, duas de medicina, a Politécnica e a Escola Militar do Exército[143].

Prossegue o autor:

> O ataque pessoal (ao imperador) era completado pela guerra ideológica. Das trincheiras intelectuais vinha a desqualificação da Monarquia como regime adequado aos tempos modernos. Os positivistas e seus simpatizantes ocupavam aqui a linha de frente do ataque [...] A imagem da Monarquia como regime de privilégio, de opressão, sobretudo de atraso, enraizou-se nas camadas educadas da população, especialmente naquelas ligadas às áreas técnicas, que se consideravam portadoras do progresso. Até hoje, falar em Monarquia entre essa gente é sujeitar-se inevitavelmente a ter como resposta um sorriso irônico e superior.

---

141 "Em 21 de abril de 1993, foi realizado plebiscito que demandava escolher monarquia ou república e parlamentarismo e presidencialismo. Essa consulta consolidou a forma e o sistema de governo atuais". Informação retirada da página oficial do Tribunal Superior Eleitoral. Ver mais em: www.tse.ju.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscito-1993/plabiscito-de-1993.

142 CARVALHO, José Murilo de. Esse debate é real. *Jornal do Brasil*. Caderno de ideias. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1991.

143 CARVALHO, José Murilo de. Esse debate é real. *Jornal do Brasil.* Caderno de ideias. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1991.

> Monarquia? É assunto para saudosistas, reacionários, ociosos. É piada[144].

Ao longo do artigo, Carvalho argumentou sobre as fraquezas e dificuldades que ele enxergava dentro do modelo republicano e presidencialista então em vigor no país. O autor apontou por quais razões a possibilidade monarquista deveria ser considerada como sendo realmente viável, quais benefícios e avanços políticos ela poderia trazer enquanto proposta real a ser decidida pela população. O ponto central de suas críticas foi no sentido de demonstrar que a trajetória da República brasileira foi historicamente marcada pela instabilidade dos presidentes no poder e pela falta de representação popular.

A instabilidade republicana não teria permitido que a desigualdade social fosse combatida de maneira vigorosa e que temas complexos fossem discutidos no país por nenhum dos presidentes, uma vez que eles não possuem liberdade para tal, pois precisam governar baseados no modelo de coalisão. Caso não sigam este modelo, o autor acredita que correriam o risco de sofrerem golpes de Estado ou conspirações de seus adversários. É interessante observar a precisão da leitura política de José Murilo de Carvalho sobre o funcionamento institucional e político do país, uma vez que, alguns anos mais tarde, sua "previsão" se materializou em dois presidentes retirados de seus cargos através de contestados processos de *impeachment*: Fernando Collor de Mello, em 1992, e Dilma Rousseff, em 2016. Por outro lado, um rei, apontou o autor, com a total estabilidade institucional conferida por sua posição, teria maior liberdade de atuar e propor, uma vez que não teria a necessidade ter maioria nas câmaras ou de realizar acordos com diferentes grupos políticos por risco de ser deposto.

[144] CARVALHO, José Murilo de. Esse debate é real. *Jornal do Brasil*. Caderno de ideias. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1991.

> A Primeira República viu-se desde o início incapacitada para lidar com o conflito. Os partidos que funcionavam sem limitação do Império passaram a ser malvistos, pois eram foco de facciosismo e desestabilização. A estabilidade foi conseguida ao custo da quase total eliminação da participação sob o garrote dos partidos únicos estaduais. Depois de 1930, foi a alternância espasmódica de fases em que se permitia o exercício limitado do conflito e fases em que ele era eliminado pela força[145].

Carvalho ainda argumentou que o presidencialismo no qual os republicanos brasileiros se inspiraram na Proclamação da República e continuam se inspirando, o dos Estados Unidos, não deveria ser visto como um modelo a ser seguido, uma vez que seria o único caso de sucesso entre as repúblicas dos continentes americanos, uma verdadeira exceção em meio a vários fracassos. Como contraponto ao país norte-americano, o autor destacou diversos países em que o regime monarquista ainda é vigente e que ao que tudo indica funcionam muito bem, com governos progressistas, população inserida na política e estabilidade institucional, como Inglaterra, Japão, Holanda e Bélgica.

Sob o aspecto da representatividade (tema extremamente relevante dentro da obra de Carvalho de uma forma geral, como visto no primeiro e no segundo capítulo), o autor afirmou que os partidos políticos do período em que foi realizado o plebiscito não conseguiam se mostrar para a população como legítimos representantes do povo. Pelo contrário, eles apresentavam um aspecto elitista, transmitiam a imagem de serem facções preocupadas com os próprios interesses e verdadeiros focos de desestabilização política, não de debates e proposições. A Monarquia, por outro lado, teria maiores chances de despertar a representatividade na população. Baseado em suas pesquisas, o autor identificou que a população marginalizada do Rio de Janeiro pós Proclamação da República era em grande parte pró-monarquia: de prostitutas a pivetes e pais de santo. Isso sem contar outros movimentos monarquistas de origem popular, como Canudos e

[145] CARVALHO, José Murilo de. Esse debate é real. *Jornal do Brasil*. Caderno de ideias. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1991.

Contestado. Ele afirmou que ainda hoje os símbolos do império são mais populares do que os símbolos da República:

> A representação simbólica da nação em uma pessoa cercada de convenções que lhe dão caráter de permanência (a linha dinástica) confere um grau de estabilidade ao sistema político que não pode ser desprezado. Uma vez estabilizada a representação nacional, fica o espaço livre para o exercício do conflito, para a luta de partidos, o que for. Fica livre o conflito de interesses, que não mais precisa ser coibido em nome da estabilidade do sistema. Estamos cansados de apelos à união nacional, a consensos, acordos, pactos. Ora, esta é uma sociedade desigual ao extremo, injusta, autoritária. Nada mais natural e saudável que o conflito de ideias campeie de alto a baixo. Seria evidente exagero falar hoje de monarquismo entre as camadas mais populares. Mas há certamente grande aceitação de símbolos monárquicos. O exemplo clássico são as escolas de samba com seus inúmeros enredos e alegorias de referência monárquica[146]...

De acordo com o próprio José Murilo de Carvalho, o que ele apontou como sendo um convite ao debate sobre o plebiscito e a forma de governo foi mal interpretado pelos leitores, o que lhe gerou uma série de constrangimentos dentro e fora da academia. Além disso, com a grande repercussão gerada pelo seu posicionamento, ele teria passado a carregar desde então o estigma de monarquista[147], ainda que nas mais diversas oportunidades, inclusive no próprio artigo escrito para o *Jornal do Brasil*, ele tenha afirmado de forma direta e enfática: "Não defendo a Monarquia. Defendo o uso do plebiscito como oportunidade única para debater tais aspectos, oportunidade tanto mais adequada pelo fato de se discutir ao mesmo tempo o parlamentarismo, regime indissociável das monarquias modernas"[148].

Em situações posteriores, o autor se viu na necessidade de escrever réplicas com esclarecimentos a textos que o enquadravam como monarquista. Em artigo publicado na

[146] CARVALHO, José Murilo de. Esse debate é real. *Jornal do Brasil*. Caderno de ideias. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1991.
[147] CARVALHO, José Murilo de. A força do estigma. Folha de São Paulo. São Paulo, domingo, 1 de novembro de 1998.
[148] CARVALHO, José Murilo de. Esse debate é real. *Jornal do Brasil*. Caderno de ideias. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1991.

Folha de São Paulo em 1998, o colunista Marcelo Coelho analisou *Pontos e Bordados*, livro do autor publicado no mesmo ano. Coelho afirmou, sem hesitar, que José Murilo de Carvalho era, de fato, um monarquista. "Isto não transparece no livro, mas talvez permita ao leitor explorar certas ambiguidades no seu pensamento"[149].

Pois bem, um fato chama a atenção e entendemos que merece nosso destaque: se o próprio resenhista da *Folha de São Paulo* não encontrou no livro motivos para qualificar Carvalho enquanto monarquista, por que razão ele o fez e ainda foi além, criando um alerta para os possíveis futuros leitores da obra, deixando clara a importância da informação para a compreensão dos textos? Tudo nos leva a crer que o motivo possa estar relacionado com os pontos que foram apresentados e tratados ao longo de nosso segundo capítulo e reforce os argumentos lá discutidos: José Murilo, por ter se tornado um intelectual relevante tanto no meio acadêmico quanto no debate público, chegou a tal ponto em que suas duas atuações são impossíveis de serem dissociadas. Não existe mais o homem acadêmico e o homem público: são um só, uma só "obra". Desta forma, a suposta defesa que o autor fez em um jornal de grande circulação em nome da monarquia, atingiu a posterior leitura feita de suas publicações direcionadas ao público acadêmico.

A segunda razão para que o autor seja acusado de monarquista por alguns leitores e comentadores de suas publicações estaria em sua produção acadêmica propriamente dita, voltada para os pares historiadores. Um exemplo pode ser visto na leitura de José Carlos Reis, que, em livro publicado recentemente, na sua tentativa de qualificar José Murilo de Carvalho enquanto um intérprete do Brasil, defendeu que muito de sua obra foi produzida no sentido de legitimar o período do Império. As críticas

[149] COELHO, Marcelo. Os absurdos nacionais – José Murilo de Carvalho faz a história respirar a atmosfera do presente em nova obra. *Folha de São Paulo*. São Paulo, domingo, 18 de outubro de 1998.

de Reis não terminaram por aí, para ele, o autor teria relevado ou sido complacente com os principais pontos negativos do Império, incluindo a escravidão, e superestimado seus pontos positivos, além de ser um frequente crítico da República[150]. "Carvalho é um simpatizante do Estado Imperial, que acredita ter sido o melhor período da história brasileira, o que o torna um - "neossaquarema"-, um representante do pensamento conservador"[151].

Uma vez apresentada a "grande questão" que mobiliza debates ao redor do nome do autor e de sua carreira, iremos buscar na sua obra – tanto acadêmica quanto em suas mais variadas participações na mídia - elementos que permitam colocar em novos terrenos a discussão sobre sua posição acerca da monarquia. Analisaremos suas publicações considerando o debate sobre o plebiscito de 1993.

Postura pública.

Como vimos até aqui, com uma carreira bastante sólida dentro da historiografia nacional, após ter trabalhado em diversas instituições acadêmicas de prestígio e produzido uma extensa e representativa obra ao longo das últimas quatro décadas, Carvalho conseguiu atingir o reconhecimento dos pares e tornou-se uma referência ao se tratar do Período Imperial e da Proclamação da República. Este reconhecimento foi um importante passo no sentido de lhe permitir ter acesso como colaborador nos mais populares meios de comunicação do país, aos quais pôde escrever para um público mais amplo, para além do tradicional ambiente universitário.

[150] REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 3*: de Carvalho a Ribeiro: história plural do Brasil. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2017.
[151] REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 3*: de Carvalho a Ribeiro: história plural do Brasil. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2017.

Apenas à título de curiosidade, para demonstrar a sua popularidade e relevância no meio acadêmico, realizamos um breve levantamento do número de vezes em que o autor foi citado através dos dados fornecidos pela ferramenta online do site *Google Scholar*. Comparando o título mais popular já publicado por José Murilo de Carvalho com o mais popular publicado por Gilberto Freyre, o resultado foi o seguinte: *Cidadania no Brasil,* lançado em 2001, conta com cerca de quatro mil e quatrocentas citações, enquanto *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1933, conta com cerca de seis mil citações[152]. Além de ter sido publicado há muito mais tempo, não podemos ignorar o fato de que o livro de Freyre já foi tema de diversas investigações em teses e doutorados, dossiês de periódicos, encontros de pesquisadores e congressos, o que, sem dúvidas, contribuiu para a popularidade do livro e para o amplo número de vezes em que foi referenciado. De toda forma, o levantamento, apesar de breve e pontual, é bastante significativo e mais um indício do reconhecimento de sua produção acadêmica.

Com esse reconhecimento, não tardou para a grande mídia procurar o historiador como uma espécie de consultor histórico, sobretudo para tratar de temas caros ao republicanismo, como: democracia, política, eleições, corrupção e manifestações populares. Ele também se tornou figura recorrente quando os meios de comunicação tratam de temas ligados às figuras históricas, como Tiradentes e Dom Pedro II, ou datas comemorativas, como os feriados da Independência e da Proclamação da República.

No Currículo *Lattes* de José Murilo de Carvalho, entre colunas, artigos de opinião, resenhas e entrevistas concedidas, estão referenciados mais de cento e dez trabalhos para a mídia. Ainda existe uma extensa série de textos e outros materiais produzidos pelo autor que conseguimos identificar e ter acesso, mas que não estão catalogados,

[152] O site faz a soma das cinco versões mais citadas de cada uma das obras. Levantamento realizado entre os dias 02 e 03 de agosto de 2018.

incluindo entrevistas para programas de televisão e canais do *YouTube*. Apenas nos últimos cinco anos e tratando de temas da ordem do dia, absolutamente importantes para a população brasileira como um todo, Carvalho deu contribuições em veículos da mídia sobre assuntos como: Políticas Afirmativas nas universidades[153], manifestações populares de 2013, manifestações populares de 2015[154], *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff[155], Operação Lava a jato[156], intervenção das Forças Armadas na cidade do Rio de Janeiro[157], a prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva[158], o período eleitoral de 2018 e a eleição de Jair Bolsonaro como presidente[159].

É importante salientar que em todas as participações aqui destacadas, Carvalho lançou mão da mesma linha de argumentação que está presente em sua obra historiográfica, como pretendemos demonstrar. Ou seja, em sua faceta de intelectual público, atuante em debates amplos e populares, os conteúdos, opiniões e reflexões que ele apresentou ao grande público dos *sites*, canais de televisão, revistas e jornais são baseados em suas vastas pesquisas acadêmicas em história do Brasil. Como vimos ao longo dos capítulos anteriores, trata-se de um enorme arcabouço temático, teórico e analítico. Temos em José Murilo de Carvalho, portanto, um sujeito que utiliza o conhecimento produzido entre os pares da academia de forma pública. Um analista e crítico de fenômenos de sua época que busca respostas, posicionamentos e explicações em suas próprias elaborações e obra acadêmica. É um exemplo de pesquisador que

153 CARVALHO, J. M.. Ação afirmativa, sim; cota, não. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7 - 7, 12 mar. 2003.
154 Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/05/1887642-a-instabilidade-de-governos-e-o-feijao-com-arroz-da-politica-nacional.shtml
155 Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/12/1842458-2016.shtml
156 Disponível em: http://cultura.estadao.com.br/blogs/tiradentes-o-mecanismo-e-as-versoes-da-historia/
157 Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43204388
158 Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sem-lula-esquerda-nao-tem-candidato-diz-historiador,70002259279
159 Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/eleicao-de-bolsonaro-e-teste-de-fogo-para-nossa-democracia-diz-historiador.shtml

extrapola as competências exigidas para ser reconhecido enquanto um historiador profissional qualificado e que se engaja em participar do debate público em questões de teor altamente político[160].

Em suas manifestações mais recentes na mídia, entendemos que fica clara a preocupação do autor com valores alinhados à democracia e à República. Como tentaremos esclarecer a seguir, consideramos difícil classificá-lo como sendo um monarquista ou um simples crítico vazio da República. Em coluna publicada no ano de 2017, o historiador retomou um dos seus principais argumentos utilizados no polêmico artigo de 1991, o da marcante instabilidade política dos presidentes brasileiros. Desta vez, motivado pela recente crise política e econômica que o país tem atravessado, o tema central abordado no texto foi a latente dificuldade do Brasil de assimilar o povo na vida política. Ele afirmou o seguinte:

> A crise atual, em sua dimensão política, foi deslanchada pela substituição do chefe de Estado sem a intervenção de eleições. Não que se trate de novidade entre nós. Desde 1930, por dentro da Constituição ou á revelia dela, tem sido frequente esse tipo de substituição. Antes, houve a estabilidade imperial e a da Primeira República. Uma foi garantida pelo sistema monárquico-constitucional do Segundo Reinado (1840-1889), em que o chefe de Estado não era eleito; a outra, de 1889 a 1930, pelo arranjo oligárquico montado a partir de Campos Sales. Uma simples estatística demonstra a mudança havida depois de 1930, ano a partir do qual a vulnerabilidade da Presidência em eleições diretas virou o feijão com arroz de nossa política. Nesse período de 87 anos, somente cinco presidentes eleitos pelo voto popular completaram seus mandatos: Eurico Gaspar Dutra (1956–1961), Juscelino Kubitscheck (1956–1961), Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014)[161].

Como visto na coluna, ele demonstrou mais uma vez sua preocupação com o modelo político presidencialista brasileiro. Dessa vez, sem nenhuma possibilidade real

[160] TOURAINE, Alain. *O intelectual é um fracassado*: a importância de seu papel e da sua luta contra o poder e as ideologias. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.
[161] CARVALHO, J. M. A instabilidade de governos e o feijão com arroz da política nacional. *Folha de São Paulo*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/05/1887642-a-instabilidade-de-governos-e-o-feijao-com-arroz-da-politica-nacional.shtml

de retorno da Monarquia que pudesse usar de motivação. O autor, após uma breve retrospectiva histórica sobre a participação popular na vida pública nacional e a sucessão de presidentes que não conseguiram concluir os mandatos, destacou que um dos principais motivos que teriam contribuído para o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff teria sido o modelo presidencialista de coalizão. Segundo sua explicação, este modelo praticado nas últimas décadas afasta o povo do poder porque precisa ser mantido através de uma série de acordos com políticos e bancadas de oposição, além de apelar de maneira recorrente a práticas ilícitas envolvendo corrupção. Carvalho argumentou que, há quase nove décadas, o Brasil é marcado pela instabilidade política e pela sistemática não inclusão do povo na política. Ele entende que a não inclusão tem sido um fator determinante para a instabilidade, uma vez que a população, ao não se sentir participante real dos processos políticos, não se sentir incluída, não preza ou se manifesta pela manutenção dos cargos e das instituições.

Este texto foi apenas uma das várias oportunidades em que José Murilo de Carvalho deixou clara a sua preocupação com a "falta de representatividade política" da maior parte da população brasileira e da instabilidade que afeta o cargo de presidente da República. Para o autor, a grande mazela causada por isso seria a imensa desigualdade social que atinge o país. Para ele, a desigualdade social seria a grande vilã e responsável atualmente pela limitação do exercício da cidadania plena, uma vez que considerável parte da população mais pobre não teria acesso a todos os direitos civis, políticos e sociais, enquanto a parcela mais rica teria acesso apenas aos direitos e não às obrigações. Um país que divide sua população de acordo com a forma de agir do Estado, de um lado, uma elite que conhece apenas os privilégios, de outro, a população excluída que convive diariamente com a repressão.

Entendemos que seria de grande valor para a nossa pesquisa ter contato com os trabalhos mais recentes de José Murilo de Carvalho (é ao mesmo tempo um desafio e um privilégio de se trabalhar com um autor e pesquisador atuante), para analisar se o autor manteve ou não sua mesma lógica argumentativa e seus posicionamentos ao longo do tempo. Isso foi possível de ser constatado na pesquisa após um amplo levantamento de sua produção para fora do ambiente acadêmico: os argumentos que se repetem e estão presentes nos artigos de 1991 e 2017 poderiam ser casos extremos, coincidências ou meras exceções, mas, certamente, não o são.

Outro exemplo é um texto publicado em fevereiro de 2003[162] pela *Folha de São Paulo*, dias após o evento de posse do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, em que Carvalho destacou a possibilidade do "retorno do povo" com a eleição do líder sindical e traçou paralelos com os governos do ex-ditador e ex-presidente Getúlio Vargas. No texto, o autor deixou transparecer dois sentimentos que aparentemente são ambíguos: por um lado, a esperança de ver o povo participando ativamente das decisões do país; por outro, o receio de, mais uma vez, as promessas de inclusão social não se cumprirem efetivamente.

De acordo com o autor, Getúlio Vargas, ainda enquanto ditador, foi o responsável por resgatar no Brasil a ideia de povo, sobretudo via legislação social e trabalhista. Ele teria realizado um corte vertical na população, unindo ricos e pobres, em um único discurso e iniciado um processo de criação do sentimento de pertencimento nacional e participação popular. A partir do governo de Juscelino Kubitschek, a ideia de povo foi perdendo força para a ideia de classes sociais, fenômeno resultante de disputas

[162] CARVALHO, José Murilo de. Lembrança de outro carnaval – Posse de Lula reinsere na cena política brasileira, em um contexto mais favorável à inclusão social, a retórica do "povo" consagrada por Getúlio Vargas. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!. São Paulo, domingo, 05 de janeiro de 2003.

intelectuais no campo progressista que entendiam a conciliação de classes como instrumento de manutenção da pobreza. Carvalho entendeu que a nova visão foi prejudicial à democracia, pois inflamou grupos autoritários de esquerda, que alegavam representar os operários, e de direita, sobretudo as forças militares, que, anos mais tarde, aplicariam um golpe de Estado sob o pretexto de estarem protegendo o país de uma ameaça comunista.

Carvalho demonstra que com o fim da ditadura militar em 1985, e com a implementação da Constituição de 1988, foi a vez do "cidadão" ser o centro das atenções, inclusive no nome dado à própria Constituição (Constituição Cidadã). Uma ideia de cidadão, criticou o autor, individualista e que se confundia com a ideia de consumidor, não seria suficiente para a prática da cidadania plena. José Murilo de Carvalho, naquele momento, percebia em Luís Inácio Lula da Silva a possibilidade de retomar as políticas sociais inclusivas iniciadas por Vargas, porém, dessa vez sob o manto da proteção de uma democracia aparentemente sólida e com a população menos fragilizada. Classificando Lula e o PT como a nova elite política de esquerda do país, afirmou:

> Lembre-se, no entanto, de que a população foi hoje novamente interpelada com êxito pela elite política como povo e nação, em preferência à classe e ao cidadão individual, pelo fato de ainda se achar, na maior parte, excluída socialmente como nos tempos de Vargas. A população organizada em sindicatos e protegida por essas organizações é pequena minoria, representa apenas 24% das pessoas economicamente ativas. Mais da metade dos trabalhadores brasileiros está excluída do setor formal da economia e fora da proteção das leis trabalhistas. Mais de três quartos dos 76 milhões de trabalhadores ganhavam em 2000 até dois salários mínimos. O apelo à classe não atinge essa população, o apelo ao cidadão não lhe basta. Toca-o e move-a a interpelação feita em nome do povo, da nação e da inclusão social. Mas a inclusão política, apenas prometida por Getúlio Vargas, dá, sim,

> hoje, ao povo armas para lutar pela inclusão social, que o Velho promoveu apenas parcialmente. Velha história, novos horizontes[163].

Esses posicionamentos e reflexões de José Murilo de Carvalho sobre a possibilidade (1991), sobre os motivos que levaram ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2017) e sobre as expectativas em relação ao primeiro Governo Lula (2003), indicam que os principais temas que foram mobilizados pelo autor, em suas participações na mídia, estão relacionados com a República e a democracia. Porém, é preciso deixar claro que o que ele chama de República e democracia são conceitos individuais, elaborações próprias, com particularidades. Em sua compreensão sobre democracia, o autor divide o conceito em dois, entre questões nos âmbitos sociais e civis. Democracia social seria o constante combate às desigualdades sociais, o combate à pobreza e à miséria. Democracia política seria a liberdade de votar, de se candidatar e de se manifestar politicamente. Democracia, portanto, é entendida como sendo composta por duas dimensões: igualdade social e igualdade perante as leis. República, defende Carvalho, seria a ideia de "bom governo", o que pode ser entendido como políticas baseadas no diálogo, na liberdade e na isonomia, tendo como preocupação central a manutenção do espírito público, do respeito à lei e ao direito do outro.

Com o que foi apresentado até aqui, entendemos que não faz sentido classificar o autor como um conservado. Carvalho deseja romper com o que percebe como as mais severas amarras políticas e institucionais que permitem a manutenção da desigualdade social no país. Em nenhum momento identificamos defesas abertas à projetos das elites. A desigualdade social, refletida na não participação política do povo, é insuportável aos olhos de Carvalho e totalmente incompatível com seu ideal de democracia.

---

[163] CARVALHO, José Murilo de. Lembrança de outro carnaval – Posse de Lula reinsere na cena política brasileira, em um contexto mais favorável à inclusão social, a retórica do "povo" consagrada por Getúlio Vargas. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!. São Paulo, domingo, 05 de janeiro de 2003.

Entendemos que o autor, de fato, é um crítico da República Brasileira, não da proposta republicana em si, da essência por trás da representação daquilo que deveria ser uma república. O problema são os caminhos tortuosos seguidos pelo caso brasileiro. Na réplica à resenha de *Pontos e Bordados,* publicada em 1998, José Murilo de Carvalho demonstrou que sua insatisfação era com os problemas da República brasileira, vinculada com a falta do que ele considerou fundamental para este modelo político:

> Aqueles que a divergência, real ou imaginada, não impediu de ler minha obra, e Marcelo Coelho parece ser um deles, sabem que, desde a publicação de "Os bestializados", em 1987, meu tema obsessivo tem sido a denúncia, entre nós, de duas características básicas da República: a virtude cívica, apontada por Montesquieu nas repúblicas antigas e a igualdade civil, detectada por Tocqueville na democracia norte-americana. A crítica persistente a nosso regime republicano se deve simplesmente ao fato de ter ele sido até hoje uma caricatura de si mesmo, uma casca institucional sem substância cívica. Ele tem horror a povo, não tolera conflito, sustenta-se sobre o privilégio e a desigualdade.

Portanto, baseando-nos na análise das ideias de José Murilo de Carvalho em expressões nos veículos da mídia, consideramos injustas as críticas de que o autor seria um monarquista. O único caso em que entendemos que tal leitura poderia ser feita é no artigo de 1991, mas, para isso, essa leitura teria que ser feita de forma isolada, considerando apenas aquele texto, porque mesmo lá, é possível perceber que as críticas do autor à República brasileira e ao sistema presidencialista não eram vazias ou mera propaganda política por ocasião da proximidade do plebiscito. Ou seja, não é possível considera-lo um intelectual orgânico da monarquia ou qualquer coisa parecida, ele nunca prestou trabalhos ao Império. Este fato fica comprovado ao ter maior contato com publicações posteriores do autor e perceber que ele manteve o tom crítico mesmo sem a menor possibilidade de retorno do regime monarquista. Entendemos, sim, que se trata de um crítico, mas, antes de ser um crítico da República, ele é, e tem sido, nas últimas três décadas, um crítico da profunda desigualdade social e do isolamento do povo

brasileiro. Quanto à ideia de ser condescendente com o Império, de ter um tom mais ameno ao criticar o governo de Dom Pedro II em relação aos governos republicanos, ao menos em suas publicações para o grande público, não nos parece ser essa ideia pertinente, uma vez que não existe uma monarquia ou um imperador para serem criticados. O autor critica a República por ser o modelo vigente no país e por perceber nela diversas falhas.

Nosso objetivo até aqui foi o de mapear quais foram os principais temas, debates e reflexões de José Murilo de Carvalho enquanto intelectual público na mídia. Como foi dito no capítulo II, um intelectual possui a capacidade real de interferir na vida dos indivíduos e nas decisões das sociedades. Dito isso, ao que depender dos seus artigos, colunas e entrevistas, nos parece difícil que qualquer pessoa seja inclinada a apoiar a monarquia, definitivamente, não é o objetivo do autor. Se o autor pode exercer alguma influência em seus leitores, ela seria no sentido de criticar as desigualdades presentes em nossa República. O que Carvalho parece almejar para o Brasil, ao menos a partir do que foi explorado e demonstrado até aqui (ainda não entrando em sua obra acadêmica propriamente dita) é um país mais justo, tanto nos aspectos legais quanto nos aspectos sociais para assim, podermos usufruir da democracia e cidadania plenas, entendidas como a soma do que ele chama de democracia social com democracia política.

Na academia

Para além do fato de estar entre os poucos historiadores profissionais brasileiros com atuação constante na mídia, outro fator é caracteriza a trajetória de José Murilo de Carvalho: o tom de sua escrita, muitas vezes entendido como provocador, e o desejo constante pelo debate de ideias. Em outras áreas acadêmicas, como nas ciências econômicas, por exemplo, é bastante comum observar debates intensos entre pesquisadores renomados em populares meios de comunicação. Fernando Haddad e Marcos Lisboa, ambos respeitados professores e pesquisadores em economia, protagonizaram um destes debates na *Revista Piauí* ao longo de algumas edições no ano de 2017[164]. A cada edição, era publicada a resposta de um ao outro. No fim, consideramos que quem saiu vencendo foi o público leitor, ao ter tido acesso ao conteúdo produzido por dois especialistas da área. Lembramos deste fato pois percebemos que em algumas situações, Carvalho adotou estratégia semelhante, mas em vão, uma vez que, sem um segundo debatedor, o debate não existiu. Como ilustração, podemos citar seu artigo claramente provocativo e crítico, publicado em 1999 no Jornal *O Globo*, intitulado "Como escrever a tese certa e vencer"[165]:

> Dois pontos importantes na feitura da tese são as citações e o vocabulário. Você será identificado, classificado e avaliado de acordo com os autores que citar e a terminologia que usar. Se citar os autores e usar os termos corretos, estará a meio caminho do clube. Caso contrário, ficará de fora à espera de uma eventual mudança de cânone, que pode vir tarde demais. Começo com os autores. A regra no Brasil foi e continua sendo: cite sempre e abundantemente para mostrar erudição. Mas, atenção, não cite qualquer um. É preciso identificar os autores do momento. Eles serão sempre estrangeiros. Atualmente, a preferência é para franceses, alemães e ingleses, nesta ordem. Sobretudo, não deixe que seu estilo se confunda com o de jornalistas ou outros leigos. Um

[164] Ver em: LISBOA, Marcos. Outra História – Uma resposta a Fernando Haddad. *Piauí*, Edição 131, agosto de 2017. HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros. *Piauí*, Edição 129, junho de 2017. HADDAD, Fernando. (Des) ilusões liberais. *Piauí*, Edição 132, setembro de 2017.

[165] CARVALHO, José Murilo de. Como escrever a tese certa e vencer. *Jornal O Globo*, 16 de dezembro de 1999, p.7.

> autor brasileiro, no entanto, nunca poderá faltar: seu orientador ou orientadora. Ignorá-lo, é pecado mortal[166].

No texto, uma espécie de manual para não-iniciados, que pode ser lido como uma sátira ao livro *Como se faz uma tese*, de Umberto Eco, Carvalho tentou criar uma caricatura dos rituais a serem seguidos por um historiador para obter sucesso dentro das instituições acadêmicas. Não é nossa intenção concordar ou discordar de sua posição, até mesmo por se tratar de um visível exagero para provocar os pares, mas consideramos admirável a ousadia por trás da empreitada, principalmente por não ser algo corriqueiro entre historiadores profissionais contemporâneos no Brasil. De qualquer forma, lamentamos que não tenha surgido um debate formal a partir das provocações.

Não podemos deixar de citar, mais uma vez, o artigo de 1991, no qual o autor chamava a atenção para a importância de se levar a sério o debate sobre o plebiscito e a possibilidade monarquista. Um possível aceno à monarquia poderia levantar uma série de polêmicas para o autor – como acabou ocorrendo – fato que ele previa no próprio texto, mas não hesitou em se posicionar: "Piada ou alternativa? Alternativa. Pelo menos como oportunidade para um debate institucional indispensável sobre a construção de uma República que hoje, "para o ser, não precisa mais do nome"[167]. Acreditamos que a personalidade propositiva do autor tenha contribuído para sua atuação pública durante tantas décadas sem interrupções.

Confessamos ao nosso leitor que o presente capítulo foi o mais desafiador de ser produzido em toda a dissertação. Foi preciso criar e recriar, escrever e apagar diversas vezes. Nos faltaram estudos semelhantes para usarmos de inspiração e apoio, faltaram

[166] CARVALHO, José Murilo de. Como escrever a tese certa e vencer. *Jornal O Globo*, 16 de dezembro de 1999, p.7.
[167] CARVALHO, José Murilo de. A força do estigma. Folha de São Paulo. São Paulo, domingo, 1 de novembro de 1998.

referências teóricas, faltaram teses e ferramentas metodológicas para lidar com tão variados tipos de fontes em que José Murilo de Carvalho produziu. Por ser figura tão singular, estudar a obra do autor não foi tarefa das mais simples. Ele é um acadêmico que atua na grande mídia em plena virada do século XX para o XXI. Um intelectual[168], portanto, mas dentro da definição que Durkheim[169] produziu em finais do século XIX.

De acordo com o entendimento de Émile Durkheim, no caso do intelectual, "todo o seu pensamento apresenta um caráter propositivo e cientificamente engajado e se mantém como elemento que sustenta todas as posições e que explica o conjunto das questões por ele tratadas"[170]. Não por acaso, tal proposição vai no mesmo sentido do que foi possível perceber das duas atuações de José Murilo. Ou melhor, de sua única atuação, mas que acontece em duas frentes, nos textos acadêmicos, voltados aos pares historiadores e cientistas sociais – cientificamente engajado -, e nos textos para o público dos veículos da mídia.

Mais uma vez, é necessário localizar o autor dentro do cenário no qual ele esteve inserido. Carvalho produziu grande parte de sua obra acadêmica entre os anos 1980 e 1990, período de grandes debates e mudanças na historiografia nacional, como já dito nos dois capítulos anteriores. A este ponto, podemos afirmar, sem dúvidas, que ele teve um importante papel na constituição da historiografia brasileira do período, com contribuições fundamentais para estruturar campos de pesquisa envolvendo a história política, a história cultural e o imaginário social. Desta forma, entendemos que é necessário diferenciar o que identificamos como sendo dois momentos distintos de sua

[168] Durkheim, Émile. *O individualismo e os intelectuais*. São Paulo: EdUSP, 2016
[169] PINTO, Louis. Durkheim, o intelectual como mandatário do universal. In. Durkheim, Émile. *O individualismo e os intelectuais*. São Paulo: EdUSP, 2016. P.69-74.
[170] VALLE, Ione Ribeiro. Do intelectual individualista de Durkheim ao intelectual coletivo de Bourdieu: Em perspectiva o poder político e simbólico do intelectual. IX CBHE – História da educação: global, nacional e regional. *Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação.* João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba, agosto de 2017, ISSN 2236-1855.

carreira. O primeiro deles, nos anos 70, período em que ainda estava em formação no exterior; e o segundo, partir dos anos 80, quando retornou ao Brasil e passou a atuar, de fato, enquanto um intelectual público – em instituições de pesquisa e em veículos da mídia. Não é nossa intenção negar a produção do autor anterior aos anos 1980, mas é importante destacar a mudança que ocorreu em seus temas e abordagens.

A partir dos anos 1980, marco temporal que nos interessa mais especificamente, Carvalho "descobriu" a atuação do povo dentro da história nacional, principalmente dentro dos recortes mais trabalhados por ele em suas pesquisas, como o período da Proclamação da República. Ele pesquisou o imaginário, os desejos, as atitudes, a cultura política das populações marginalizadas. Assim como Thompson em "A formação da classe operária inglesa"[171] descobriu o papel ativo das camadas pobres da população na Revolução Industrial, José Murilo de Carvalho colocou as classes marginalizadas enquanto autoras de suas próprias histórias em "Os Bestializados" e em "A Formação das Almas"[172].

Não estamos nos referindo a uma mudança no rigor científico, nos critérios ou na qualidade das pesquisas do autor, mas s uma modificação na abordagem e no recorte de sua história. Partindo de um pós-doutorado que tratava das estratégias das elites brasileiras para manter a unidade e o poder, o autor passou a pesquisar as visões de mundo das populações pobres e marginalizadas. É neste momento que as atuações, acadêmica e midiática, do autor se fundem, tornam-se uma só, e seus argumentos nas duas frentes se complementam. Logo na introdução de *Os Bestializados,* o autor

[171] THOMPSOM, E. P. *A formação da classe operária inglesa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 vols, tradução de Denise Bottman.

[172] Entendemos que existem autores brasileiros mais alinhados à perspectiva de história social de Thompson do que José Murilo de Carvalho, como é o caso, por exemplo de Sidney Chalhoub, porém, os trabalhos de Carvalho são anteriores. Ver mais em: CHALOUB, Sidney. *Visões de liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. Companhia das Letras, 1990.

esclarece que suas principais motivações para escrever o livro partiram da leitura que membros da elite e estrangeiros fizeram da ausência de manifestações populares no evento da Proclamação da República, alegando que a população assistiu a tudo "bestializada" e que o "Brasil não tinha povo". No livro, o autor demonstrou como os moradores mais pobres do Rio de Janeiro atuavam politicamente, o que os movia, o que os tocava, e utilizou a Revolta da Vacina para ilustrar as estratégias populares. Como conclusão, o autor demonstrou que a população brasileira marginalizada nunca foi bestializada. Pelo contrário, era astuta, sabia se adaptar às dificuldades e possuía uma moral pobre, independente das elites.

> Com esta sumária justificativa do tempo (Proclamação da República e primeiras décadas do século XX) e lugar do estudo (Rio de Janeiro) – a ser desenvolvida no correr do trabalho – já fica evidente que havia algo mais na política do que simplesmente um povo bestializado. Tentar entender que povo era este, qual seu imaginário político e qual sua prática política será a tarefa que enfrentaremos ao longo dos capítulos deste livro[173]

Em *A formação das almas* também há explicações motivadoras semelhantes, mais uma vez, colocando o povo enquanto personagem fundamental para compreender os rumos das decisões políticas do fim do século XIX no Brasil:

> O extravasamento das visões de república para o mundo extra-elite, ou as tentativas de operar tal extravasamento, é que me interessarão diretamente. Ele não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal. Ele deveria ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos[174]

Podemos, portanto, afirmar que, a partir de *Os Bestializados*, José Murilo de Carvalho deu início à construção de sua atuação enquanto intelectual público e intérprete da história brasileira. Uma interpretação, curiosamente, escrita por dentro e

[173] CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
[174] CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

por fora da academia. Ele a produziu tanto nos livros de história, com os rigorosos critérios demandados pela escrita científica, quanto nos jornais e revistas, espaços com maior liberdade para experimentar e provocar debates. Como foi analisado no capítulo II, entendemos que o autor desenvolveu uma verdadeira interpretação do Brasil ao longo de sua trajetória acadêmica, buscando compreender a história do país a partir da construção da cidadania, entendida como o acesso aos direitos civis, políticos e sociais. No entanto, como observado na primeira parte do presente capítulo, tal interpretação também foi desenvolvida em seus trabalhos e publicações na mídia. Os mesmos argumentos estão presentes em suas duas frentes de trabalho. O que Carvalho desenvolveu na academia não ficou restrito aos pares, temas como democracia e cidadania são tratados em várias de suas participações na mídia. Como já foi visto, ao menos em seus trabalhos e publicações nos meios de comunicação, é difícil constatar que o autor seja um monarquista. Na sua obra acadêmica, parece não ser diferente.

A cidadania é uma questão fundamental para José Murilo de Carvalho, que inclusive a usou como título de livro, *Cidadania no Brasil*. Para ele, a maior chaga que o Brasil carrega hoje seria a desigualdade social, que também seria o fator condicionante para uma série de outros problemas para o país. O autor buscou as origens da desigualdade social e atribuiu a culpa à escravidão e toda a estrutura que lhe permitiu existir durante tantos séculos. Também consideramos importante destacar que, em diversas oportunidades, ele chamou a atual desigualdade social brasileira de "a escravidão contemporânea", por isolar parte da população da prática da cidadania:

> O fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão. Os escravos começaram a ser importados na segunda metade do século XVI. A importação continuou ininterrupta até 1850, 28 anos após a independência... Escravidão e grande propriedade não constituíam ambiente favorável à formação de futuros cidadãos. Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física

> (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais[175].

José Murilo realmente possui uma postura elogiosa ao tratar da Constituição de 1824. A considerou bastante moderna e liberal para a sua época, uma das mais avançadas do mundo, como afirmou diversas vezes. Para ele, seu grande trunfo, sua melhor característica, diz respeito à participação popular nas eleições, sobretudo à permissão para que os analfabetos pudessem votar[176]. O autor demonstrou que a Constituição do Império garantia o direito ao voto para cerca de 15% da população – excluíam-se as mulheres, os menores de 22 anos e os escravos -, um número surpreendente para meados do século XIX, superior ao que era praticado na maior parte dos países europeus centrais, incluindo a Inglaterra, e sendo superado apenas pelos Estados Unidos, que contava com cerca de 18% de participação popular nas eleições. Porém, em 1881, um projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados aumentou as barreiras para a participação nas eleições e gerou uma grande transformação no cenário eleitoral nacional. A nova lei dobrava a renda mínima exigida para ser eleitor, fato que o autor não considerou de grande relevância, uma vez que suas pesquisas indicaram que a quantia não era proibitiva, e barrava o voto dos analfabetos. Carvalho chamou o acontecimento de "tropeço da democracia", tropeço este, que se manteve após a Proclamação da República:

> As consequências logo se refletiram nas estatísticas eleitorais. Em 1872, havia mais de um milhão de votantes, correspondente a 13% da população livre. Em 1886, votaram nas eleições parlamentares pouco mais de 100 mil eleitores, ou 0,8% da população. Houve um corte de quase 90% do eleitorado... Com a lei de 1881, o Brasil caminhou para trás, perdendo a vantagem que adquirira com a Constituição de 1824. O

[175] CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil:* O longo caminho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

[176] CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil:* O longo caminho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

> mais grave é que o retrocesso foi duradouro. A proclamação da República em 1889, não alterou o quadro. A República, de acordo com seus propagandistas, sobretudo aqueles que se inspiravam nos ideais da Revolução Francesa, deveria representara a instauração do governo do país pelo povo.

O autor prossegue nas críticas:

> No entanto, apesar das expectativas levantadas entre os que tinham sido excluídos pela lei de 1881, pouca coisa mudou com o novo regime. Pelo lado legal, a Constituição republicana de 1891 eliminou apenas a exigência da renda de 200 mil réis, que, como vimos, não era muito alta. A principal barreira ao voto, a exclusão dos analfabetos, foi mantida. Continuavam também a não votar as mulheres, os mendigos, os soldados, os membros das ordens religiosas.

Como analisado no capítulo II, José Murilo de Carvalho utilizou os avanços e retrocessos no acesso aos direitos civis, políticos e sociais como fio condutor de suas teses sobre a história nacional. A participação popular, a presença do povo nas decisões, é elemento fundamental que o motiva tanto nas publicações acadêmicas quanto nas da mídia. Foi possível perceber que o autor volta sempre nas questões relativas ao povo e sua participação para explicar eventos políticos do presente e do passado. Como não existem bem e mal absolutos, as análises de Carvalho são sempre feitas de maneira comparativa. Desta forma, ao tratar da participação política, pode-se entender que o autor estaria defendendo o período do Império e menosprezando os avanços da República.

Nossa leitura é diferente. Entendemos que, baseado em análise de estatísticas e pesquisa histórica, ele avaliou que o período compreendido entre a implementação da Constituição de 1824 até a mudança nas regras eleitorais de 1881 (portanto, quase seis décadas), o Brasil viveu um período mais democrático do que durante a maior parte da República. Tal leitura fica ainda mais clara quando o autor aponta para a escravidão (iniciada ainda na Colônia, mas praticada durante o Império), como sendo o pior acontecimento da história brasileira e responsável por tantos problemas que

permanecem. Não é a monarquia como instituição que seria valorosa para José Murilo de Carvalho, mas a participação popular. Da mesma forma, não é a República o alvo de críticas, mas a sua não inserção popular.

Quando o autor se mostra decepcionado com a República, não é por saudosismo da Monarquia, conservadorismo, ou simplesmente por não gostar desse modelo de governo, mas por constatar que ela não foi capaz de integrar grande parte da população:

> A falta de uma identidade republicana e a persistente emergência de visões conflitantes ajudam também a compreender o êxito da figura do herói personificada em Tiradentes. O herói republicano é ambíguo, multifacetado, esquartejado. Ele se mantém como herói republicano por conseguir absorver todas essas fraturas, sem perder a identidade. Ao seu lado, talvez seja a imagem da Aparecida a que melhor consiga dar um sentido de comunhão nacional a vastos setores da população. Um sentido que, na ausência de um civismo republicano, só poderia vir de fora do domínio da política. Tiradentes esquartejado nos braços da Aparecida: eis o que seria a perfeita Pietá cívico-religiosa brasileira. A nação exibindo, aos pedaços. O corpo do seu povo que a República não ainda não foi capaz de reconstituir[177].

A motivação de Carvalho não foi a volta da Monarquia, como alegam alguns críticos ou leitores que não possuem tanta intimidade com sua obra, mas a cidadania, o acesso total aos direitos civis, políticos e sociais, a inclusão social e os valores republicanos.

No entendimento de José Murilo de Carvalho, a República após o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição de 1988, seria o melhor cenário possível, em toda a história nacional, para a integração total da população e para a prática da democracia plena, com igualdade civil e social. Porém, o autor parece ter chegado a uma conclusão duplamente frustrante: a primeira das frustrações é que ele não viu a inclusão

[177] CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

prometida ser entregue pelos políticos. Ele demonstrou que reconhece que houve muitos avanços, como a universalização do ensino básico durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e a ampliação de programas sociais com os presidentes do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, mas que a desigualdade social continua sendo gritante em nosso país. A segunda frustração vem de uma ironia, pois logo no momento em que o Brasil atingiu o seu ponto mais alto no que se refere aos direitos civis, políticos e sociais, o autor concluiu que o modelo de cidadania que ele tanto preza está gradativamente sendo substituído pela cultura do consumo. A grande reivindicação da população é em relação ao direito de consumir.

Utilizamos a polêmica envolvendo o plebiscito de 1993 como fio condutor para analisar os trabalhos de Carvalho na mídia e na academia. Ao fim, entendemos que, se há motivos para considerar o autor como conservador, eles estão em sua leitura que distingue cidadãos de consumidores, como se não fosse legítima a escolha das populações mais pobres. Outro elemento que pode ser considerado conservador foram suas constantes tentativas de demarcar território com a "nova historiografia brasileira". Por vezes, Carvalho deu a entender que a historiografia dos anos 1980 e 1990, influenciada pelos valores culturais da antropologia, teria maior capacidade de atingir o passado do que o que era produzido anteriormente, sobretudo pelos autores de tradição marxista. No que tange aos valores sociais, o autor é um progressista, não propaga ideais da elite econômica e política. Valoriza as minorias, reconhece as vitórias dos negros, das mulheres e dos homossexuais ao longo da história da República. José Murilo de Carvalho entende que a democracia e a cidadania plena não poderão ser atingidas com a imensa desigualdade social vigente no país, e se mostra sem esperanças, acreditando que essas

noções não são consideradas valiosas em um cenário que supervaloriza o consumo e a individualidade.

Considerações Finais

Como visto ao longo da dissertação, José Murilo de Carvalho foi um importante nome para a constituição da identidade historiográfica nacional das décadas de 1980 e 1990. A constituição de uma identidade passa, inevitavelmente, por disputas e debates. Com a historiografia brasileira do final do século XX não foi diferente. Carvalho, enquanto um representante da "nova historiografia", sempre deixou claro seus problemas com a produção anterior e apontou, em diferentes momentos, quais seriam suas principais fraquezas. Da mesma forma que criticava o que havia sido produzido por seus pares das décadas anteriores, Carvalho buscou deixar claro, dentro de suas perspectivas, quais seriam as vantagens das novas abordagens historiográficas. Seria importante levar em consideração, entretanto, que os recortes, as análises e as abordagens dos historiadores são limitados pela época de sua atuação, e que esse é um aspecto inexorável. Partindo do pressuposto de que um autor que se tornou referência entre os pares possui consciência de tais elementos, entendemos que Carvalho, de fato, participou, ativamente e conscientemente, da tentativa de marcar território para a sua historiografia.

Para Carvalho, a nova historiografia possuía cinco virtudes principais. A primeira delas seria a centralização no homem. Ou seja, colocar o ser humano no centro da análise dos fenômenos, enquanto as circunstâncias, natureza, geografia, economia, seriam deixadas em segundo plano. A segunda virtude apontada foi a o abandono de uma visão, supostamente monocausal, substituída por uma visão multicausal. Segundo o autor, a visão multicausal teria sido uma das consequências da abordagem influenciada pela antropologia, sobretudo por Clifford Geertz, que permitiu compreender que as culturas não são frutos diretos da economia ou da natureza, mas de múltiplos aspectos.

A terceira virtude, identificada como a mudança de ênfase de fatores demográficos, econômicos e biológicos para fatores culturais e psicológicos, apareceu como uma consequência das anteriores. Para Carvalho, a mudança possibilitou aos historiadores pesquisarem temas que nunca antes haviam sido pesquisados dentro da história, como os medos, os prazeres, os desejos e as mentalidades. A quarta virtude seria o tipo de influência da historiografia, que antes era mais próxima da economia e da sociologia, mas que a partir da década de 1980, teria se aproximado da antropologia e da psicanálise. Como exemplo de abordagem historiográfica "inspirada" na antropologia, José Murilo cita o estudo de Robert Darnton sobre o massacre de gatos em Paris do século XVII. A última das cinco virtudes das novas abordagens seria a visão de história como processo indeterminado. De acordo com o autor, boa parte da historiografia anterior era marcada por correntes de pensamento que seguiam lógicas evolutivas, como o positivismo e o marxismo.

Observando os cinco pontos que José Murilo de Carvalho considerou como sendo as principais virtudes da nova historiografia e suas justificativas para cada uma delas, notamos um aspecto que merece ser explorado de modo mais detido. O autor se mostrou um forte crítico de modelos de história que seguiam critérios evolutivos ou hierarquizantes, mas sua análise da produção em história anterior a ele nos parece ter sido feita num tom evolutivo e hierarquizante. Por vários momentos ele colocou a nova história como efetivamente melhor e mais capaz de acessar a realidade do passado. Outro fator curioso e que merece destaque é o fato de que os dois autores que, aparentemente, mais influenciaram a obra historiográfica de Carvalho, Geertz e Darnton, foram seus professores na Universidade de Stanford. Portanto, ao se posicionar sobre a nova história, mais do que deixar de levar em consideração as condições da produção

em história dos autores que vieram antes dele, Carvalho sem sempre enfatizou as próprias especificidades que tornaram possível suas elaborações intelectuais. Em diversos momentos, Carvalho supervalorizou aspectos que considerava negativo nas produções historiográficas anteriores e as criticou em paralelo aos elogios aos supostos avanços da nova história.

Ao pesquisar a produção historiográfica e a trajetória de José Murilo de Carvalho, foi possível observar a complexa disputa de narrativas dentro da história da historiografia. Assim como apontamos ao longo do terceiro capítulo, que o autor foi vítima de uma leitura superficial de sua obra que o considerou monarquista, estigma que ele carrega até os dias de hoje, o próprio Carvalho contribuiu na construção de estigmas sobre a historiografia anterior aos anos 1980. Ao afirmar que a maior parte da produção até os anos 1970 era marcada por determinismos e visões hierarquizantes e elitistas, o autor criou a representação de uma historiografia que não leva em consideração a variedade da produção nacional em história. Não podemos ignorar o cenário de mudanças institucionais no qual Carvalho estava inserido. Provavelmente, sua tentativa de marcar território em relação à produção anterior também possui conexões com o fato de que os anos 1980 e 1990 foram as décadas com a maior quantidade de abertura de programas de pós-graduação em história no país. Como demonstrado por Alessandra Soares Santos, mudanças institucionais podem estimular a formulação de identidades historiográficas[178].

Nossa conclusão é que, mais do que revelar as especificidades da trajetória de um importante autor brasileiro ou debater algumas das questões caras à historiografia dos

[178] Ver mais em: SANTOS, Alessandra Soares. Francisco Iglésias e o curso de geografia e história da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (década de 40). *História da Historiografia*. Ouro Preto. n. 11. Abril 2013. 104-121.

anos 1980 e 1990, nossa pesquisa conseguiu acessar o que José Murilo de Carvalho esperava que a historiografia brasileira fosse. O autor, que foi um grande porta-voz da nova história, assim como diversos outros autores, tentou criar uma identidade historiográfica que possuía como elemento central a cultura. Ao ler trabalhos sobre a produção do período, as conclusões são conflitantes, em alguns aspectos a cultura parece ter realmente ganhado espaço dentro da historiografia, mas em outros, o que era produzido até os anos 1970 parece ainda ter bastante força[179]. Dessa forma, não podemos afirmar que José Murilo de Carvalho pode ser lido como um representante definitivo, uma "média", do que foi a historiografia nacional das décadas de 1980 e 1990. O que pode ser afirmado é que ele foi um autor envolvido em importantes debates no período e que se tornou nome intransponível ao se tratar da história do Império e da Proclamação da República.

O autor, que nos pareceu ter tido algumas posições bastante duras com a historiografia anterior, sobretudo em seus discursos que valorizavam a nova história, não possuía a mesma postura fechada em relação aos pares contemporâneos. Se com os historiadores do passado José Murilo de Carvalho foi duro, com "sua geração", ele sempre esteve aberto e buscou estimular os debates entre historiadores. Carvalho, em diversas oportunidades, foi crítico e propositivo, ao ponto de levar os debates acadêmicos para ambientes mais amplos, como os meios de comunicação. Esta, conforme analisado ao longo da dissertação, talvez seja a maior especificidade do autor.

Sua atuação na mídia mereceu lugar de destaque na nossa pesquisa, pois consideramos ser um elemento fundamental para compreender a trajetória do autor.

[179] Ver mais sobre o debate em: MELLO, Ricardo Marques de. *Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História*, 1981-2000. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Brasília, 2012 e: RAGO, Margareth. A "Nova" Historiografia Brasileira. *Anos 90*. Porto Alegre, n.11, julho de 1999.

Como visto, ao mesmo tempo em que foi desenvolvendo sua interpretação do Brasil em livros como *Os Bestializados, A Formação das Almas e Cidadania no Brasil,* Carvalho levava seus debates e argumentos para publicações em veículos da grande mídia, entre eles os jornais e revistas de maior circulação do país.

Terminamos a dissertação com algumas questões que podem ser desenvolvidas em pesquisas posteriores: o modelo de historiografia defendido por José Murilo de Carvalho se tornou tendência dentro do cenário nacional? Programas de Pós-Graduação em História que foram criados entre as décadas de 1980 e 1990, como o da Universidade Federal de Minas Gerais, reagiram à nova história da mesma forma que programas anteriores, como o da Universidade de São Paulo? No momento, não sabemos, mas fica o estímulo para investigar e encontrar as respostas.

Fontes

Obras de José Murilo de Carvalho

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Teatro das sombras*: a política imperial. São Paulo: Editora Edições Vértice, 1988.

_____. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *A nova historiografia brasileira e o imaginário da República*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 1993.

_____. Terra do Nunca: sonhos que não se realizam. In: BETHEL, Leslie. (org.). *Brasil*: fardo do passado, promessa do futuro – Dez ensaios sobre política e sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cidadania no Brasil:* O longo caminho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2005.

_____. *O pecado original da República*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017. v. 1. 293p.

Outros textos de José Murilo de Carvalho consultados

CARVALHO, José Murilo de. A nova historiografia brasileira e o imaginário da República. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, 1993.

_____. A força do estigma. *Folha de São Paulo*. São Paulo, domingo, 1 de novembro de 1998.

_____. Ação afirmativa, sim; cota, não. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 7 - 7, 12 mar. 2003.

_____. Brasil: nações imaginadas. In. ANINA, Antonio, LEIVA, Luis Castro, GUERRA, François Xavier. *De los imperios a las naciones*: Iberoamericana. Zaragoza: Ibercaja, 1994. P.401-423.

_____. Cidadania a porrete. *O Estado de São Paulo*, p.A-2, 19 de fevereiro de 1994.

_____. Esse debate é real*. Jornal do Brasil*. Caderno de ideias. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1991.

_____. Lembrança de outro carnaval – Posse de Lula reinsere na cena política brasileira, em um contexto mais favorável à inclusão social, a retórica do "povo" consagrada por Getúlio Vargas. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!. São Paulo, domingo, 05 de janeiro de 2003.

_____. Basta de brasilianistas brasileiros. *Jornal do Braasil*, 4 de fevereiro de 1990.

_____. Desigualdade é a escravidão de hoje. *Diário de Pernambuco*, Recife. Pernambuco, p. 5-5, 13 maio 2010.

_____. Tancredo Neves e a tradição política mineira. *Revista do IHGB*, v. 171, p, 199-213, 2010.

_____. Trajetórias republicanas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLIV, p. 22-35, 2008.

_____. Como escrever a tese certa e vencer. *O Globo*, 16 de dezembro de 1999, p.7.

_____. Entrevista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A8 – A8, 13 mar. 2015.

_____. O Historiador às vésperas do terceiro milênio. Aula inaugural no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 19 de maço de 1997. *Phoênix*, Rio de Janeiro, n.3, p.9-22. 1997.

_____. Cidadania, estadania, apatia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 24 jun. 2001.

Bibliografia

ALMOND, G; VERBA, S. *The civic culture*: political atitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANDRADE, Daniela Meirelles. CASTRO, Carolina Lescura de Carvalho. PEREIRA. José Roberto. Cidadania ou "estadania" na gestão pública brasileira? *Revista Administração Pública* vol.46 no.1 Rio de Janeiro Janeiro./Fevereiro. 2012.

ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade*. História da historiografia*. Ouro Preto. n.12, agosto 2013, p.34-44.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia*: Teoria e prática. 1. Ed. São Paulo, Editora Alameda, 476p. 2014.

_____. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP. EDUSC, 1999.

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. Porto: Enciclopédia Einaudi, 1985.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa. Editora Estampa, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*: dúvidas e opções de homens de cultura na sociedade contemporânea. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BONALDO, Rodrigo Bragio. *Presentismo e presentificação do passado*: a narrativa jornalística da história na 'Coleção Terra Brasilis', de Eduardo Bueno. Tese defendida em 2010 pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Revista Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI, nº1, março, 2005, p. 147-168.

BORGES, Wilson Couto. Narrativa jornalística e comunidade de sentidos*:* o papel do jornalista na formação do imaginário social. *7º Encontro Nacional de História da Mídia* – Mídia alternativa e alternativas midiáticas. 19 a 21 de agosto de 2009. Fortaleza. CE.

BRAUDEL, Fernando. *O Espaço e a História no Mediterrâneo*. São Paulo, SP. Editora Martins Fontes, 1988.

BURKE, Maria Lúcia Pallares. Sobre como olhar os explicadores do Brasil. *Suplemento Pernambuco.* Agosto de 2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. *Representações*: contribuições a um debate transdisciplinar.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. 1. Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria Lourdes Menezes e Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CÉSAR, Temístocles. Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *O Brasil em dois tempos*. História, pensamento social brasileiro e tempo presente. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

COELHO, Marcelo. Os absurdos nacionais – José Murilo de Carvalho faz a história respirar a atmosfera do presente em nova obra. *Folha de São Paulo*. São Paulo, domingo, 18 de outubro de 1998.

COSTA, Lorena Lopes da. "Cultura Política": apropriações pela historiografia contemporânea. *Caderno de resumos & anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia*: biografia & história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.

DETONI, Piero. *A síntese como desafio historiográfico na Primeira República.* Pequenos estudos de caso. 2013. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Ouro Preto.

DETONI, Piero. *Estudos sobre a escrita da história*. Histórias literárias, erudição, sentido filosófico e síntese histórico-sociológica: travessias da moderna experiência historiográfica nos trópicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Ouro Preto.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980*: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira. Porto Alegre, Editora Evagraf, 1993.

DURKHEIM, Émile. *O individualismo e os intelectuais*. Organização e edição de Marcia Consolim, Márcio de Oliveira e Raquel Weiss. São Paulo, Edusp, 2016.

FABEIN, Jean. Imagem dos Intelectuais nos século XXI: As dificuldades de entender seu papel social na sociedade contemporânea. *Revista Saberes Universitários*. Campinas, SP. v.1; n.2; set. 2016. ISSN 2447-9411

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FICO, Carlos. *Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990*. In: GUAZZELL, César Augusto Barcellos et alii (orgs.) Questões de Teoria e Metodologia da História. Porto Alegre; Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989):* elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992.

FLORENTINO, Manolo. Dossiê: Escravidão - Introdução. *Revista Brasileira de História* v. 26, n. 52. São Paulo dez. 2006.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Os sentidos da colonização. In: FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Questões que incomodam o historiador*. São Paulo: Editora Alameda, 2013.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Editora LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. História e antropologia. In: *Nova luz sobre a antropologia*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001, p.111-124.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, Editora Vozes, 1995.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Editora Vértice/ IUPERJ, 1988.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil* (1838-1857). Editora UERJ, 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. Tradução de Tomás Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. Ed. , 1. Reimp – Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução do original em alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; Revisão César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto; PUC – Rio, 2006.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Editora Perspectiva. São Paulo – 1998.

LÉVY, Pierre. Os intelectuais e as novas tecnologias – A inteligência possível do século XXI. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre. n.33. Agosto, 2007.

LIRA. Alexandre Tavares do Nascimento. As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil*. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO.*

MALERBA, Jurandir. *Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990*. Textos de história, v.10, n.1/2, 2002.

MELLO, Ricardo Marques de. *Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História*, 1981-2000. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar.* Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas políticas na história*: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NÉSPOLI. José Henrique Songolano. Cultura Política, História Política e Historiografia. *Revista História e Cultura* (UNESP), Dossiê História e Relações Internacionais, v. 4, n. 1, março 2015.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história*: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado. 2008. Tese defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OLIVEIRA, Lucia Lippi; FERREIRA, Marieta de Moraes; CASTRO, Celso. Entrevista com José Murilo de Carvalho. *Revista Estudos Históricos*, n.22, 1998.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. O fim do tempo das sínteses? Questões a partir da perspectiva de Mircea Eliade em História das Crenças e das Ideias Religiosas (1976-1983): um estudo de caso como motivo á reflexão teórica e metodológica. *Revista Fênix*, 2008, v.8, p. 1-18.

PINTO, Louis. Durkheim, o intelectual como mandatário do universal. In. Durkheim, Émile. *O individualismo e os intelectuais*. São Paulo: EdUSP, 2016. P.69-74.

PROENÇA, Wander de Lara. Escravidão no Brasil*:* Debates Historiográficos Contemporâneos. *Anais eletrônicos da XXIV Semana de História*: "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior".

QUEIROZ, Suely Robles Reis e. *Política e cultura no Império Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

RAGO, Margareth. *A "Nova" Historiografia Brasileira.* Anos 90. Porto Alegre, n.11, julho de 1999.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira*. Tempo Social; Revista de Sociologia.* USP, São Paulo n.7, p.67-82, outubro de 1995.

REIS, José Carlos. A visão fluminense do Brasil: o tempo saquarema e a obra histórico-política de José Murilo de Carvalho. P. 23 – 77. In: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 3*: de Carvalho a Ribeiro: história plural do Brasil. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2017.

REIS, Thiago Felipe dos. A produção historiográfica da revista História*:* Questões e Debates. Uma contribuição à história da historiografia paranaense. *Anais do II Congresso Internacional de História*, Ponta Grossa, 2015, UEPG – UNICENTRO.

RÉMOND, René. Por que a história política? *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, - p. 7-19.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo. Dos anos 60 aos 90: artistas e intelectuais em busca da brasilidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20., 1999, Florianópolis. História: fronteiras. *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999, p. 555-562.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Revista Topoi*, v. 5, n. 8. jan-jun 2004, pp. 170-198.

SANTOS, Alessandra Soares. Francisco Iglésias – *A história e o historiador*. São Paulo. Editora Alameda, 2017.

SARTRE, Jean Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Tradução de Sergio Goes de Paula. São Paulo. Editora Ática, 1994.

SOUZA, Laura de Mello. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva.* São Paulo, Contexto, 2007.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa.* Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986. Tradução de Denise Bottman.

TOURAINE, Alain. *O intelectual é um fracassado*: a importância de seu papel e da sua luta contra o poder e as ideologias. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. *História: Questões e Debates,* Curitiba, n.50,p.217-235, jan/jun. 2009.

VALLE, Ione Ribeiro. Do intelectual individualista de Durkheim ao intelectual coletivo de Bourdieu: Em perspectiva o poder político e simbólico do intelectual. IX CBHE – História da educação: global, nacional e regional. *Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação*. João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba, agosto de 2017, ISSN 2236-1855.

ZANOTTO, Gizele. "História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa". *Biblios*, Rio Grande, vol. 22, n. 1, 2008, p. 31-45.